

**DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA MUSEUS E MUSEOLOGIA -
O CASO DO CNPq (2002-2012)**

Andréia Firmino Alves

Brasília
2013



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Informação - FCI
Curso de Museologia

**DIMENSÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA MUSEUS E MUSEOLOGIA -
O CASO DO CNPq (2002-2012)**

Andréia Firmino Alves

Monografia apresentada ao Curso de
Museologia da Universidade de Brasília
(UnB) como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Museologia.
Orientadora: Ms. Deborah Silva Santos

Brasília
2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Dimensões das Políticas Públicas para Museus e Museologia: O caso do CNPq (2002-2012).

Aluno: Andréia Firmino Alves

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Brasília, 04 de outubro de 2013



Deborah Silva Santos - Orientadora

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Mestre em História



Maria Julia Estefania Chelini- Membro

Professora Dra. do Instituto de Geologia (UnB)

Doutora em Biologia



Monique Batista Magaldi- Membro

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Mestre em Museologia

Aos amigos e colegas pelo apoio.

A Antonino e Glória pelo amor incondicional.

Aos sonhos que continuam...

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Deborah Silva Santos, registro agradecimento especial pelo seu apoio incessante desde os primeiros passos da pesquisa. A ela devo não somente o apoio ao tema inicial, como a minha formação como pesquisadora. Sua amizade, seu aguçado senso de realismo e suas críticas, sempre honestas e diretas, foram fonte indispensável de orientação. Amigos, colegas e parentes também me auxiliaram de diferentes maneiras. Finalmente, meus maiores agradecimentos são dedicados aos meus pais, Antonino e Glória. Sem eles, nada teria sido possível.

RESUMO

Neste trabalho, analisou-se a política pública de fomento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para a área de museus e Museologia entre os anos de 2002 e 2012 a partir do estudo de caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento do Ministério. Procurou-se compreender a articulação entre as políticas públicas específicas para museus e os editais lançados pelo CNPq para essas instituições. Enfatize-se que os editais da agência beneficiaram basicamente os museus e centros de ciência e foram orientados pelas políticas públicas de Ciência & Tecnologia no âmbito da divulgação científica, excluindo parte significativa das outras instituições museais vinculadas à área cultura. Buscou-se ainda compreender a inserção da Museologia no campo das disputas científicas por ‘capital simbólico’, referenciado na distribuição de bolsas na modalidade Produtividade em Pesquisa na qual a área teve expressivo crescimento nos últimos anos, apesar de ainda carecer de reconhecimento acadêmico na área de Humanidades.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Fomento. Museus. Museologia. CNPq. MCTI.

ABSTRACT

This work analyzes the public policies of the Science, Technology and Innovation Ministry (MCTI) to the museum and Museology area between the years 2002 and 2012 from the case study of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), the development agency of the Ministry. The aim is to understand the relationship between specific policies for museums and the edicts issued by the CNPq for these institutions. It must be emphasized that the edicts of the agency primarily benefited the museums and the science centers and were guided by public policies for Science & Technology in the scope of scientific divulgation excluding the significant parts of other museums linked to the cultural área. The study also aims at understanding the insertion of Museology in the field of scientific disputes for ‘symbolic capital’ referenced in the distribution, in the form of scholarships for Research Productivity, which had significant growth in recent years in spite of the fact that the area still lacks the academic recognizance in the field of Humanities.

Keywords: Public Policies. Development. Museum. Museology, CNPq, MCTI

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro geral dos bolsistas Produtividade em Pesquisa de Museologia – CNPq

Tabela 2 – Tabela de distribuição de bolsa Produtividade em Pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas

Tabela 3 – Distribuição geográfica dos valores globais destinados aos museus por Unidade da Federação

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Gráfico comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados
- Gráfico 2 – Distribuição geográfica dos valores globais por região
- Gráfico 3 – Distribuição geográfica dos valores por região (por percentagem)
- Gráfico 4 – Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus
- Gráfico 5 – Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus (percentagem)
- Gráfico 6 – Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados
- Gráfico 7 – Distribuição geográfica dos valores globais por região
- Gráfico 8 – Distribuição geográfica dos valores globais por região (percentagem)
- Gráfico 9 – Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus
- Gráfico 10 – Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus (percentagem)
- Gráfico 11 – Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados
- Gráfico 12 – Distribuição geográfica dos valores globais por região
- Gráfico 13 – Distribuição geográfica dos valores globais por região (percentagem)
- Gráfico 14 – Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus
- Gráfico 15 – Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus (percentagem)
- Gráfico 16 – Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados
- Gráfico 17 – Distribuição dos valores globais por região
- Gráfico 18 – Distribuição geográfica dos valores globais por região (percentagem)
- Gráfico 19 – Distribuição dos valores destinados aos museus por região
- Gráfico 20 – Distribuição dos valores destinados aos museus por região (percentagem)
- Gráfico 21 – Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados
- Gráfico 22 – Distribuição dos valores globais por região
- Gráfico 23 – Distribuição geográfica dos valores globais por região (percentagem)
- Gráfico 24 – Distribuição dos valores destinados aos museus por região
- Gráfico 25 – Distribuição dos valores destinados aos museus por região (percentagem)
- Gráfico 26 – Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados
- Gráfico 27 – Distribuição dos valores globais por região
- Gráfico 28 – Distribuição geográfica dos valores globais por região (percentagem)
- Gráfico 29 – Distribuição dos valores destinados aos museus por região
- Gráfico 30 – Distribuição dos valores destinados aos museus por região (percentagem)
- Gráfico 31 – Distribuição geográfica dos valores globais destinados aos museus
- Gráfico 32 – Distribuição geográfica dos valores globais destinados aos museus por Unidade da Federação

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da distribuição geográfica dos recursos para museus no Brasil

Mapa 2 – Mapa da quantidade de museus por Unidade da Federação

Mapa 3 – Mapa de dispersão geográfica dos museus brasileiros

SIGLAS

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FINEP – Agência Brasileira da Inovação
FNCT – Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia
FAP – Fundação de Amparo à Pesquisa
CT – Comitê Temático
CA – Comitê Assessor
CGCHS – Coordenação Geral de Ciências Humanas e Sociais
COCHS – Coordenação de Ciências Humanas e Sociais
COSAE – Coordenação de Ciências Sociais e Educação
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo
ICOM – Conselho Internacional de Museus
ICOFOM – Comitê Internacional de Museologia
ISS – Icofom Study Series
MuWOp/DoTraM – Museological Working Paper/Documents Du Travail Museologique
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural
FUNARTE – Fundação Nacional das Artes
MUF – Museu de Favela
FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória
PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura
FNC – Fundo Nacional de Cultura
DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais
ONU – Organização das Nações Unidas
CNEM – Comissão Nacional de Energia Nuclear
PNCT&I – Política Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação
C&T – Ciência & Tecnologia
TAC – Tabela de Áreas do Conhecimento
PQ – Produtividade em Pesquisa
SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
DT – Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora
PV – Pesquisador Visitante
DCR – Desenvolvimento Científico Regional
PDJ – Pós-doutorado Júnior
PDS – Pós-doutorado Sênior
SWP – Doutorado Sanduíche no País
PDI – Pós-doutorado Empresarial
SWI – Doutorado Sanduíche Empresarial
DTI – Desenvolvimento Tecnológico e Industrial

ITI – Iniciação Tecnológica e Industrial
EV – Especialista Visitante
EXP – Extensão no País
ATP – Apoio Técnico no País
SET – Fixação e Capacitação de Recursos Humanos, Fundos Setoriais
ADC – Apoio à Difusão do Conhecimento
IEX – Iniciação ao Extensionismo
BEV – Especialista Visitante
BEP – Estágio/Treinamento no País
BSP – Estágio/Treinamento no Exterior
GDE – Doutorado Pleno
PDE – Pós-doutorado
SWE – Doutorado Sanduíche
ESN – Estágio Sênior
SPE – Treinamento no Exterior
PIBIC – Programa de Iniciação Científica
PIBITI – Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
GD – Doutorado
GM – Mestrado
IC – Iniciação Científica
AT – Apoio Técnico
ICJ – Iniciação Científica Júnior

SUMÁRIO

Considerações iniciais	14
Cap. 1 – Museologia: a área do conhecimento	18
1.1 – Construindo uma nova ciência	18
1.2 – Museu e Museologia no Brasil	21
Cap. 2 – Políticas públicas para a área de museus	29
2.1 – Conceituando políticas públicas	29
2.2 – Políticas públicas e os museus brasileiros	30
Cap. 3 – O CNPq e o fomento à pesquisa	39
3.1 – O CNPq e o fomento a Ciência & Tecnologia	39
3.2 – Fomento à Museologia no CNPq	42
3.3 – Fomento aos museus no CNPq	48
Considerações Finais	82
Referências Bibliográficas	85
Anexos	89

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A História dos museus modernos no mundo e no Brasil é relativamente recente. Foi somente no século XIX que essas instituições se organizaram como corpo importante da construção dos Estados. No Brasil, as primeiras tentativas de organização dos museus também datam do século XIX, mas somente nos anos 20 e 30 do século XX houve a institucionalização da área com a criação do Museu Histórico Nacional, o curso de Museologia e a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Todas essas instituições foram criadas no contexto de modernização do Brasil, especialmente a partir da década de 1930, durante a Era Vargas, quando havia grande preocupação em centralizar e ampliar as ações do Estado nos diversos setores; desde as questões econômicas até as culturais foram chanceladas pelo Estado com a criação de instituições de controle administrativo e social, fazendo nascer, a partir desse momento, as primeiras políticas públicas para as diversas áreas, entre elas a área de museus e Museologia.

No primeiro momento, o projeto implementado para a organização do campo da cultura no Brasil privilegiou os vestígios materiais da sociedade brasileira. Elegeu-se, como elementos importantes da construção da brasilidade, a herança arquitetônica e colonial, deixando de lado as expressões imateriais e as expressões de grupos minoritários no país.

No âmbito específico dos museus, a maior preocupação das instituições referia-se aos legados arquitetônicos e aos objetos do período colonial com caráter celebrativo e de referências ditas ‘nacionais’. Durante a primeira metade do século XX, foram criados inúmeros museus com a função de construir uma determinada memória nacional ligada aos grupos dominantes da sociedade republicana. Somente na segunda metade do século XX, com a organização dos movimentos sociais de contestação em âmbito mundial e nacional, houve mudança significativa na postura da área de patrimônio e certa valorização das expressões culturais de outros grupos sociais.

As políticas públicas para o patrimônio, até os anos 1990, estiveram voltadas para a salvaguarda dos patrimônios materiais e, mais recentemente, dos imateriais. Incluíam-se nesse âmbito algumas políticas voltadas especificamente para o setor de museus com a criação de algumas importantes instituições. No entanto, sem qualquer atribuição de prioridade frente aos outros incentivos oferecidos às demais áreas culturais.

No início dos anos 2000, após debates e pressões da sociedade civil organizada, impôs-se a necessidade de criação de política pública específica para os museus e a Museologia. A organização da Política Nacional de Museus, em 2003, significou modificação na postura sobre a área de museus e a priorização do setor no âmbito do Ministério da Cultura. A partir daí, a área de museus teve grandes avanços, buscando no Legislativo um parceiro importante na construção de novas perspectivas para o setor, atrelado a um projeto maior de reorganização das políticas para a área de cultura no Brasil, referendado pelo Plano Nacional de Cultura, aprovado em 2010 pelo Congresso Nacional.

Neste trabalho, analisou-se a política pública de fomento para a área de museus e Museologia entre os anos 2002 e 2012 a partir do estudo de caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – agência de fomento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Procurou-se analisar a articulação entre as políticas públicas específicas para museus e Museologia, de acordo com a Política Nacional de Museu (2003) e Planos de Ação do MCTI, com a organização de linhas de financiamento para museus e para o desenvolvimento de pesquisa de excelência na área de Museologia no âmbito do Conselho.

A escolha do CNPQ ocorreu em razão da importância da agência no cenário nacional e internacional de financiamento à pesquisa nas áreas de ciência e tecnologia, seu vínculo institucional com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), órgão administrativo responsável pelas políticas públicas de ciência e tecnologia, bem como o acesso facilitado às fontes de pesquisa sobre os financiamentos concedidos à área nos últimos anos.

Para alcançar tal objetivo, tornou-se necessário caracterizar o desenvolvimento da Museologia como área do conhecimento; compreender a trajetória da Museologia e dos museus no Brasil, desde o nascimento do curso no âmbito do Museu Nacional, pontuando a organização dos movimentos sociais de contestação na segunda metade do século XX, até a organização de novos parâmetros teóricos e metodológicos designados como Nova Museologia.

Buscou-se compreender o contexto de organização das políticas públicas para museus e Museologia nos últimos anos, ao analisar o conceito de políticas públicas a partir dos estudos clássicos de Maria das Graças Rua e os recentes posicionamentos sobre políticas públicas para a área da cultura de Antonio Rubim, Tereza Scheiner, Myrian Sepúlveda Santos, dentre outros. Analisou-se, ainda, a Política Nacional de

Museus, a criação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM -, buscando-se compreender a importância da organização dos marcos legislativos para o desenvolvimento da área e sua respectiva priorização nas ações do Ministério da Cultura no último decênio.

No estudo de caso, investigou-se o CNPq como agência de fomento importante para o desenvolvimento da Museologia no Brasil e sua legitimação dentro do campo científico; realizou-se levantamento sobre o financiamento de projetos para a área de Museologia e de museus, identificando os tipos de financiamento existentes no órgão, os projetos financiados na área de Museologia na modalidade Bolsa Produtividade em Pesquisa, os editais para museus nos últimos 10 anos – 2002 a 2012 -, caracterizando os editais, a distribuição de valores globais e específicos para museus por região e por unidade da federação e tipos de museus financiados, buscando compreender a inserção da área de museus e de Museologia no CNPq.

A área da Museologia no Brasil, até o início dos anos 2000, tinha pouca expressão no cenário nacional. Os cursos de graduação eram poucos, apenas dois: na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, e Universidade Federal da Bahia – UFBA. Apenas a Unirio apresentava curso de pós-graduação em nível de Mestrado. No entanto, a área ganhou destaque na primeira década do século XXI com o lançamento da Política Nacional de Museus em 2003. Desde então, os cursos de graduação foram incentivados e hoje se calcula que existam no Brasil 14 cursos. A pós-graduação também cresceu com a criação do primeiro curso de Doutorado (Unirio), um curso de Mestrado em São Paulo (Universidade de São Paulo – USP) e outro na Bahia, na Universidade Federal da Bahia.

Na última década, houve significativo crescimento dos financiamentos a projetos na área de pesquisa em Museologia; e, no campo dos museus, houve o lançamento de editais voltados especialmente a museus. Compreender esse desenvolvimento da área, especialmente no que tange ao financiamento, torna-se imprescindível na medida em que os órgãos de fomento acompanharam as políticas públicas de incentivo à área, impactando de maneira positiva, fortalecendo os museus e ampliando as possibilidades de desenvolvimento de pesquisas de excelência na área museológica.

No que tange à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois tem o intuito inicial de caracterizar alguns conceitos da área como políticas públicas, fomento, conhecimento científico e suas representações tendo como apoio os

estudos de Pierre Bourdieu sobre as trocas simbólicas e a teoria da ação, bem como realizar um levantamento quantitativo e qualitativo de dados sobre o financiamento da pesquisa em Museologia e dos museus a partir das bases de dados do CNPq. No que tange à conceituação de museus, utilizou-se o conceito expresso na legislação brasileira vigente, o Estatuto de Museus, Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Na organização dos capítulos, optou-se por uma divisão mais tradicional do texto. No primeiro capítulo, busca-se descrever o pensamento museológico nas últimas décadas do século XX, mostrando as principais mudanças ocorridas, desde as visões mais tradicionais até as rupturas promovidas pelos movimentos sociais e suas consequências na área de museológica; além de registrar a trajetória da História da Museologia e dos museus no Brasil.

No segundo capítulo, analisou-se o conceito de política pública e as novas perspectivas para a área de museus no Brasil. Parte-se do princípio de que os marcos regulatórios promulgados para o setor na primeira década do século XXI foram fundamentais para o desenvolvimento da área. Trata-se de enfatizar as mudanças na ordem legislativa como transformação no modo de perceber o setor museológico dentro do governo federal, especialmente no Ministério da Cultura, e sua sintonia com os planejamentos mais amplos na área cultural, expressos no Plano Nacional de Cultura e Planos de Ação do MCTI para a área de museus de ciência.

No terceiro e último capítulo, realizou-se o estudo de caso sobre as políticas de fomento do MCTI implementadas por meio de financiamentos concedidos pelo CNPq para a área de Museologia e de museus. Organizou-se o levantamento de dados sobre as pesquisas financiadas pelo Conselho na modalidade de Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ) e os editais voltados especificamente para museus, buscando identificar os tipos de financiamento, os projetos de pesquisa financiados na modalidade PQ, as características dos editais voltados para a área museal e os museus financiados por esses editais, a fim de organizar um quadro geral dos financiamentos para a área no Conselho. Na análise dos dados, verificou-se que o CNPq, seguindo as orientações das políticas públicas de Ciência & Tecnologia do MCTI, financiou basicamente museus ligados ao campo ciência e tecnologia, deixando de lado as instituições ligadas à arte, cultura, comunidades, etc.

CAPÍTULO 1 - MUSEOLOGIA: A CONSTRUÇÃO DA ÁREA DO CONHECIMENTO

1.1 Construindo uma nova ciência

A área da Museologia ainda é muito recente e se encontra no processo de construção e consolidação de seus referenciais teóricos. As principais reflexões teóricas foram desenvolvidas na segunda metade do século XX por alguns autores do centro e leste europeu. Estudos como os de George Henri Rivière, Tomislav Sola, Anna Gregorová, Jan Janilek, Peter van Mensch e Z.Z. Stransky definiram as bases com as quais o mundo contemporâneo lida com a área.

Constituída como um novo campo disciplinar, a área somente se desenvolveu a partir das décadas de 70 e 80 do século XX. No final da década de 1970, um grupo de museólogos ligados a centros de estudos do leste europeu decidiu organizar um novo comitê no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM) para discutir questões teóricas relativas à área da Museologia, chamado Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) (SCHEINER, 2012).

Note-se que havia já um questionamento acerca do papel dos museus na sociedade desde a década de 1960. Parte desse questionamento advinha dos grupos sociais considerados minoritários, como negros, mulheres, estudantes e homossexuais, que reivindicavam espaços de participação política, cultural e social. Havia uma descrença generalizada nas instituições educativas e culturais do ocidente; buscava-se a democratização da cultura e novas oportunidades de inserção social e educativa. Para Eric Hobsbawn (1999, p. 334), a crise das tradições e valores desmoronados estava “(...) na desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, e das convenções que controlavam o comportamento humano”. Essa perda foi sentida. Refletiu-se no surgimento do que veio a ser chamado de política de identidade, geralmente caracterizada pelas expressões de grupos étnicos, sociais, religiosos, que buscavam novas perspectivas para enxergar o mundo e suas representações.

O mundo encontrava-se em ebulição política, social e cultural. Os movimentos de descolonização africanos, a Guerra Fria e seus conflitos decorrentes faziam emergir novos significados e novas identidades de grupos anteriormente excluídos, os quais estavam prontos para serem representados nas diversas instituições políticas, dentre elas o museu. Nesse sentido, a Museologia deveria “se desenvolver e se

adaptar às mudanças do seu tempo da mesma forma que outras atividades profissionais” (VAN MENSCH, 1992, p. 3).

O ICOFOM foi formalmente inaugurado em 1977 e teve dois importantes veículos de divulgação científica: as publicações Icofom Study Series (ISS) e a *Museological Working Paper/Documents Du Travail Museologique* (MuWop/DoTraM), que inseriram a discussão acadêmica sobre a Museologia em âmbito internacional e promoveram o diálogo entre museólogos de diversas partes do mundo ocidental (CERÁVOLO, 2004).

O papel do ICOFOM era “desenvolver pesquisas, análises e debates, contribuindo para a independência da área” (CERÁVOLO, 2004, p. 238). Nesse sentido, a Museologia teve seu objeto de estudo ampliado; rompia as barreiras materiais dos muros dos museus e partia para uma reflexão eivada pela “filosofia do objeto” ou “da realidade”; ganhavam corpo outras concepções relacionadas ao objeto de estudo da Museologia.

Dentre as novas perspectivas, destacaram-se as concepções de Z.Z. Stransky e Anna Gregorová, segundo as quais o objeto da Museologia seria a relação específica do homem com a realidade; a de Bellaigue, a relação mediadora entre o homem e o patrimônio; em Sola seriam os conceitos e ideias que os objetos ajudam a transmitir; já em Waldisa Rússio, destaca-se a relação do homem com o objeto no cenário, no museu, dentro da perspectiva do fato museal, conceito inserido no campo de estudos das Ciências Sociais e apoiado em conceitos antropológicos (CERÁVOLO, 2004).

O objeto da Museologia ganhava novos contornos, do museu para as interrelações entre museu, realidade, objeto e sociedade. Buscava-se compreender as relações intrínsecas e extrínsecas nas quais as sociedades significavam e ressignificavam os objetos ao longo do tempo, dentro do contexto de instituição muito específica: o museu.

O objeto museal, portanto, ganhava notoriedade não por sua natureza “especial”, mas pela sua capacidade de documentalidade, autenticidade e veracidade. Nesse sentido, de estabelecer relações com o tempo e o espaço no qual foi produzido e reproduzido – sua historicidade, sua capacidade de falar sobre a sociedade na qual esteve e está inserido, manifestação cultural socialmente construída (NASCIMENTO, 1994).

Aos poucos, a área ganhava novos contornos, aproximava-se daquilo que autores contemporâneos chamariam de Museologia Social. Talvez o exemplo mais emblemático dessa metamorfose esteja no estabelecimento dos ecomuseus que “deram uma grande ênfase a seu papel social e propuseram formas (...) de interação social de comunidades” numa convergência de espaços, tempo, grupos sociais e seus bens culturais (BARBUY, 1995, p. 210).

Os ecomuseus não eram muito difundidos até os anos 1970 com os museus a céu aberto ou parques nacionais musealizados, como o Museu de Artes e Tradições Populares. Logo depois, em 1957, nas concepções do Museu de Bretanha, em Rennes e, em 1969, o Ecomuseu da Grande Lande, no parque regional Landes de Gascogne (SCHEINER, 2012).

Todas essas experiências conformaram os esboços iniciais do que seria abertamente conclamado como Museu Integral na Declaração de Santiago do Chile de 1972. A transformação dos museus em lugares privilegiados de reflexão sobre as preocupações sociais que inserissem o homem no seu espaço e tempo e o fizesse perceber sua situação no mundo, na sociedade mundial e, principalmente, local; um “instrumento que um poder e uma população concebem, fabricam e exploram juntas. (...) A população, segundo suas aspirações, seus saberes sua capacidade de análise” (RIVIERE, 1983, p. 1).

Ao discutir o objeto da Museologia, esses autores tinham como pano de fundo a necessidade de instituir a área disciplinar da Museologia. Suas preocupações não eram meramente teóricas, os estudos passavam pela definição de um campo de estudos disciplinar, científico que não poderia se limitar ao estudo puro e simples da materialidade do museu. Aos poucos, foi se estabelecendo o campo disciplinar da Museologia como o estudo do museu como “representação da sociedade humana, no tempo e no espaço”, abrangendo, também, as múltiplas circunstâncias de construção das relação entre o humano e o real, mediado pelos objetos (SCHEINER, 2012, p.18).

As proposições de Stransky, Gregorová, Sola e Rússio definiram as bases teóricas do conhecimento museológico e demarcaram as fronteiras disciplinares na qual se inseria a Museologia. Estabeleceram, além disso, seu caráter interdisciplinar e não complementar. A Museologia buscava referências e reflexões das áreas da História, da Arqueologia, da Filosofia, da Antropologia Cultura e Social, das Ciências Ambientais, da Ciência Política, da Documentação e, mais recentemente, da Ciência da Informação. A Museologia estabelecia diálogos com essas áreas buscando leque de conceitos

capazes de compreender a complexidade das relações entre as sociedades, os objetos e a realidade dentro ou fora dos museus.

Essas discussões foram ressignificadas em várias partes do mundo, dentre elas destacam-se aquelas que conformaram no campo de estudo no Brasil, como nos estudos de Tereza Scheiner, que busca compreender a Museologia a partir das reflexões do campo filosófico. Para a autora, a Museologia pode ser designada como uma filosofia ou ciência que busca compreender o fenômeno do museu a partir de uma linguagem própria, uma epistemologia inserida em um sistema filosófico ou como “campo disciplinar que trata das relações entre o fenômeno do museu e as suas expressões, a partir de diferentes visões de mundo que cada sociedade elabora, no tempo e no espaço” (SCHEINER, 1998, p. 136).

1.2 Museu e Museologia no Brasil

A área de Museologia no Brasil teve seu desenvolvimento muito ligado à área de patrimônio. As primeiras discussões sobre preservação do patrimônio nacional datam ainda do século XIX, mas foi somente nos anos 1920 que elas começaram a tomar corpo com as preocupações em preservar o patrimônio material herdado do universo colonial das cidades mineiras, construídas durante o período da mineração no Brasil do século XVIII.

Naquele momento, tratava-se de construir a identidade nacional a partir da negação das influências internacionais e identificar as tradições genuinamente nacionais consideradas como alicerces da construção do novo homem brasileiro, fruto da estética barroca e do passado colonial revalorizado (FONSECA, 2005).

As primeiras ações nesse sentido ocorreram em 1923 com a criação da Inspetoria de Monumentos e, logo depois, da transformação do órgão em Serviço de Proteção aos Monumentos e Obras de Arte, presidido por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional. Em 1937, o Serviço de Proteção foi finalmente substituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (FONSECA, 2005).

O SPHAN contribuiu pouco para o desenvolvimento da área da Museologia. Seu foco principal foi, até a década de 1970, a proteção de monumentos,

também chamados de patrimônio material¹, deixando de lado as discussões já presentes sobre o patrimônio imaterial, memória, dentre outras. Nesse sentido, o projeto implementado no SPHAN priorizou os bens materiais herdados dos períodos colonial e imperial brasileiros. Suas principais ações nesse sentido ocorreram na implementação de tombamentos dos bens materiais, especialmente das edificações públicas e privadas relacionadas ao contexto da construção da herança colonial no Brasil, como “fórmula realista de compromisso entre direito individual à propriedade e a defesa do interesse pela preservação de valores culturais” (FONSECA, 2005, p. 105).

Juntamente ao instituto do tombamento, houve incentivo para a criação de museus. Entre as décadas de 1920 e de 1960, vários museus foram criados no Brasil, dentre eles pode-se destacar o Museu Histórico Nacional, em 1922, com a função de fortalecer as concepções de nacionalidade e identidade defendidas no ideário do momento; o Museu Nacional de Belas-Artes, em 1937, que reuniu o acervo da Academia Imperial de Belas-Artes; o Museu da Inconfidência, em 1938, formado por acervo de peças de arte barroca e peças referentes à mineração, bem como a repatriação dos restos mortais dos inconfidentes, recolhidos ao Panteão do Museu da Inconfidência, em 1942; o Museu das Missões, criado em 1940 e dedicado à temática das missões jesuíticas no sul do Brasil; o Museu Imperial, também em 1940, em Petrópolis; o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, em 1947; o Museu da Arte Moderna de São Paulo, em 1948; o Museu da República, em 1960, instalado no Palácio do Catete, Rio de Janeiro. Em Minas Gerais, fundou-se, ainda, o Museu do Ouro, em Sabará (1942), o Museu Regional São João del Rei (1946) e o Museu do Diamante, em Diamantina (1954) (JULIÃO, 2001).

Observa-se, portanto, que o campo dos museus no Brasil ganhou grande destaque, ainda que sob o olhar tradicional, celebrativo dos marcos da história nacional (mesmo no caso de Minas Gerais, que é tomada como história da nação brasileira), de uma visão cronológica marcada pelos fatos históricos e personagens do período colonial e imperial. A famosa “era dos museus”, como ficou conhecido o século XIX, foi, em alguma medida, superada pela extensão do campo dos museus entre os anos de 1920 e 1960, em movimento que talvez se pudesse conceber como a “nova era dos museus” brasileiros.

¹ Para compreender o conceito de patrimônio ver: Fonseca, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 2005. Destaca-se a discussão sobre a associação entre patrimônio e monumento nas ações de estudo, conservação e preservação de edifícios em razão de ser parte da história de um povo (MACHADO, 2010)

Os critérios museológicos utilizados para a formação dos museus e das coleções inscreviam-se na proposição dos museus como veículos dos “discursos oficiais” de formação da identidade nacional e valorização da cultura dita brasileira, conforme ditames do SPHAN. O Estado brasileiro passava a exercer o papel de “intérprete e guardião dos valores culturais da nação”, designando aquilo que se poderia considerar como o patrimônio nacional a ser conservado e valorizado, daí o caráter nacional dado às instituições museológicas criadas nesse período (MACHADO, 2010, p. 145). A abordagem museológica para acervos também focava os critérios estéticos e de raridade das coleções e dos testemunhos passados; construção da narrativa histórica a partir do ponto de vista dos grupos sociais privilegiados, a exemplo de instituições no século XIX como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do início do século XX como o Museu Histórico Nacional, de 1922.

A década de 1960, no entanto, foi testemunha de significativas mudanças no plano internacional e nacional. Os movimentos sociais, as minorias, os estudantes e o recrudescimento de regimes políticos na Europa e na América Latina aumentaram as críticas à situação dos museus no mundo e no Brasil. Houve um questionamento geral sobre o papel dessas instituições. No Brasil, as consequências dessas mudanças de paradigmas logo apareceram na seara dos museus. Em 1968, inaugurava-se o Museu do Folclore. Ainda muito ligado às questões conceituais da separação entre arte erudita e arte popular, o Museu do Folclore significou a criação de espaço privilegiado de discussão da História dos outros, daqueles que não figuravam nos grandes museus históricos, de arte; espaço para expressão do cotidiano, dos fazeres dos indivíduos e das coletividades chamadas populares.

Essas novas perspectivas, que também atingiam país, foram condensadas na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que tinha como pano de fundo a consciência dos problemas dos meios urbano e rural, do desenvolvimento técnico-científico e do papel do museu na educação da comunidade. Nela, instituiu-se a ideia do museu integral, consolidando experiências já vividas na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, onde os parques musealizados e museus a céu aberto já se tornavam realidade. O museu integral destinava-se “a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (CARTA DE SANTIAGO, 1972), priorizando, dessa forma, a perspectiva dos visitantes ou comunidades sobre o patrimônio material e imaterial na qual os museus estavam inseridos.

No que tange à perspectiva da discussão sobre o patrimônio no Brasil, criou-se o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, e a Fundação Pró-Memória, em 1979. Neles, alargava-se a discussão sobre a complexidade do patrimônio brasileiro, incluindo-se outras expressões culturais e incorporando noções de bens culturais. Adotava-se, a partir daí, perspectiva pluralista quanto ao patrimônio cultural brasileiro e reconhecia-se a diversidade da formação do Brasil (JULIÃO, 2001).

No campo dos museus, houve significativas mudanças especialmente na conformação dos espaços museais, na expografia e nos serviços ofertados. Os museus brasileiros reorganizaram os projetos expográficos de forma que os visitantes pudessem conhecer melhor o contexto em que as obras foram produzidas. Para tal, os espaços de alguns museus foram reformulados para trazer maior conforto aos visitantes. Passaram a oferecer serviços de livraria, cinema, apresentações teatrais, etc. Nos espaços expositivos, foram introduzidos textos explicativos, imagens, associações com o cotidiano do mundo contemporâneo e criados os serviços educativos com visitas guiadas, monitorias, criação de setores dedicados à divulgação de eventos, exposições, etc. (JULIÃO, 2001).

Na área acadêmica, foi no âmbito do Museu Histórico Nacional que nasceu o primeiro curso de graduação em Museologia, chamado Curso de Museus, inaugurado no ano de 1932 sob os olhares atentos de Gustavo Barroso (FONSECA, 2005). Nesses primeiros anos, a área ainda engatinhava. Eram poucas as experiências expográficas e educativas; faltava um “lastro de experiência (...). As técnicas museológicas e museográficas estavam sendo reinventadas, não havia ainda um conhecimento organizado e sistematizado que se pudesse criticar ou tomar como ponto de partida.” (CHAGAS; GODOY, 1995, p. 9). A partir daí, gradativamente a área começava a tomar corpo com o lançamento de algumas publicações, como os Anais do Museu Histórico Nacional, de 1941 a 1975, nas quais discutia-se os rumos da Museologia brasileira. Em 1979, o curso de museus, foi transferido para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO -, onde floresceu nos anos 1980.

Já na década de 1980, surgiram importantes autores na área de Museologia com produção sistemática sobre as novas reflexões entre sociedade, objeto e museu. Aos poucos, deixava-se para trás as antigas concepções presentes no pensamento museológico brasileiro sobre a centralidade do museu como objeto de estudo da área e se buscava analisar as relações estabelecidas entre homem, objeto, espaço, tempo, território, etc. Enfatize-se que os autores brasileiros foram

profundamente influenciados pelas reflexões internacionais de Stransky, Gregorová, Sola e Van Mensch sobre os novos conceitos museológicos, como Waldisa Russio, em artigo publicado em 1984, no qual define o fato museal como “a relação profunda entre o homem, sujeito conhecedor, e o objeto que é parte da realidade à qual o homem pertence e sobre a qual ele age” (RUSSIO, 1984, p. 62).

Mais recentemente, nas primeiras décadas do século XXI, outros estudos se desenvolveram nas universidades brasileiras. Alguns deles ligados aos debates conceituais sobre museus e Museologia como os trabalhos de Tereza Scheiner; outros mais interessados nas práticas museais e nas constituições comunitárias dos museus (Museologia Social) como os textos de Mário Chagas, Cury, Ulpiano Menezes, Maria Margaret Lopes, Luciana Koptche, Adriana Mortara Almeida e demais temas ligados à educação em museus, tecnologias analógicas e digitais em museus, interatividade, relações entre arte, tecnologia e museus, etc. No entanto, a área ainda é marcada por pequenas produção e publicação científica, especialmente nos veículos de publicação nacional e internacional qualificados e certificados pela comunidade científica.

Observa-se, também, que a década de 1980, no Brasil, foi marcada pelo processo de redemocratização política, com o retorno das eleições periódicas, maior participação da população na esfera pública, redefinição das novas bases constitucionais nas quais assentaria a sociedade brasileira. Foi também o momento de explosão dos movimentos sociais de operários, negros, estudantes, mulheres, trabalhadores rurais, indígenas, imigrantes, comunidades, manifestações da diversidade de vozes que compunham o país e ansiavam por ver suas histórias contadas nos espaços museais, dentre outras importantes reivindicações.

Erodiram as antigas noções de história nacional referidas nos grandes museus nacionais. Buscava-se, a partir de então, construir outras narrativas, atreladas às experiências de grupos sociais não participantes da narrativa oficial dos grandes museus organizados pelo Estado brasileiro. O Museu Magüta (1991) talvez seja o exemplo mais significativo dessa mudança nas narrativas museais. Organizado pelos indígenas da etnia ticuna do alto rio Solimões e localizado na cidade de Benjamin Constant, na fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, no Estado do Amazonas, o museu ganhou grande destaque por trazer faceta diferenciada da relação do indígena com sua cultura material, com o mundo e com os brancos (FREIRE, 2009). Outras experiências, como o Museu da Maré, no Rio de Janeiro; o Museu de Favela – MUF - (Rio de Janeiro); o Ponto de Memória da Cidade Estrutural (Distrito Federal); o Lomba do Pinheiro em

Porto Alegre 1997); o Ecomuseu Quarteirão Cultural do Matadouro, no Rio de Janeiro (1983), também revelam novas facetas da vida de grupos sociais excluídos da narrativa oficial que recontam suas histórias a partir de profunda reflexão e crítica social.

Essas novas narrativas privilegiam o caráter social e educativo do museu. As intervenções nas comunidades populares e seu engajamento nas atividades culturais nos museus comunitários e de território trouxeram maior consciência política do lugar desses grupos como protagonistas de suas próprias histórias. Ademais, em alguns desses projetos, houve grande inserção dos fazeres culturais das próprias comunidades no circuito da economia da cultura, inserindo-os no universo maior das artes. Cumpre destacar, ainda, que essas experiências estão atreladas aos princípios da Declaração de Quebec (1984), a qual “interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo em que as associa aos projetos de futuro”, ou como museu integral “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural”, segundo a Declaração de Santiago, 1972; ou ainda como museu total, “instrumento eficaz para o fortalecimento da cultura de novos povos, e para seu conhecimento mútuo – fundamento da interação”, de acordo com a Declaração de Caracas, 1992 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012, 36).

No âmbito legislativo, houve movimentação dos grupos ligados à Museologia em busca da regulamentação da profissão. A Lei nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984, regulamentada pelo Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo e autorizava a criação do Conselho Federal de Museologia e dos conselhos regionais.

A lei parte do princípio básico de que a Museologia é uma área dinâmica; que os museus são responsáveis por diversas atividades culturais e educativas. Nessa perspectiva, o museólogo, tem como objeto “(...) o fato museal, ou museológico, relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, parte de uma realidade da qual o homem também participa, num cenário institucionalizado, o museu” (RUSSIO, 1984, p. 68). Pela Lei, designava-se como museólogos os diplomados em bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado em Museologia; também se aplicava aos diplomados por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país, além dos diplomados em outras áreas, porém, com, pelo menos, cinco anos comprovados de exercício de atividades de Museologia à época da promulgação da regulamentação (BRASIL, 1984).

Percebe-se com clareza que a ausência de cursos de formação em nível superior, a pequena quantidade de graduados, aliado ao número significativo de profissionais atuantes em instituições museológicas à época da promulgação da lei, obrigou os legisladores a considerarem como profissional da Museologia também os pós-graduados na área, os portadores de diplomas expedidos por instituições internacionais e os que comprovassem cinco anos de experiências em atividades técnicas de Museologia, tal como ocorreu com outras profissões regulamentadas.

O contexto de regulamentação da profissão, portanto, propiciou diversificação dos profissionais atuantes na área, indicando o caminho da interdisciplinariedade, já designado como um dos objetivos básicos da perspectiva da nova Museologia (CHAGAS, 2009). Entre os profissionais envolvidos, destacavam-se historiadores, conservadores, restauradores, técnicos em Museologia, artistas plásticos, dentre outros que realizavam atividades nos museus.

Nas últimas décadas do século XX, no Brasil e no mundo, portanto, presenciaram-se inúmeras mudanças nos paradigmas dos museus e da Museologia. Dentre as principais mudanças no âmbito brasileiro, pode-se destacar a crítica às narrativas oficiais dos museus nacionais, a filiação aos princípios gerais da nova Museologia, a reinvenção de novas narrativas a partir do desenvolvimento dos museus comunitário e de território.

Além disso, destacam-se, ainda, as recentes reflexões da Museologia Crítica, que busca compreender as relações históricas e sociais que determinam os valores construídos dentro da instituição museal, trazendo novos desafios e recolocando questões já presentes nas discussões, mas pouco enfatizadas pelo campo de estudos (HERNANDEZ, 2006). Nessas discussões, revela-se os desafios dos museus de ciência no contexto da globalização, do desenvolvimento tecnológico, das redes de interação, bem como das novas formas de comunicação que também desafiam os tradicionais museus históricos e de arte, nos quais, por muitos anos, os objetos e os próprios museus foram os protagonistas da cena e agora se veem questionados na sua função formadora e de inserção social. Nessa seara, questiona-se, ainda, o desenvolvimento dos novos modelos de exposição-espetáculo que criam nichos específicos de apreciação da arte sem qualquer vínculo com o universo sociocultural, mas que têm grande apelo midiático e, por conseguinte, grande sucesso de público.

A formação dos profissionais e a profissionalização daqueles que atuam no setor ainda se apresenta como um problema. No Brasil, os cursos de graduação ainda

são recentes e carecem de mão de obra qualificada em pesquisa, extensão e ensino; faltam doutores, mestres e especialistas na área. Os cursos de pós-graduação se desenvolvem a passos lentos e não formam pesquisadores em quantidade suficiente para a atual demanda das universidades e do setor de gestão pública da área.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA DE MUSEUS E MUSEOLOGIA

2.1 Conceituando Políticas Públicas

As políticas públicas são resultados de inúmeros debates e interesses divergentes ou convergentes, confrontos e negociações de diversos atores políticos participantes do processo de construção de ideias sobre determinado campo. Segundo Oszlak e O'Donnell, política pública pode ser definida como

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema. (O'DONNELL, 1976, p. 21)

Nesse sentido, quanto mais grupos ou atores sociais e institucionais participarem das discussões e elaboração da política pública, mais ampla ela será, sendo a política pública resultado das relações estabelecidas entre esses atores sociais. A política pública é resultado da convergência de determinados grupos sociais em torno de um objetivo comum, tendo diversos agentes internos e externos ao processo que influenciam a tomada de decisões (RUA, 1976).

Na América Latina, de modo geral, e no Brasil, especificamente, as políticas públicas são marcadas pelas condições e pela lógica das sociedades, tais como centralidade do Estado, concentração de poderes, desigualdades e exclusões. As políticas públicas são geralmente regidas pelo imediatismo, urgência e visibilidade de determinados grupos agregados às redes de poder estabelecidas (RUBIM, 2007).

Caracterizada como constante tensão entre os interesses convergentes e divergentes, as políticas públicas se estabelecem a partir da eleição de determinadas prioridades, ações, programas e cronogramas que se inscrevem na exclusão de tantos outros. A seleção é determinada pelas relações estabelecidas entre os atores sociais envolvidos na discussão política e sua capacidade de negociação (RUBIM, 2007).

As políticas públicas ainda são moldadas por contextos nacionais e internacionais. Nelas, os valores socioeconômicos, culturais, bem como por condições institucionais, regras e relações de poderes políticos predominantes, modelos técnicos,

disputas ideológicas que influenciam a seleção e hierarquização de decisões, avaliação, procedimentos e ações de grupos da sociedade por prioridade (SANTOS, 2004).

Na segunda metade do século XX, no contexto de alargamento dos movimentos sociais de contestação social, descolonização e mudança nos paradigmas de ação dos grupos sociais, as políticas públicas alcançaram grande importância como estratégia de Estado, sociedades e instituições para atenuar as desigualdades produzidas ao longo do tempo pelos modelos socioeconômicos vigentes. Aos poucos, elas se transformaram em espaços de constituição de lutas associadas aos direitos civis e à cidadania (CHAUÍ, 2006).

No campo da cultura, as políticas públicas no Brasil foram marcadas pela ausência, instabilidade e autoritarismo (RUBIM, 2007). As políticas para a área da cultura ficaram no segundo plano ou relegadas a ações pontuais vinculadas a setores isolados ou de expressão restrita a grupos sociais privilegiados. Quase sempre foram marcadas pela exclusão e pela manutenção de estruturas de permanência e continuidade de construções históricas de exclusão social.

2.2 Políticas públicas e os museus brasileiros

O museu também foi objeto de políticas públicas. Desde o estabelecimento da Casa dos Pássaros, o Museu Real (1818) atual Museu Nacional, da criação do Museu Histórico Nacional e do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), dentre outras instituições, o Estado criou mecanismos para a atuação museal como campo intrinsecamente relacionado à cultura nacional. Nessa perspectiva, as políticas públicas de cultura no Brasil estabeleceram os principais marcos para a ação museal no plano público e privado, marcada por relação intrínseca e de dependência entre os museus e o Estado brasileiro.

Para se pensar as políticas públicas para os museus, não se pode desconsiderar as trajetórias anteriormente discutidas desde a década de 1920 e 1930, passando pelas décadas de 1960 e 1970 com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e da Fundação Nacional das Artes (Funarte) aos dias atuais, especialmente no que diz respeito à criação de normativas legais pelo SPHAN sobre patrimônio e sua salvaguarda. No entanto, enfatiza-se que a primeira década do século XXI, entre 2003 e 2009, foi fundamental na construção de um aparato legal de consolidação da área museal e museológica no Brasil. Não se trata aqui de afirmar o

caráter único do período ou demarcá-lo como o auge do campo, seu início ou fim, mas apenas de enfatizar a importância dos marcos legais criados como expressão da política pública estabelecida no período e, especificamente, desenvolvida para a área de museu e Museologia, fruto de uma decisão política marcada por discussões e negociações entre os grupos políticos articulados em torno da questão dos museus, Estado e sociedade.

Nos últimos anos, com o desenvolvimento e a proliferação de instituições museais no Brasil, o Ministério da Cultura, articulado aos museus e pressionado por pesquisadores, conservadores e museólogos, decidiu discutir a sistematização de uma política pública para os museus brasileiros. Essa discussão foi intensificada em 2003 e resultou na elaboração da Política Nacional de Museus que tem sua base legal na Constituição de 1988 e no legado legislativo das décadas anteriores.

A Constituição de 1988 estabeleceu, nos artigos 215 e 216, que o Estado brasileiro garantiria a todos o exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiaria e incentivaria a valorização e a difusão das manifestações culturais. O Estado ainda protegeria as manifestações das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e de outros grupos formadores do processo civilizatório nacional. Nesses artigos, o constituinte estabeleceu as bases para as políticas públicas na área da cultura, especialmente das ações de preservação e incentivo (BRASIL, 1988).

A Constituição ainda definiu aquilo que seria considerado patrimônio cultural brasileiro. Neste, incluiu-se os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou conjuntamente considerados, portadores de referências à identidade, ação ou memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, elencada uma enumeração exemplificativa, como as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações, saberes, fazeres e espaços destinados a manifestações culturais, etc. A Constituição ainda previa a colaboração da comunidade e do Estado nas ações de preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro, estabelecendo os meios pelos quais os patrimônios seriam protegidos: inventário, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Em outro dispositivo, a Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, tornou obrigatória a criação de um Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual (decenal), visando ao desenvolvimento de ações planejadas e coordenadas para a organização, fomento e acompanhamento da área cultural no Brasil. O Plano deveria prever ações de produção, promoção e difusão de bens culturais; formação de

peçoal qualificado para gestão da cultura; democratização do acesso aos bens da cultura; e valorização da diversidade étnica e regional brasileiras (BRASIL, 1988).

No campo da política cultural, antes da Constituição de 1988, no ano de 1986, foi promulgada a Lei nº 7.505, conhecida como Lei Sarney, que instituiu benefícios fiscais no Imposto de Renda para a promoção de ações na área da cultura. Após a Constituição, essa Lei foi reorganizada e promulgada uma nova lei ordinária, a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida por Lei Rouanet, que estabelecia o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC – e previa dois mecanismos de apoio cultural: o Fundo Nacional de Cultura – FNC - e o Incentivo a Projetos Culturais - mecenato² (TOLENTINO, 2007). Dois anos depois, foi criada a Lei nº 8.685/93, conhecida como Lei do Audiovisual, organizada nos mesmos moldes da Lei Rouanet, visava a angariar recursos para o setor audiovisual, especialmente para a produção cinematográfica.

A Lei Rouanet é muito criticada até os dias atuais por não ter resolvido o problema do fomento à área cultural e deixado para o mercado a definição de parte significativa dos projetos que receberiam investimentos. Segundo Tolentino, “(...) embora o mecenato permita que os projetos culturais sejam apoiados por meio de renúncia fiscal, tratando-se, portanto, de recursos públicos, as empresas não o concebem dessa forma”. As empresas geralmente apoiam projetos com grande retorno para a sua própria imagem, escolhendo apenas grandes museus, megaeventos, artistas renomados, exposições internacionais quase exclusivamente no Sudeste (TOLENTINO, 2007).

Romper as barreiras do mercado no âmbito do investimento na área da cultura não é uma tarefa fácil. No entanto, os debates públicos e acadêmicos sobre esse tema têm gerado ações governamentais nesse sentido. A criação da Política Nacional de Museus (2003), do Estatuto de Museus (2009) e do Plano Nacional de Cultura pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, sinaliza para essas mudanças ao organizar e planejar, na perspectiva de médio e longo prazo, as prioridades para a área.

A Política Nacional de Museus foi lançada em 2003 após longas discussões com os setores envolvidos e profissionais da área. Nela, encontram-se as bases para o desenvolvimento do setor de museus, dos seus profissionais e da área acadêmica. Seu objetivo principal é

² O FNC é fundo formado por recursos públicos e outras fontes que busca financiar projetos culturais. O mecenato beneficia com redução fiscal os que investem em projetos culturais. Neste caso, os benefícios fiscais podem chegar a 100% dos valores investidos e geram grande marketing para as empresas envolvidas em projetos culturais.

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (BRASIL, 2003).

A Política Nacional de Museus visa a fundamentar as ações a serem desenvolvidas em prol da revitalização dos museus brasileiros, estimular a produção de saberes e fazeres museais e desenvolver os estudos no campo museológico. Essa política teve como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos, bem como a democratização dos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais representativos de diferentes grupos sociais e étnicos, de diferentes regiões e localidades do país (BRASIL, 2003).

Enfatize-se que esta não foi a primeira tentativa de criar programas específicos para a área museológica. No Plano Plurianual 2000-2003, organizado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o programa Museu, Memória e Cidadania. No entanto, o programa não alcançou as demandas do setor e da sociedade em relação à área museológica (TOLENTINO, 2007).

A nova Política Nacional de Museus (2003) estabelece sete eixos programáticos para o setor: gestão e configuração do campo museológico, democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos, informatização de museus, modernização de infraestruturas museológicas, aquisição e gerenciamento de acervos culturais e financiamento e fomento para museus (BRASIL, 2003).

A partir da Política Nacional de Museus, foi organizado o Cadastro Nacional de Museus, lançado o Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia e criado o Sistema Brasileiro de Museus. O Cadastro Nacional de Museus visa à criação de uma plataforma nacional de informações e dados sobre os museus brasileiros. O Programa Nacional de Capacitação em Museologia, por sua vez, prevê a criação de programa de capacitação e formação em Museologia para técnicos do setor, com a ampliação de oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus, bem como a criação de Programas de Qualificação de Museus junto ao CNPq, à CAPES e às Fundações de Amparo à Pesquisa e às instituições de ensino superior (BRASIL, 2003).

Já Sistema Brasileiro de Museus, uma das metas da política, foi criado pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, com a finalidade de promover a interação entre museus, instituições afins e profissionais; valorização, registro e disseminação de conhecimentos do campo museal; gestão integrada e desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; desenvolvimento de ações de aquisição, capacitação, documentação, pesquisa, conservação, restauro e comunicação entre entidade que compõem o sistema.

Desenvolvido no seio do Sistema Nacional de Cultura como sistema setorial de cultura, o Sistema Brasileiro de Museus tem a perspectiva integradora das atividades museais e o intercâmbio de experiências positivas em prol do aperfeiçoamento dos museus brasileiros. Ampliam-se, dessa maneira, as possibilidades de diálogo entre os museus brasileiros, sejam públicos ou privados, e outras organizações ligadas à área de Museologia, como escolas, universidades, organizações sociais, que podem fazer parte do Sistema por meio de instrumento hábil firmado com o Ministério da Cultura.

O Decreto nº 5.264 ainda previu a organização de um Comitê Gestor do Sistema com o objetivo de apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor. O Comitê é formado por representantes de diversos órgãos: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Turismo, sistemas estaduais de museus, sistemas municipais de museus, entidade representativa de museus privados, entidade representativa de ecomuseus e museus comunitários, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Associação Brasileira de Museologia e instituições universitárias (BRASIL, 2006). O Sistema, portanto, possibilita a aproximação de diversos setores da sociedade civil e a criação de uma esfera de discussão das políticas públicas para o setor.

No Decreto, há ainda uma caracterização das instituições museológicas. Elas devem realizar o trabalho permanente com o patrimônio cultural; disponibilizar acervos e exposições ao público, propiciando a construção de identidade, percepção crítica da realidade cultural brasileira e estímulo à produção de conhecimentos e novas oportunidades de lazer; desenvolver programas projetos e ações com o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e comunicar, investigar, interpretar, documentar e preservar testemunhos culturais e naturais. Essa caracterização das instituições museológicas encontra em consonância com os papéis atribuídos ao

museu pelas novas correntes teóricas da Museologia que rompem com o antigo tripé museal – edifício, objeto, público – e ampliam o olhar para os bens culturais socialmente construídos e para a produção e crítica do conhecimento, sem se distanciar das orientações conceituais do ICOM, passando a creditar ao patrimônio, território e comunidades os valores preferenciais das instituições museais.

O lançamento representou vitória política do setor museológico, mas, principalmente, mudança de postura do Ministério da Cultura em relação ao setor, até então relegado a ações pontuais no contexto das políticas públicas. No que diz respeito aos investimentos, houve também significativo aumento por meio do mecenato e do Fundo Nacional de Cultura; cerca de 300 milhões foram investidos nos primeiros três anos da nova política, entre 2003-2006 (IBRAM, 2010).

Enfatize-se que a política para a área da Museologia encontra-se em consonância com o Plano Nacional de Cultura, criado em 2010. Com duração de 10 anos, o Plano rege-se pelos princípios da liberdade de expressão, diversidade cultural, respeito aos direitos humanos, direito à informação, arte, cultura, memória, tradições, valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável, democratização das políticas públicas e impõe ao Estado o papel de formular, fomentar, avaliar, proteger e divulgar os programas e ações na área da cultura. Além disso, a Lei previa a criação do Sistema Nacional de Cultura como principal articulador federativo do Plano. O Sistema foi criado em 2012. Dentre os elementos constitutivos do Sistema, destacam-se os sistemas setoriais: sistema de patrimônio cultural, sistema de bibliotecas, sistema de museus, etc. Logo, o sistema de museus integra-se, portanto, ao Sistema Nacional de Cultura, mas teve uma política específica criada em 2003.

Em 2009, após longas discussões legislativas sobre o papel dos museus na sociedade brasileira no âmbito das comissões parlamentares, aprovou-se a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus. Nesta Lei, define-se o conceito de museu, estabelecem-se as formas de criação de museus, identificam-se suas funções e atribuições, bem como criam-se dispositivos para a proteção dos bens culturais, estabelecendo penalidades em caso de ação ou omissão (BRASIL, 2006).

Uma das importantes inovações da Lei está na obrigatoriedade da dimensão gerencial exigida dos museus. A exemplo da Portaria nº 01, de 5 de julho de 2006, do IPHAN, que trata do Plano Museológico dos museus no âmbito dessa autarquia, a Lei nº 11.904/2009 tornou a organização desse instrumento de gestão das instituições museais uma obrigatoriedade para todos os museus. O Plano deveria conter

diagnóstico participativo, identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob a guarda, identificação do público e detalhamento dos programas institucional, de gestão de pessoas, de acervos, de exposições, educativas e culturais, de pesquisa, arquitetônico-urbanístico, de segurança, de financiamento e fomento e de comunicação. Deve ainda caracterizar-se pela exequibilidade, adequação aos distintos programas, apresentação de cronograma de execução, metodologia adotada, descrição das ações planejadas e constante avaliação (BRASIL, 2009).

A Lei reafirma elo entre a sociedade e o museu ao sinalizar para a importância da sociedade civil organizada junto ao museu, reconhecendo as sociedades de amigos dos museus como instâncias de aproximação com a sociedade, bem como de fomento e sustentabilidade das instituições museais. Buscou-se diálogo com a sociedade organizada no sentido de pensar o museu como construção coletiva associada aos patrimônios culturais de dimensões locais, regionais, nacionais e, talvez, universais, vinculados à existência humana.

A Lei nº 11.904/2009 ainda estabeleceu o Sistema de Museus como uma rede organizada de instituições museológicas, “baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, à articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.” (CÂMARA, 2012). Estimula a criação de sistemas municipais, estaduais, regionais e distritais de museus como forma de articular, fortalecer e consolidar as instituições museais, criando mecanismos de intercâmbio de pessoas, acervos, conhecimentos, etc.

A Lei foi considerada marco regulatório para o setor museológico. Nas suas bases estão as principais normas a serem aplicadas aos museus, as exigências gerenciais, administrativas, de preservação e comunicação museal, bem como reafirma e valoriza o patrimônio cultural brasileiro em suas mais diversas dimensões como condição para o exercício pleno da cidadania, considerando que o acesso aos bens culturais é fundamental para atuação cidadã.

Ainda em 2009, foi promulgada a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), em substituição ao Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), órgão extinto ligado à estrutura administrativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Fruto de muitos debates acirrados dentro do antigo DEMU, a nova autarquia federal, teria a tarefa de criar políticas públicas de forma autônoma para o setor museal e museológico no país.

Sua principal função seria administrar os 28 museus legados do antigo DEMU, administrar pessoal, recursos financeiros; propor projetos e ações para o setor; estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos; fiscalizar e gerir os bens culturais musealizados, promovendo inventário sistemático desses bens; desenvolver e apoiar programas de financiamento; implantar e manter o Cadastro Nacional de Museus; promover e desenvolver atividades de pesquisa sobre o patrimônio musealizado; propor medidas de segurança e proteção de acervos; desenvolver e estimular intercâmbio, circulação e gestão de acervos e coleções; e lidar com os profissionais do campo, organizando e negociando as diversas demandas e situações da área (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

Seguindo uma tendência internacional, como Espanha, França e Portugal, o país passava a tratar os museus públicos e os privados de forma autônoma e como prioridade no âmbito das políticas públicas para a área de cultura, ampliando o acesso aos bens culturais e preservando os acervos materiais inscritos nas diversas instituições espalhadas pelo país (MORAES, 2009).

A criação da autarquia, no entanto, não encerrou os debates pela melhoria das condições do setor no Brasil; aprofundou, na verdade, os desafios da área que, desde a década de 20 do século XX, teve incentivos pontuais, marcados pela descontinuidade e instabilidade. Os desafios que se impõem à autarquia são enormes: garantir recursos financeiros, de pessoal; gerir conflitos relacionados aos espaços ainda partilhados com o IPHAN; criar condições de renovação dos quadros dos museus federais com pessoal especializado; conservar e restaurar acervos de diversas tipologias; propor a reorganização do setor segundo os parâmetros das novas perspectivas museológicas, considerando o papel do museu junto às comunidades locais e às políticas públicas de acesso e construção dos bens culturais.

A constituição dessa política pública voltada para os museus caracteriza-se por mudança de postura em relação à área. O Ministério da Cultura elegeu os museus para ocupar o lugar central em suas ações. Os museus foram transformados em prioridade para o Ministério, como produtos de um novo lugar social, simbólico e institucional. A partir de 2003, transformaram-se os museus em objeto de ações e intervenções das políticas públicas organizadas e direcionadas ao setor museal.

No que tange ao fomento de museus, a Política Nacional de Museus, lançada em 2003, no sexto programa, denominado Financiamento e Fomento para Museus, elegeu cinco prioridades abrangentes para o programa, tais como a criação de

fundo de amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros; criação de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, Capes e Fundação de Amparo à Pesquisa e instituições de ensino superior, considerando as especificidades da realidade da área no Brasil; criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; estabelecimento de parcerias entre diversas esferas do poder público e a iniciativa privada com a finalidade de promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; e, por fim, o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado. As cinco prioridades estabelecidas orientaram as políticas de fomento de agências como o CNPq no que se refere aos lançamentos de editais que incluíam os setores museais ligados às esferas da ciência e da tecnologia.

Todas essas mudanças nas orientações políticas e legais no âmbito da cultura e, especialmente, no âmbito dos museus, com o estabelecimento da Política Nacional de Museu, do Sistema Brasileiro de Museus e do Estatuto de Museus, possibilitaram a ampliação do fomento à pesquisa na área da Museologia e dos auxílios a projetos museais, a exemplo dos financiamentos concedidos nos últimos anos pelo MCTI por meio do CNPq à área da Museologia e museus.

CAPÍTULO 3 - O CNPQ E O FOMENTO À PESQUISA

3.1 O CNPq e o fomento à ciência e à tecnologia

O CNPq, fundação pública do MCTI, é uma entidade que tem por finalidade promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e de tecnologia. Surgiu da necessidade de criação de uma entidade governamental específica para promoção do desenvolvimento científico no país (CNPq, 2010).

A partir da Segunda Guerra Mundial, os avanços da tecnologia bélica despertaram os países para a importância da pesquisa científica, e a participação do Brasil revelou as carências científico-tecnológicas e militares que fragilizaram nossas possibilidades de defesa nacional. Isso provocou a mobilização de cientistas e militares no enfrentamento dos desafios da guerra. Em maio de 1946, o almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), propôs ao governo do marechal Eurico Gaspar Dutra a criação de um conselho nacional de pesquisa. O almirante Motta e Silva defendia a criação de uma instituição governamental com função de amparar e coordenar a pesquisa científica nacional. O governo, então, nomeou uma comissão especial para estudar o projeto sobre a criação do Conselho de Pesquisas (CNPq, 2010).

Somente em 1951, já durante o governo de Getúlio Vargas, foi sancionada a lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisas como autarquia vinculada à Presidência da República. A Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, criadora do CNPq, foi chamada de “Lei Áurea da pesquisa no Brasil”. A lei estabelecia como suas finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. Sua missão abrangia qualquer domínio do conhecimento, mas com especial interesse no campo da física nuclear, como a pesquisa e aproveitamento da energia atômica. Somente em 1954, com a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEM -, a gerência da atividade nuclear no Brasil passou a ser independente do CNPq (CNPq, 2010).

Foi estabelecida a estrutura do novo órgão, composto por Conselho Deliberativo, Presidência, Vice-Presidência, Divisão Técnico-Científica, Divisão Administrativa e Consultoria Jurídica, além de comissões especializadas. O Conselho Deliberativo constituiu-se como instância decisória máxima da agência. O orçamento era proveniente da União, por meio do Fundo Nacional de Pesquisas, e visava financiar pesquisas científicas e tecnológicas. Inicialmente, havia bolsas de estudo ou de formação e as de pesquisa. Posteriormente, foram criadas as bolsas de iniciação científica, aperfeiçoamento ou especialização e estágio para desenvolvimento técnico, pesquisador-assistente, pesquisador-associado e chefe de pesquisa. Esse quadro desenvolveu-se para as modalidades de bolsas atuais (bolsas individuais no País e no exterior e bolsas por quota) (CNPq, 2010).

Juntamente com a criação do CNPq, na década de 1950, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com objetivo de garantir recursos específicos de formação de cientistas e pesquisadores no ambiente acadêmico. Mais tarde, já na década de 1960, os governos federal e estaduais passam a criar comissões, programas e fundações visando à importância da pesquisa científica, contribuindo mais para o fomento à pesquisa científica. Para incorporar a política científica e tecnológica nacional, em 1964, a lei de criação do CNPq foi alterada ampliando a área de competência da instituição, agora formuladora da política científico-tecnológica nacional (CNPq, 2010).

No ano de 1974, durante o governo de Ernesto Geisel, o Conselho Nacional de Pesquisas foi transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - fundação de personalidade jurídica de direito privado, garantindo, assim, maior agilidade operacional. Em 1985, o CNPq vinculou-se ao recém-criado Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, órgão central do planejamento estratégico da ciência no Brasil, deixando de ser subordinado à Presidência. Nos anos 1990, o CNPq criou instrumentos fundamentais para atividades de fomento a pesquisa: a Plataforma Lattes e o Diretório dos Grupos de Pesquisa. Estes instrumentos têm papel central na avaliação, acompanhamento e direcionamento para políticas e diretrizes de incentivo à pesquisa (CNPq, 2010).

Atualmente, o CNPq é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI - e tem papel fundamental na concretização das políticas públicas nas áreas de ciência e de tecnologia. Dentro do escopo da pesquisa, de

2002 a 2012, o MCTI e o CNPq foram orientados por dois planos quadrienais de Ciência, Tecnologia e Inovação. O primeiro plano quadrienal (2003-2006), publicado ainda em 2003, foi a base para o estabelecimento da Política Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação (PNCT&I), lançada em 2004. Nele, o MCTI estabeleceu 24 áreas prioritárias relativas às temáticas da biodiversidade, gestão de ecossistemas, biodiesel, nanotecnologia, atividades espaciais, tecnologia da informação, comunicação, além da inclusão social, na qual se inseriu e se articulou a área de Difusão e Popularização da Ciência (NAVAS, 2008). Aos poucos, essa área foi ganhando destaque nas políticas de fomento dentro do CNPq.

No Plano Plurianual 2004-2007, do Governo Federal, nas políticas de Ciência e Tecnologia, estabeleceram-se alguns pontos prioritários como capacitação de recursos humanos para pesquisa, desenvolvimento do ensino na pós-graduação e da pesquisa científica, conservação e uso sustentável de recursos genéticos, ciência e tecnologia para inclusão social, atividades nucleares, tecnologia de uso aeroespacial, tecnologia de uso naval, tecnologia de uso terrestre, gestão da política de ciência e de tecnologia e difusão e popularização da ciência, área na qual se inseriu parte significativa dos recursos destinados aos museus partir desse momento (BRASIL, 2004).

No plano de ação 2007-2010, o MCTI estabeleceu como prioridades a expansão e a consolidação do Sistema Nacional CT&I; promoção da inovação tecnológica nas empresas, incentivo à criação; produção, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o país; e Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento social como promoção da popularização e do aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a difusão de tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social. Essa última prioridade, estabelecida no Plano de Ação do Ministério, definiu, de forma contundente, a maneira como as ações e os financiamentos foram direcionados dentro do CNPq para realizar os objetivos dessa prioridade (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2007).

É importante ressaltar que as prioridades estabelecidas pelo Ministério nesse momento estavam em sintonia com o Plano Plurianual 2008-2011, do Governo Federal. Entre as prioridades do Plano Plurianual estavam a redução das desigualdades regionais, promoção da inclusão social, acesso à educação e aos conhecimentos em seus diversos níveis e modalidades, elevação da competitividade do país com inovação tecnológica, dentre outras (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2007).

Todas essas perspectivas das políticas públicas do Governo Federal e, especificamente, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação impactaram diretamente nas ações de fomento do CNPq e se materializaram em editais para museus de ciência. Além disso, elas contribuíram diretamente para o desenvolvimento de pesquisas em áreas estratégicas e para a formação de pesquisadores em várias áreas de conhecimento, dentre elas encontra-se as áreas de museus e Museologia. É importante enfatizar a clara divisão entre os museus de ciência e tecnologia e os museus ligados à arte, história, comunidades, etc. Os primeiros, desde sua criação, foram associados à instituições científicas de formação educacional, como universidades e, mais tarde, com a organização dos setores do Governo Federal, foram (dois deles) alocados junto ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação ou vinculados ao Ministério da Educação, como universidades federais, fundações e autarquias; os outros (museus de arte, história, comunitários, etc) vincularam-se a instituições culturais como secretarias de cultura, Ministério da Cultura e seus órgãos, Sphan, IPHAN, IBRAM. Essa separação institucional impactou diretamente o desenvolvimento dessas instituições, enfraquecendo o financiamento de ambos. Enfatize-se que essa divisão foi fruto de decisões políticas organizadas ao longo do tempo, mas que não expressam uma divisão entre ciência & tecnologia e cultura.

3.2 Fomento à Museologia no CNPq

O CNPq tem a finalidade de financiar a formação, capacitação e aprimoramento de recursos humanos no Brasil e no exterior; financia pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação, mediante recursos financeiros para despesas de capital e custeio de projetos; conta com recursos próprios e realiza parcerias com instituições nacionais, de âmbitos federais, estaduais e municipais, e internacionais, mediante convênios organizados para essa finalidade (CNPq, 2010).

O Conselho divide as áreas do conhecimento de acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC), utilizada também pela CAPES. A tabela organiza as áreas do conhecimento em ciência e tecnologia do Brasil para fins de gestão e avaliação do conhecimento científico e tecnológico. Foram produzidas três tabelas entre as décadas de 1970 e 1980. A primeira Tabela foi criada em 1976; a segunda, em 1982, e a terceira, em 1984, vigente até os dias atuais (STUMPF; SOUZA, 2009). Houve diversas tentativas de atualização e reformulação da tabela nas últimas décadas, mas a tabela de 1984 permanece vigente.

Na Tabela de 1984, dividiu-se as áreas do conhecimento em oito grandes áreas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. A área do conhecimento da Museologia, nessa versão da TAC, foi alocada em uma das 13 áreas das Ciências Sociais Aplicadas: Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial e Turismo (STUMPF; SOUZA, 2009, p. 2).

Em 2005, foi criada uma comissão, formada por CAPES (Ministério da Educação), CNPq (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e Agência Brasileira de Inovação – FINEP – empresa pública vinculada ao MCTI, para avaliação de proposta de reformulação da TAC. Na proposta, pesquisadores de Museologia propuseram criação de área separada, com as subáreas: Fundamentos Teóricos da Museologia, Gestão de Instituições Museológicas, Curadoria de Mostras em Museus e Museus Temáticos, com a finalidade de ampliar o escopo de bolsas e auxílios recebidos pelos organismos de fomento (STUMPF; SOUZA, 2009). A proposta, no entanto, não foi implementada pelo Conselho.

No CNPq, dentre as modalidades de bolsas e financiamentos concedidos, destacam-se as bolsas individuais no país: Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ), Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT), Pesquisador-Visitante (PV), Desenvolvimento Científico Regional (DCR), Pós-Doutorado Júnior (PDJ), Pós-Doutorado Sênior (PDS), Doutorado-Sanduíche no País (SWP), Pós-Doutorado Empresarial (PDI), Doutorado-Sanduíche Empresarial (SWI); bolsas individuais de fomento tecnológico: Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI), Especialista Visitante (EV), Extensão no País (EXP), Apoio Técnico em Extensão no País (ATP), Fixação e Capacitação de Recursos Humanos, Fundos Setoriais (SET), Apoio à Difusão do Conhecimento (ADC), Iniciação ao Extensionismo (IEX), Especialista Visitante (BEV), Estágio/Treinamento no País (BEP), Estágio/Treinamento no Exterior (BSP); bolsas individuais no exterior: Doutorado Pleno (GDE), Pós-doutorado (PDE), Doutorado Sanduíche (SWE), Estágio Sênior (ESN), Treinamento no exterior (SPE); bolsas por cota à instituição: Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Iniciação Científica – ações afirmativas, Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); bolsas por cota ao curso de pós-graduação: Doutorado (GD), Mestrado (GM), Pós-graduação

Integrada/Doutorado Direto; bolsas por cota ao pesquisador: Iniciação Científica (IC), Apoio Técnico (AT); bolsas por cotas às FAPs: Iniciação Científica Júnior (ICJ); Auxílio à Pesquisa (APQ) (CNPq, 2010).

O julgamento dos projetos submetidos ao CNPq é responsabilidade dos Comitês Assessores. Eles são divididos em três grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Vida e Engenharias, Ciências Exatas e da Terra. A área de Ciências Humanas e Sociais, na qual encontra-se a Museologia, está dividida em duas coordenações diferentes: Ciências Sociais Aplicadas e Educação (COSAE) e Ciências Humanas e Sociais (COCHS) (CNPq, 2010).

São 10 Comitês os responsáveis pelos julgamentos dessas áreas. Dentre eles, encontra-se o Comitê Assessor de Artes, Ciência da Informação e Comunicação (CA-AC), responsável pelo julgamento das áreas de Artes, Ciência da Informação, Comunicação e, também, da Museologia. O Comitê AC é composto por cinco membros assessores das áreas de Comunicação, Artes e Ciência da Informação. A Museologia não tem representante no Comitê AC. Os projetos da área são julgados por um membro desse Comitê de acordo com as modalidades de bolsa e auxílio (CNPq, 2010).

Dentre as diversas modalidades de bolsas e apoio à pesquisa, destaca-se a Bolsa Produtividade em Pesquisa. Essa modalidade é importante e foi selecionada nesse artigo para análise por visar a financiar pesquisas de excelência com duração que varia de três a cinco anos. Para o CNPq, a bolsa é “destinada aos pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq” (CNPq, 2010).

A área de Museologia somente recebeu financiamento para projetos de pesquisa do CNPq nos últimos anos. A primeira bolsa produtividade em pesquisa na área foi aprovada em 2006. Até 2009, a área possuía um bolsista produtividade, Prof. Dr. Marcus Granato, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Na última chamada de bolsa produtividade em pesquisa, 10/2009, o CNPq, concedeu quatro novas bolsas à área. Proporcionalmente, pode-se dizer que a Museologia foi a área das Ciências Humanas que mais cresceu nos últimos anos, 500%. Atualmente, a área tem cinco bolsistas produtividade em pesquisa: Dra. Diana Farjalla Correia Lima (UNIRIO), Dr. Márcio Ferreira Rangel (MAST), Dr. Marcus Granato (MAST), Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (UFPEL), Dra. Marília Xavier Cury (USP) (CNPq, 2013).

Quadro Geral dos Bolsistas Produtividade em Pesquisa de Museologia – CNPq

Tabela 1 – Quadro geral dos bolsistas Produtividade em Pesquisa de Museologia - CNPq

Nome	Instituição	Título do Projeto
Diana Farjalla Correia Lima (dout. 2003 – IBICT) Graduação: Museologia	UNIRIO	Musealização e patrimonialização: termos e conceitos da Museologia em ação – identificando e explicitando indicadores teóricos-práticos para aplicação
Márcio Ferreira Rangel (dout. 2006 – Fiocruz) Graduação: Museologia	MAST	A construção e a formação de coleções museológicas
Marcus Granato (dout. 2003 – UFRJ) Graduação: Engenharia Metalúrgica e de Materiais	MAST	Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (dout. 2002 – PUC/RS) Graduação: História	UFPEL	Museu Novo? Análise de experiências museológicas em comunidades urbanas no Mercosul
Marília Xavier Cury (dout. 2005 – USP) Graduação: Educação Artística	USP	A pesquisa acadêmica de recepção de público em museus no Brasil

Dos projetos de pesquisa de bolsa Produtividade em Pesquisa, pode-se elencar a subárea de Museu e Patrimônio como a que mais se destaca nas temáticas dos projetos financiados pelo Conselho. Enfatiza-se que não há pesquisas sobre museus dentre as pesquisas financiadas na modalidade bolsa Produtividade em Pesquisa no CNPq, a maioria se encontra vinculada à temática do patrimônio.

No primeiro projeto, a pesquisadora Diana Farjalla Correia Lima pretende identificar e analisar, no contexto das instâncias ligadas à musealização e patrimonialização, termos e conceitos representativos da linguagem de especialidade do campo museológico; as políticas institucionais de entidades socialmente credenciadas para trato do assunto e exercidas em abrangência nacional e internacional, visando construir e explicitar um elenco de critérios de valor e seus procedimentos de intervenção (indicadores) que regem a apropriação simbólica de manifestações

caracterizadas como Bens Culturais e disponibilizar (acesso livre) tal produto terminológico-metodológico no site do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS (CNPq, 2013a).

No segundo projeto, Márcio Ferreira Rangel analisa a concepção de ciência, memória e patrimônio, presente na formação das coleções museológicas que possuem objetos de ciência e tecnologia, verificando os seus reflexos nos processos de documentação e exposição de instituições tipológicas diferentes (CNPq, 2013a).

No terceiro projeto, o pesquisador Marcus Granato pretende pesquisar o patrimônio da ciência e tecnologia (C&T) no país, na tentativa delimitar e avaliar as formas para sua proteção. Pretende, ainda, realizar pesquisa de campo com o objetivo de produzir levantamento que permita visualizar um panorama sobre conjuntos de objetos que seriam candidatos a constituir um possível inventário nacional do patrimônio de C&T no país e elaborar uma prosopografia de dois conjuntos desses objetos (CNPq, 2013a).

No quarto projeto, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira analisa algumas experiências museais com o perfil de museus comunitários ou fortemente vinculados a comunidades de origem e a um território, a partir do conhecimento de suas dinâmicas internas, seus processos de criação e de gestão, os princípios norteadores, o tratamento concedido às manifestações culturais entendidas como patrimônio, suas inscrições em uma matriz sociopolítica e os possíveis impactos dessas experiências para a construção de um modelo museológico a ser delineado no futuro (CNPq, 2013a).

No quinto projeto, a pesquisadora Marília Xavier Cury pretende reunir pesquisas acadêmicas com temas museológicos sobre avaliação de público e elaboradas sob o viés avaliativo, considerando a forma de construção dos experimentos no que se refere à sua fundamentação e pertinência (CNPq, 2013a).

Nas outras áreas do conhecimento mais tradicionais, que se consolidaram a mais tempo, há maior número de bolsistas produtividade em pesquisa. Nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, há 960 bolsistas, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2 – Tabela de distribuição de bolsas Produtividade em Pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas

Área do conhecimento	Quant.	% (*)
Administração	177	18,44%
Arquitetura e Urbanismo	94	9,79%
Ciência da Informação	46	4,79%
Divulgação Científica	1	0,10%
Comunicação	130	13,54%
Demografia	34	3,54%
Desenho Industrial (**)	31	3,23%
Direito	66	6,88%
Economia	210	21,88%
Economia Doméstica	1	0,10%
Museologia	5	0,52%
Planejamento Urbano e Regional	79	8,23%
Serviço Social	73	7,60%
Turismo	13	1,35%
Total	960	100%

Gráfico de Bolsa Produtividade em Pesquisa do CNPq. Disponível em <<http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>>. Acesso em maio de 2013.

(*) Percentual sobre o total de 960 Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia, no país Brasil.

(**) A área de Desenho Industrial localiza-se atualmente na esfera das Engenharias, não sendo responsabilidade das Ciências Sociais Aplicadas

Observa-se que a área de Museologia ainda carece de maior reconhecimento por parte do universo acadêmico. Para Pierre Bourdieu, o campo científico, como ocorre nas artes, na literatura, na língua, nas obras culturais, é um campo de forças inseparável do campo de lutas. Neste residem as lutas pela produção correspondente que visam a conservar ou transformar as relações constituídas dentro dos cânones estabelecidos (BOURDIEU, 1996). No caso da Museologia, como novo campo de estudo, ainda em construção e com pouca legitimação, seu espaço de transformação encontra resistência de outras disciplinas que ocupam o espaço, como História, Ciência da Informação, Artes, que já conformaram espaço específico na estrutura do campo e seus membros estão dispostos a lutar pela conservação da distribuição do capital simbólico³ sem subverter ou transformar a ordem estabelecida (BOURDIEU, 1996).

No caso específico desse estudo, fica clara a dificuldade que a área encontra para transformar o campo e se impor como área do conhecimento. No CNPq,

³ Para compreender o conceito de capital simbólico desenvolvido por Bourdieu ver: BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996; BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ela não conta com comitê próprio e nem sequer de um membro que o represente no Comitê Assessor que julga os processos da área, ficando alienada das decisões mais importantes no que tange ao fomento de pesquisa para a área. O reconhecimento é fundamental para garantir espaço no âmbito da pesquisa e, principalmente, no âmbito do financiamento público da pesquisa, sem os quais dificilmente a área ganhará notoriedade entre as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Ainda que tenha crescido no número de projetos financiados na modalidade Bolsa Produtividade em Pesquisa, considera-se ainda débil e limitado o quadro do fomento da área da Museologia realizado pelo CNPq. As políticas públicas de incentivo, qualificação e desenvolvimento de pesquisas na área de Museologia encontram-se em fase inicial de implementação e são consideradas fundamentais para ampliar o escopo científico da área, atender à demanda crescente dos mercados museais, bem como cumprir as metas estabelecidas na Política Nacional de Museus, organizada em 2003.

3.3 Fomento aos museus no CNPq

Desde o início dos anos 2000, a área de museus tem sido também contemplada com editais. Nestes, o CNPq incentiva a organização de centros e museus de ciências com o intuito de popularizar e divulgar ciência no Brasil. A perspectiva da criação e ampliação desses centros e museus de ciência atende à demanda de vários grupos de pesquisadores que, vinculados a essas instituições, tem como foco de suas pesquisas a divulgação científica. Como fundação pública vinculada ao MCTI, o CNPq atendeu também à política pública elaborada pelo Ministério nos últimos anos, na qual se considerou a ciência, a tecnologia e a inovação como áreas fundamentais para o desenvolvimento do país e a educação científica como condição para o desenvolvimento científico e tecnológico (CNPq, 2010).

Os museus de ciência no Brasil tiveram uma trajetória diferenciada. Ao contrário dos museus ligados à História, arte, comunidades, como o Museu Nacional (no formato atual), o Museu Histórico Nacional, o Museu de Arte de São Paulo, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, dentre outros, que, nascidos no início do século XIX e vinculados às instituições de cultura ou patrimônio, especialmente após a criação do Sphan; os museus de ciência e tecnologia, nascidos no Brasil ainda no século XIX, vincularam-se ao longo do século XX às organizações científicas, de formação

educacional, como universidades, institutos ou centros de pesquisa (SCHWARCZ, 1993).

Mais recentemente, com a criação do MCTI, dois desses museus de ciência passaram a fazer parte da estrutura administrativa do Ministério, distanciando-se dos órgãos que tradicionalmente cuidaram do setor museológico no país como o IPHAN e, recentemente, o IBRAM, ambos ligados ao Ministério da Cultura. Um dos aspectos que chama atenção nessa discussão é o fato de que os museus de ciência e tecnologia, ou, simplesmente, museus de ciência, nasceram, de modo geral, vinculados à pesquisa científica e formação educacional e, aos poucos, expandiram suas atividades, atendendo a algumas demandas da sociedade por comunicação dos acervo, conhecimentos científicos e formação científica (SCHWARCZ, 1993).

Na organização da metodologia da pesquisa, realizou-se levantamento dos editais lançados pelo CNPq utilizando a base de dados do Centro de Memória do Conselho, entre 2002 e 2012, período selecionado para pesquisa. Para localização dos editais foram utilizados três descritores⁴ diferentes - ‘museu’, ‘museus’ e ‘Museologia’. Para o descritor museu não foram encontrados editais ou chamadas específicos; para o descritor ‘museus’, foram encontrados seis editais diferentes; para o descritor Museologia foram encontradas várias referências em chamadas de auxílio à pesquisa, auxílio a eventos, dentre outros; e editais/chamadas associados a diversas modalidades de bolsas, inclusive de bolsa Produtividade em Pesquisa. Para a atual análise e escopo do objeto, todas as chamadas e editais de auxílio à pesquisa associados ao descritor Museologia foram ignorados, exceto a de Produtividade, já analisada.

Na análise dos editais, realizou-se levantamento de informações gerais de cada edital, buscando identificar os valores alocados em cada edital, o público-alvo, regras específicas, o número total de propostas aprovadas, número de propostas aprovadas para museus, valores globais das propostas aprovadas, valores globais aprovados para museus, distribuição geográfica dos recursos aprovados para museus por região e por unidade da federação. No segundo momento, realizou-se a identificação dos museus e dos valores globais que cada museu recebeu ao longo dos últimos 10 anos. No que tange à conceituação de museus, utilizou-se o conceito expresso na legislação brasileira vigente, o Estatuto de Museus, Lei 11.904, de 14 de janeiro de

⁴ Sobre conceitos de “descritores” ver KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documental e representação da informação. *Informare*, v. 2, n.2, p.5-27, jul./dez., 1996.

2009, já que em nenhum momento, o MCTI ou CNPq indicaram com precisão o que designaram como museus ou centros de ciência.

Entre os anos de 2002 e 2012 foram lançados seis editais que abarcam o Comitê de Divulgação e Popularização da Ciência, são eles Edital MCT/SECIS/CNPq nº 07/2003, Edital MCT/CNPq nº 12/2006, Edital MCT/CNPq nº 042 /2007, Edital MCT/SECIS/CNPq nº 63/2008, Edital CNPq/SECIS/MCT /Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa nº 064/2009, Edital CNPq nº 48/2010. Em todos esses editais foram contemplados museus de várias partes do Brasil.

No edital MCT/SECIS/CNPq nº 07/2003, o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de sua Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – alocou cerca de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) do Tesouro Nacional, deslocados para o orçamento do Ministério para financiar atividades que propiciem a instalação e o fortalecimento institucional de museus e centros de ciência com a finalidade de promover a expansão e a melhoria da qualidade do ensino de ciências, o desenvolvimento das inovações e aplicações da ciência e tecnologia, além da difusão e popularização da cultura científico-tecnológica junto à sociedade brasileira (CNPq, 2012).

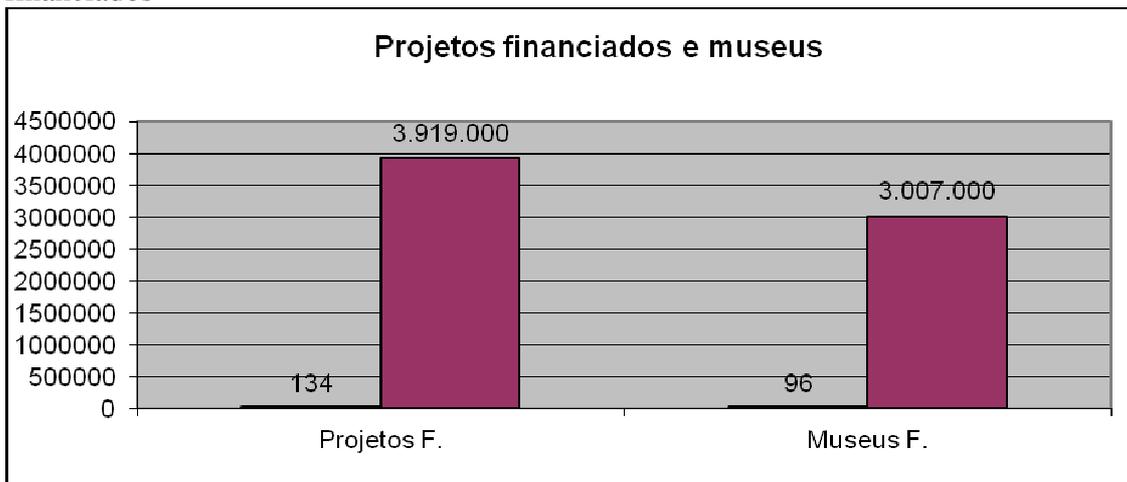
Os valores destinados ao edital foram subdivididos em seis linhas de ação: produção, aprimoramento ou aquisição de experimentos (EXHIBITS) (R\$ 500.000,00); instalação ou aprimoramento de laboratórios científicos de informática, bibliotecas, sala para áudio-visual e outros ambientes de apoio programático, bem como criação de condições de observações/experimentações externas (R\$ 1.550.000,00); promoção de programa de formação continuada de profissionais, técnicos e auxiliares através de cursos, estágios, visitas técnicas no País (R\$ 450.000,00); produção de material de apoio, materiais didáticos de divulgação nas diferentes formas e mídias (R\$ 300.000,00); informatização de ambientes ou processo por meio de rede de comunicação e transmissão digitais de sinais (R\$ 400.000,00); produção de exposições de curta, média ou longa duração, organizadas por eixos temáticos, campos ou áreas do conhecimento (R\$ 800.000,00). Nessas linhas de ação, duas rubricas poderiam ser utilizadas: uma para aquisição de bens de capital, tais como equipamentos, material permanente e despesas com instalações necessárias ao adequado funcionamento dos equipamentos; outra para custeio de material de consumo, componentes ou peças de

reposição, diárias, passagens, pagamento de terceiros e despesas acessórias (especialmente com importação de equipamentos).

O público-alvo do edital compunha-se de especialistas com atuação em instituições configuradas como museus e centros de ciência de organizações públicas ou privadas. Para submeter a proposta, o proponente deveria atender a requisitos: ter curriculum vitae atualizado na base Lattes do CNPq e estar vinculado a museus, centros de ciência ou instituições de ensino superior e pesquisa. A vinculação formal do profissional às organizações era atendida por contrato formal, convênio, cooperação ou outros instrumentos que demonstrassem o vínculo entre o proponente e a instituição (CNPq, 2012).

Nesse edital, houve 134 projetos financiados, perfazendo R\$ 3.919.000,00. Destes, 96 foram museus com R\$ 3.007.000,00. No gráfico 1, é possível identificar os valores globais do projeto e os valores destinados aos museus.

Gráfico 1 – Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados



Observa-se que, neste edital, parte significativa dos recursos foram investidos em museus ou centros de ciência. Coincidentemente, esse foi o ano do lançamento da Política Nacional de Museus e do fortalecimento dos instrumentos de gestão e financiamento dessas instituições.

No que tange à distribuição dos valores globais do edital, R\$ 825.000,00 foram destinados ao Sul, R\$ 185.000,00 ao Centro-oeste, R\$ 417.000,00 ao Nordeste, R\$ 80.000,00 ao Norte e R\$ 2.412.000,00 ao Sudeste (gráfico 2). Percebe-se, claramente, grande desigualdade na distribuição dos valores, ficando o Sul e Sudeste com 82% dos

valores financiados. É importante ressaltar que as discrepâncias na distribuição dos valores na área de C&T impactam diretamente no desenvolvimento científico das regiões e refletem o contexto de desigualdades regionais existentes no país.

Gráfico 2 – Distribuição geográfica dos valores globais por região.

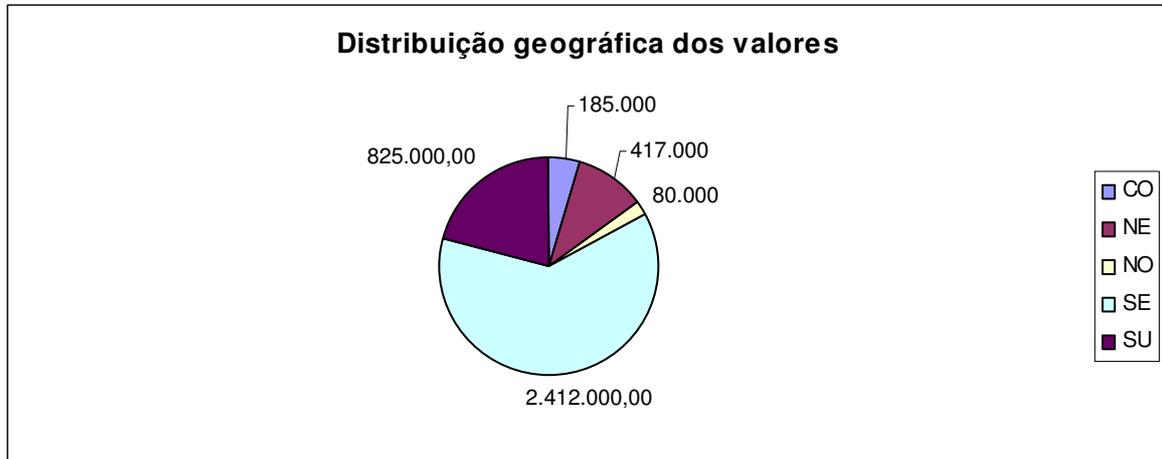
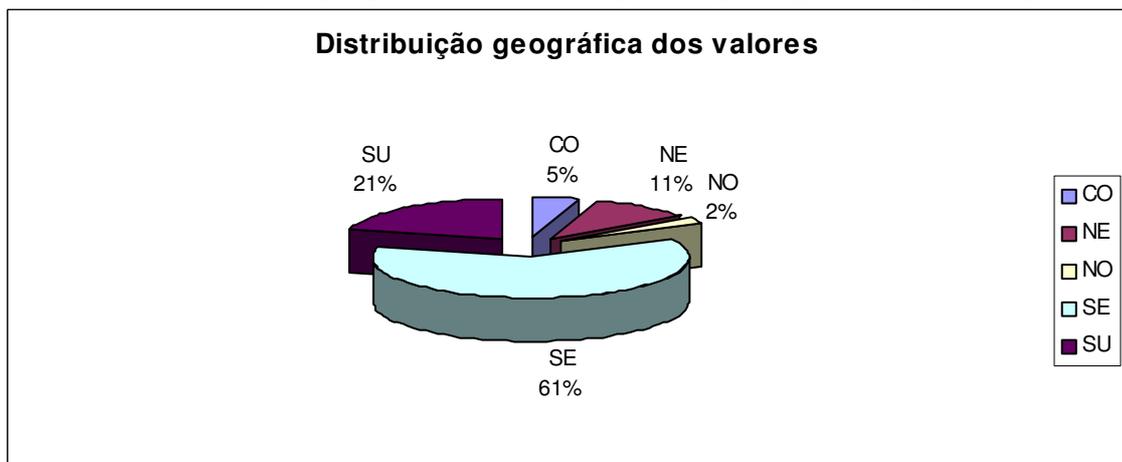


Gráfico 3 – Distribuição geográfica dos valores globais por região (em percentagem).



No que tange à distribuição geográfica dos recursos aprovados para museus e centros de ciência, 65% dos recursos foram alocados em museus localizados na região Sudeste, com cerca de R\$ 1.996.000,00; Sul, 19% ou R\$ 577.000,00; para o Nordeste, 10% ou R\$ 299.000,00; para o Centro-Oeste, 3% ou R\$ 85.000,00; para o Norte, aproximadamente 3% ou R\$ 80.000,00 (Gráfico 4). Nas tabelas abaixo (Gráficos 4 e 5), pode-se perceber essa distribuição em valores totais e em percentagem. Juntos, o Sul e o Sudeste foram contemplados com 84% dos valores atribuídos aos museus no edital.

Gráfico 4 – Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus

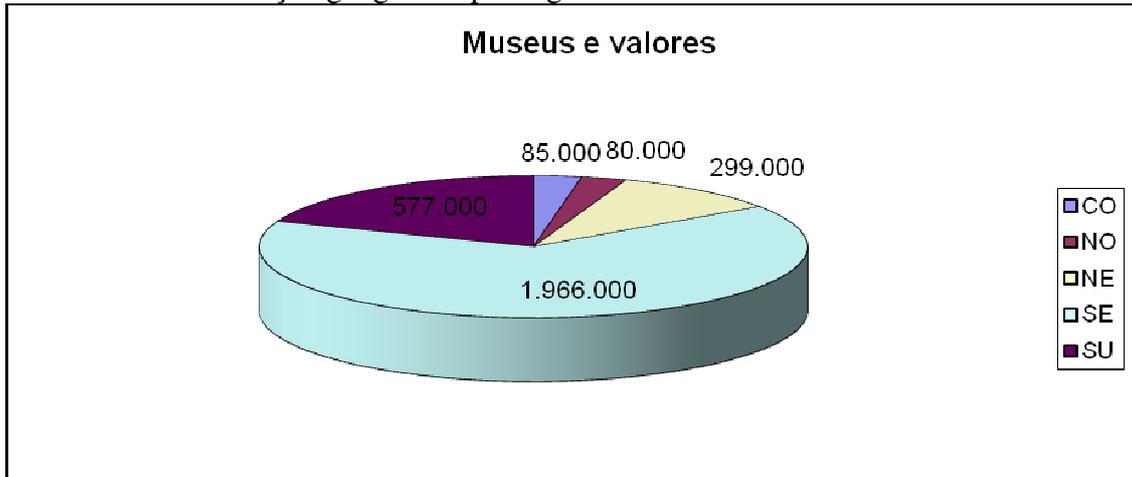
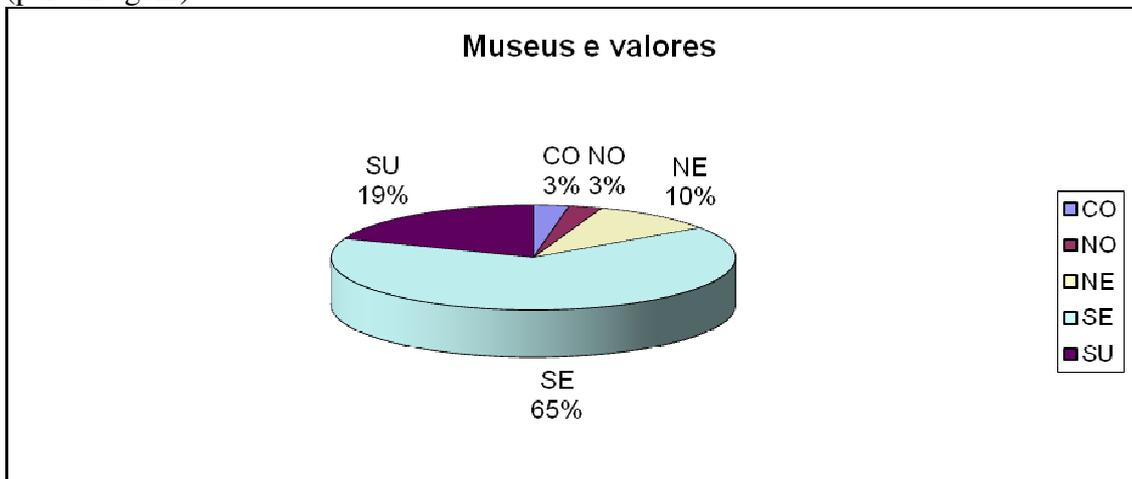


Gráfico 5 - Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus (percentagem)



Percebe-se claramente que parte significativa dos recursos foi destinada à região sudeste do país, que já conta com grandes museus, instituições de ensino superior, pesquisa e fundações de apoio à pesquisa consolidadas. No que tange especificamente às regras do edital, não havia qualquer menção à distribuição equitativa dos valores. O julgamento das propostas considerava a adequação às normas relativas ao proponente, instituição, orçamento, bem como critérios científicos de avaliação de projetos: clareza dos objetivos; relevância e mérito científico e tecnológico; relevância e mérito educacional de divulgação científica para a comunidade; adequação da metodologia e revisão da bibliografia pertinente; qualificação e competência da equipe responsável pela execução; viabilidade de realização das metas físicas no prazo de execução estabelecido na proposta; adequação do orçamento proposto à implementação das metas físicas; relevância dos resultados esperados (CNPq, 2012).

No anexo 1 do trabalho, é possível observar quais museus e centros de ciência receberam investimentos com recursos desse edital. Na tabela, observa-se que se destacam os museus mais antigos, já consolidados, como Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Museu de Zoologia da USP, Museu da Fundação Oswaldo Cruz, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Museu de Metrologia e Qualidade Inmetro, Instituto Butantan, Museu Nacional, Museu da Vida (Fiocruz), dentre outros. Geralmente, esses museus recebem os maiores valores comparados àqueles designados aos outros museus ou centros de ciência. No entanto, observa-se que instituições pequenas e desconhecidas pela maioria também receberam investimentos, como Museu Dom Bosco (MS), Museu de História Natural de Alagoas, Museu Interativo de Anatomia Comparada (BA), Usina da Ciência (AL), entre outros.

É importante ressaltar que, no contexto de crescimento dos museus no Brasil, o investimento público por meio de editais, chamadas e outras formas é fundamental para o desenvolvimento dessas instituições que, geralmente, contam com escassos recursos gerados pelos seus próprios meios.

No edital MCT/CNPq nº 12/2006, o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio de sua Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, alocou cerca de R\$ 8.380.000,00 (oito milhões, trezentos e oitenta mil reais), financiados com valores do Tesouro Nacional deslocados para o CNPq, Comitê Temático-HIDRO e Comitê Temático-INFRA. O edital tinha como objetivo apoiar atividades de difusão e popularização da ciência e da tecnologia junto à sociedade, além de propiciar a instalação e fortalecimento de museus e centros de ciência e outras iniciativas que melhorem a qualidade do ensino de ciências no Brasil (CNPq, 2012).

É importante ressaltar que, diferentemente do edital anterior, MCT/SECIS/CNPq nº 07/2003, no mínimo 30% dos valores do edital deveriam ser destinados aos pesquisadores vinculados a instituições públicas de ensino superior e pesquisa das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste (CNPq, 2012). Essa obrigatoriedade foi objeto do Art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.991/2000, segundo a qual 30% dos recursos oriundos aos fundos vinculados ao setor elétrico deveriam ser investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2007, outra a lei de criação do Fundo Nacional Ciência e Tecnologia (FNCT), Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, também obrigou que 30% dos investimento em ciência e tecnologia fossem

destinados a essas regiões como forma de estimular o desenvolvimento de C&T e de diminuir as desigualdades regionais na distribuição do fomento público.

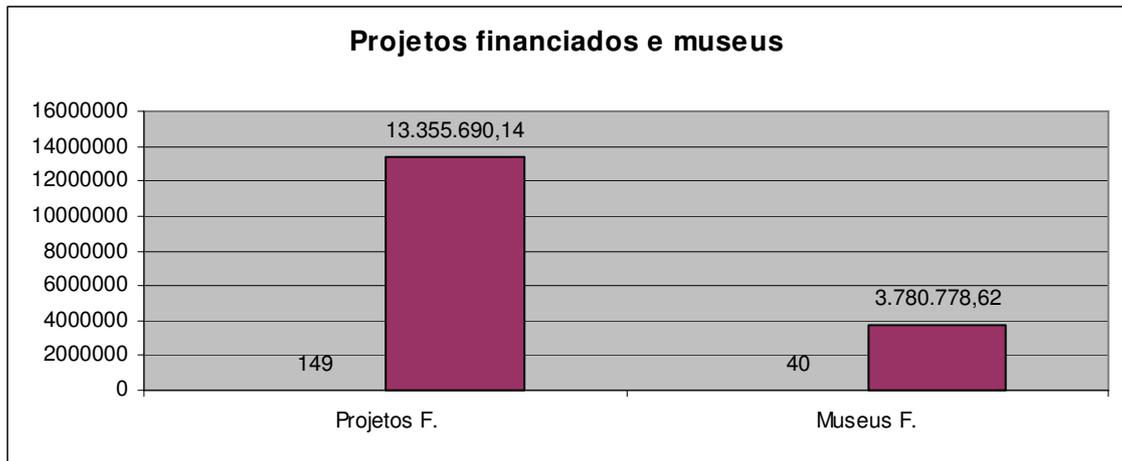
No edital MCT/CNPq nº 12/2006, os valores foram subdivididos em três tipos de projetos. Os projetos com valores globais de até R\$ 50.000,00, perfazendo o total reservado de R\$ 2.980.000,00; os projetos com valores até R\$ 200.000,00, com total reservado de R\$ 3.000.000,00; e com valores globais de até 400.000,00, com total reservado de R\$ 2.400.000,00. Os valores foram, ainda, distribuídos nas seguintes linhas temáticas: elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, etc; promoção de eventos e exposições de divulgação científica e tecnológica para o público geral ou para segmentos específicos; implantação, aprimoramento ou expansão de espaços destinados à popularização da C&T, como centros e museus de ciências, bibliotecas, salas multimídia, planetários e outros ambientes de apoio à educação informal; produção de conteúdos de divulgação científica destinados aos diferentes meios de comunicação como jornais, revistas, rádio, TV e internet; promoção de programas de formação de profissionais, técnicos e auxiliares no domínio da comunicação pública da ciência, através de cursos, encontros, estágios, educação a distância, visitas técnicas, etc; elaboração, desenvolvimento e aplicação de processos de avaliação e de metodologias inovadoras voltadas para a difusão científica; criação de softwares e sítios para educação e divulgação científicas e de redes de comunicação voltadas para atividades de popularização da C&T; divulgação, através de diversos meios, de informações e resultados da C&T produzida no país, bem como da obra de cientistas e inventores brasileiros, de forma a atingir o público escolar e a população em geral (CNPq, 2012).

Esses valores poderiam ser alocados em três rubricas diferentes - de capital, na qual se poderia adquirir material permanente e material bibliográfico; de custeio, na qual se poderia adquirir material de consumo, equipamentos e componentes e peças de reposição, pagamento de serviços de terceiros, despesas acessórias com importação e instalação de equipamentos, despesas operacionais e administrativas, passagens e diárias; e de bolsas, na qual se poderia contratar bolsistas nas modalidades de curta duração estágio/treinamento no País (BEP), especialista visitante (EV); de longa duração iniciação tecnológica e industrial (ITI), desenvolvimento tecnológico e industrial (DTI), extensão no país (EXP), apoio técnico em extensão no país (ATP) e especialista visitante (EV) (CNPq, 2012).

Para participar do edital, considerara-se como público-alvo pesquisadores, professores e especialistas com atuação em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa. Para submeter a proposta, o proponente deveria atender a quesitos: ter curriculum vitae atualizado na base Lattes do CNPq e estar vinculado a instituições de ensino superior e pesquisa como universidades e centros de pesquisa (CNPq, 2012).

Nesse edital, houve 149 projetos financiados no valor total de R\$ 13.355.690,14. Destes, 40 foram museus com R\$ 3.780.778,62 (Gráfico 6). Durante a execução do edital e implementação das propostas, o edital foi acrescido de R\$ 4.975.690,14.

Gráfico 6 - Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados



No que tange à distribuição geográfica dos valores globais do edital (Gráfico 7), R\$ 2.197.370,76 foram destinados à região Sul; R\$ 6.164.578, 73 ao Sudeste; R\$ 662.532,91 para o Centro-Oeste; R\$ 2.440.361,87 para o Nordeste e R\$ 1.890.845,87 para o Norte do país. Observa-se distribuição mais equitativa dos recursos, sendo que o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste ficaram com 37% dos recursos; no entanto, as regiões Sul e Sudeste ainda concentram a maior fatia, cerca de 63% dos valores globais (Gráfico 8). As disparidade regionais na distribuição dos recursos ainda chamam atenção nesse edital.

Gráfico 7 – Distribuição geográfica dos valores globais por região

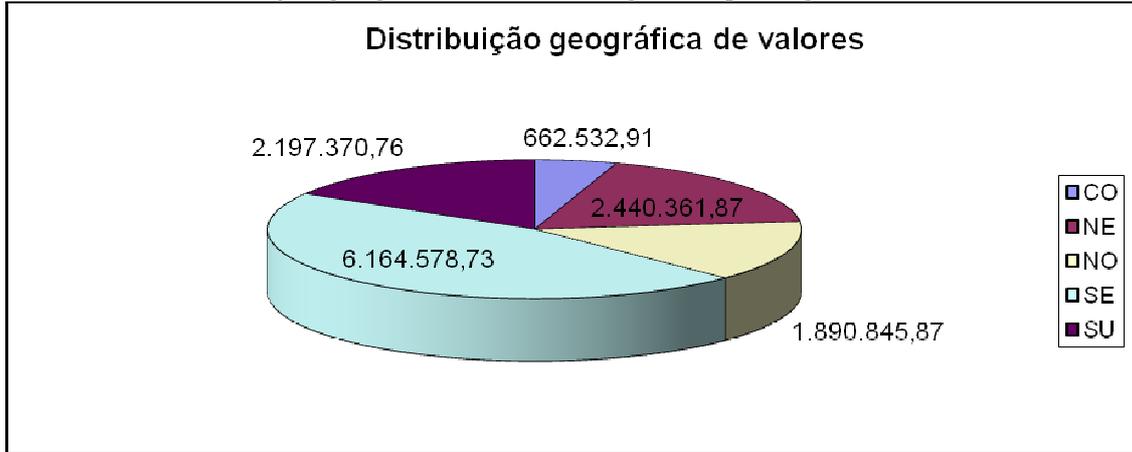
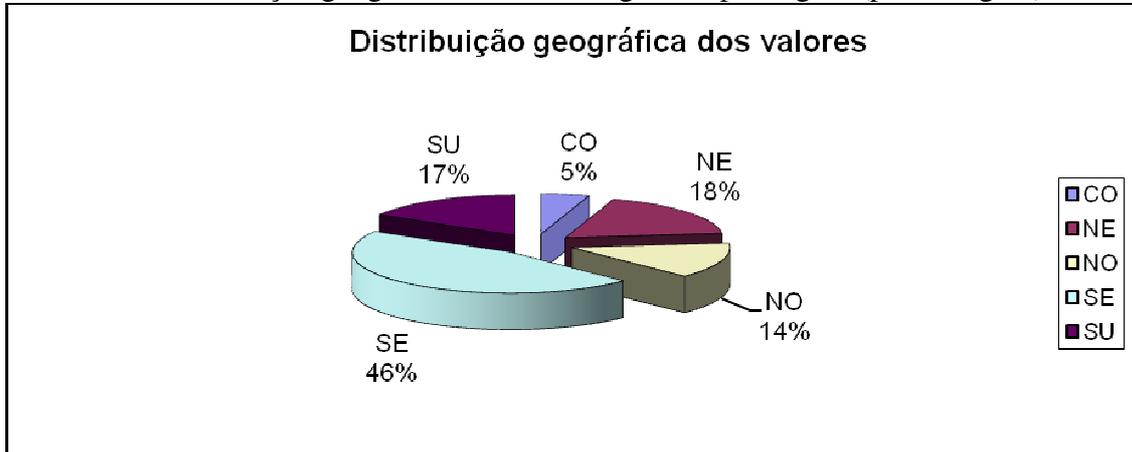


Gráfico 8 - Distribuição geográfica dos valores globais por região (percentagem)



No que tange aos recursos destinados apenas aos museus, R\$ 713.489,64 foram alocados na região Sul; R\$ 1.585.185,50 na região Sudeste; R\$ 480.822,92 na região Centro-Oeste; R\$ 481.342,08 na região Nordeste e R\$ 519.938,48 na região Norte (Gráfico 9), perfazendo, na região Sul e Sudeste, o percentual de 61% dos recursos oriundos do edital e investidos em museus da região, contra 39% investidos no Centro-Oeste, Norte e Nordeste (Gráfico 10). Comparativamente aos valores globais do edital, os recursos destinados somente aos museus ou centro de ciência foram mais bem distribuídos nas diversas regiões do país; mas ainda há concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste.

Gráfico 9 - Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus

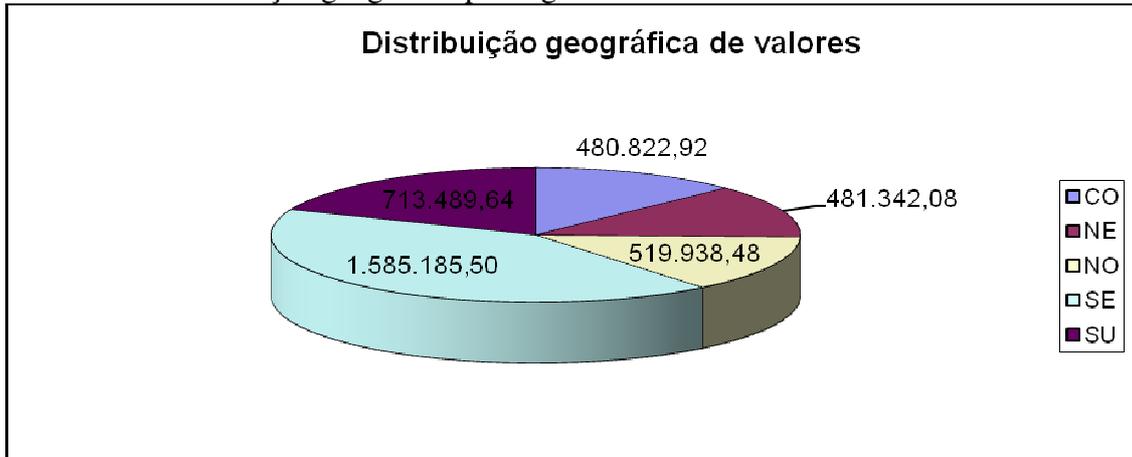
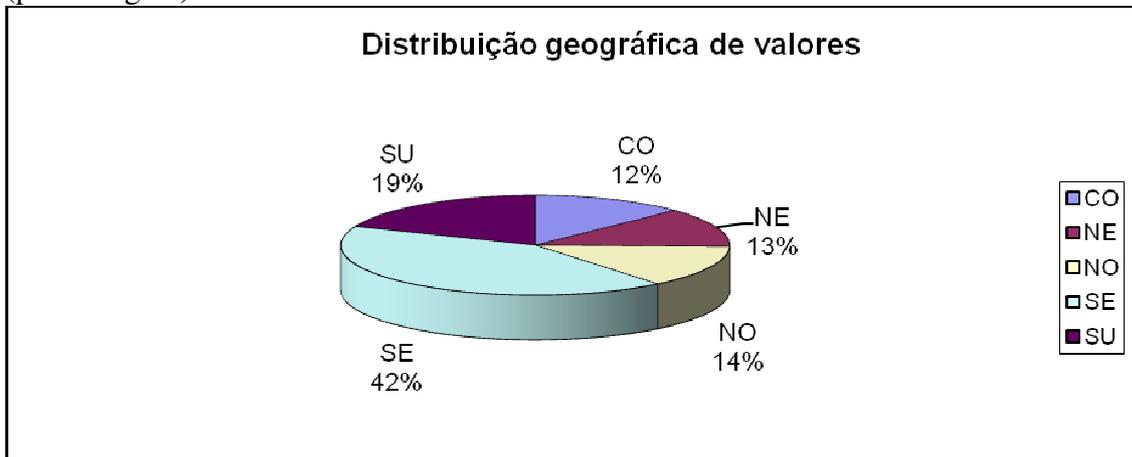


Gráfico 10 - Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus (percentagem)



No anexo 2, é possível observar quais museus e centros de ciência receberam investimentos com recursos desse edital. Na tabela, observa-se que se destacam os museus mais antigos, já consolidados, como o Observatório Nacional, os Museus de Astronomia e Ciências Afins, o Museu da Vida (UFRJ), o Instituto Butantan, o Inpe, o Museu Nacional, entre outros. Geralmente, esses museus recebem os maiores valores. No entanto, observa-se que instituições pequenas e desconhecidas pela maioria também receberam investimentos, como o Planetário de Goiânia, o Museu do Eclipse de Sobral (CE), o Museu de Ciências (AM), o Museu de Arqueologia de Búzios (RJ), o Espaço Astronomia (UDESC), dentre outros.

No edital MCT/CNPq nº 42 /2007, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCT, destinou 7.000.000,00 (sete milhões), sendo os valores oriundos do CT-PETRO, no montante de R\$ 4.800.000,00 (quatro

milhões e oitocentos mil reais) e do CT-SAÚDE, no montante de R\$ 2.200.000,00, com o objetivo de financiar projetos de popularização da ciência e de tecnologia das universidades, instituições de pesquisa, museus, centros de ciência, planetários, fundações, entidades científicas e outras instituições. O edital previa que no mínimo 30% dos valores globais do edital deveriam ser destinados aos pesquisadores vinculados a instituições públicas de ensino superior e pesquisa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (CNPq, 2012).

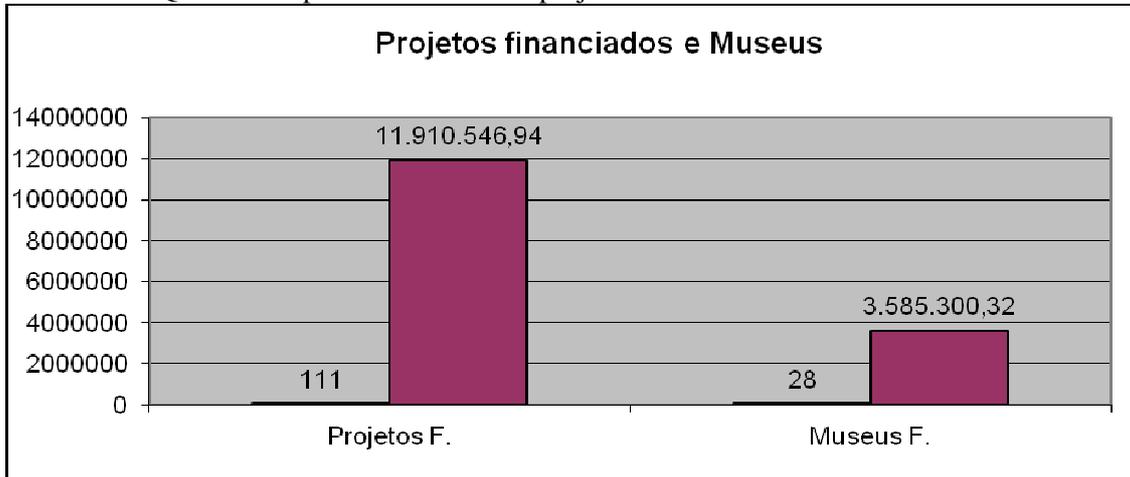
As propostas apresentadas deveriam ser de, no máximo, R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e serem qualificadas em uma das linhas temáticas designadas para o edital, como elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica, para o público em geral, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, etc; promoção de eventos e exposições de divulgação científica e tecnológica para o público geral; implantação, aprimoramento ou expansão de espaços destinados à popularização da C&T, como centros e museus de ciências, bibliotecas, salas multimídia, planetários e outros ambientes de apoio à educação informal; produção de conteúdos de divulgação científica destinados aos diferentes meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio, TV e internet; elaboração, desenvolvimento e aplicação de processos de avaliação e de metodologias inovadoras voltadas para a comunicação pública da ciência (CNPq, 2012).

Os valores poderiam ser alocados em três diferentes rubricas: custeio, capital e bolsas. Na rubrica custeio, previa-se a aquisição de material de consumo, equipamentos e componente e peças de reposição, pagamento de serviços de terceiros, despesas acessórias com importação e instalação de equipamentos, despesas operacionais e administrativas, passagens e diárias; na rubrica capital, aquisição de material permanente e material bibliográfico; e, na de bolsas, se poder-se-ia contratar bolsistas nas modalidades de curta duração estágio/treinamento no País (BEP), especialista visitante (EV); de longa duração iniciação tecnológica e industrial (ITI), desenvolvimento tecnológico e industrial (DTI), extensão no país (EXP), apoio técnico em extensão no país (ATP) e especialista visitante (EV) (CNPq, 2012).

Para participar do edital, consideraram-se como público-alvo pesquisadores, professores e especialistas vinculados a instituições de pesquisa, museus, centros de ciência, planetários, fundações ou outras instituições e entidades que promovem atividades de popularização da C&T, todas sem fins lucrativos (CNPq, 2012).

Nesse edital, foram aprovadas 111 propostas com valores globais de R\$ 11.910.546,94. Destes, 28 eram museus, conformando R\$ 3.585.300,32 (Gráfico 11). Novamente, nesse edital, foram acrescidos R\$ 4.910.546,94 durante a implementação e execução das propostas.

Gráfico 11 - Quadro comparativo do total de projetos financiados e total de museus financiados



No que tange à distribuição geográfica dos valores globais do edital (Gráfico 12), R\$ 1.005.870,44 foram destinados à região Sul; R\$ 6.777.848,78 ao Sudeste; R\$ 725.662,59 para o Centro-Oeste; R\$ 2.150.287,59 para o Nordeste e R\$ 1.250.877,62 para o Norte do país. Observa-se distribuição mais equitativa dos recursos, sendo que o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste ficaram com 35% dos recursos. No entanto, as regiões Sul e Sudeste ainda concentram a maior fatia, cerca de 65% dos valores globais (Gráfico 13). As disparidade regionais na distribuição dos recursos ainda chama atenção nesse edital.

Gráfico 12 - Distribuição geográfica dos valores globais por região

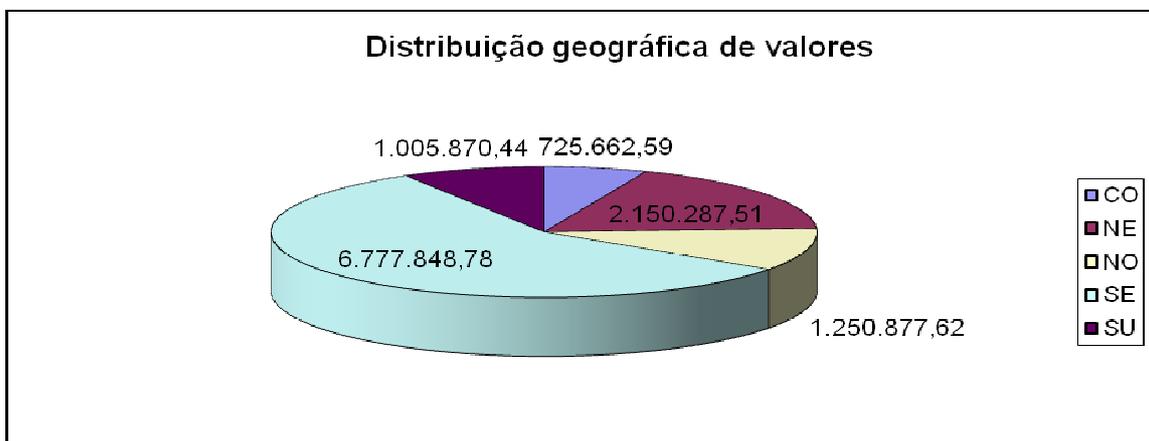
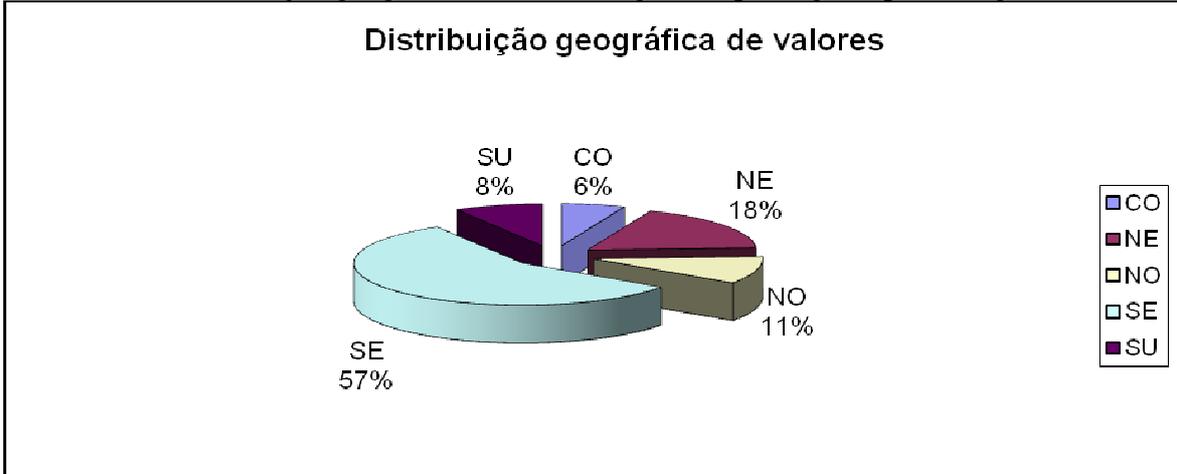


Gráfico 13 - Distribuição geográfica dos valores globais por região (percentagem)



No que tange aos recursos destinados apenas aos museus, R\$ 225.729,20 foram alocados na região Sul; R\$ 2.331.035,59 na região Sudeste; R\$ 199.477,60 na região Centro-Oeste; R\$ 561.452,83 na região Nordeste e R\$ 267.605,10 na região Norte (Gráfico 14), perfazendo, na região Sul e Sudeste, o percentual de 71% dos recursos oriundos do edital e investidos em museus da região, contra 29% investidos no Centro-Oeste, Norte e Nordeste (Gráfico 15). Comparativamente aos valores globais do edital, os recursos destinados somente aos museus ou centros de ciência foram mais mal distribuídos nas diversas regiões do país, garantindo maior concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste.

Gráfico 14 - Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus

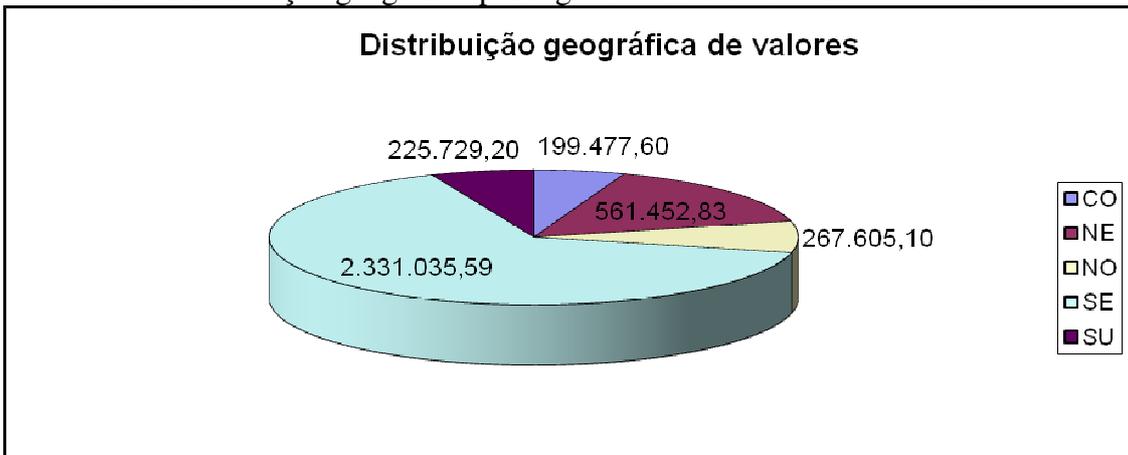
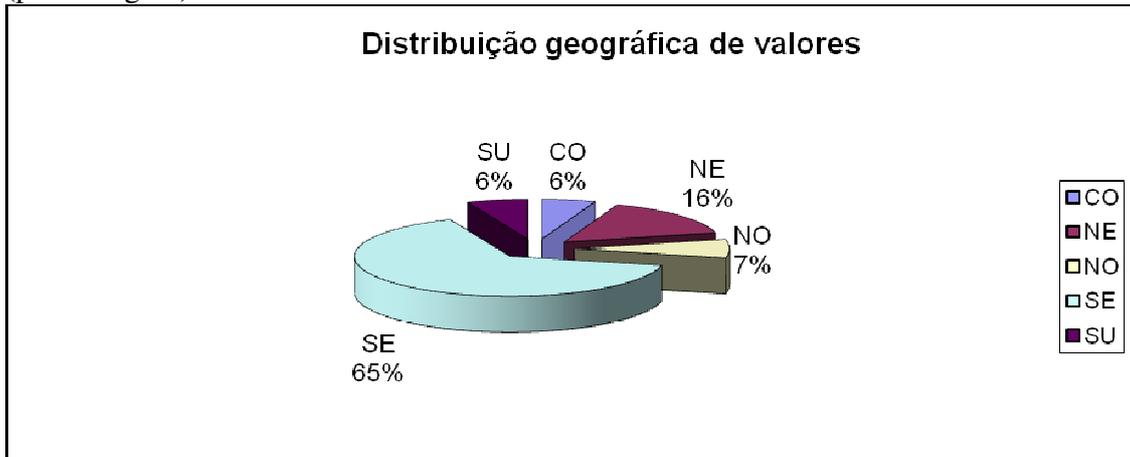


Gráfico 15 - Distribuição geográfica por região dos valores destinados aos museus (percentagem)



No anexo 3, é possível observar quais museus e centros de ciência receberam investimentos com recursos desse edital. Na tabela, observa-se que se destacam os museus mais antigos, já consolidados, como o Museu Nacional, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Museu de Zoologia (USP) e o Inpe. No entanto, observa-se que instituições pequenas e desconhecidas pela maioria também receberam investimentos, como a Barca da Ciência (PE), o Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília, o Museu Itinerante da UFBA, o Museu Integrado de Roraima, o Museu de Astronomia (RS). É importante observar que, neste edital, os museus menores e mais distantes tiveram mais destaque no recebimento do financiamento. Ainda sim, há forte presença dos museus dos grandes centros urbanos do Sudeste.

No edital MCT/SECIS/CNPQ n°. 63/2008, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCT, no âmbito da Ação Transversal Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia, destinou R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) com o objeto de financiar projetos de divulgação científica na área de Astronomia e ciências afins em comemoração ao Ano Internacional da Astronomia. No edital, os projetos poderiam ser oriundos de universidades, instituições de pesquisa, museus, centros de ciência, planetários, fundações, entidades e sociedades científicas, outras instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. O edital previa que, no mínimo, 30% dos valores globais deveriam ser destinados a projetos desenvolvidos por pesquisadores vinculados a instituições nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

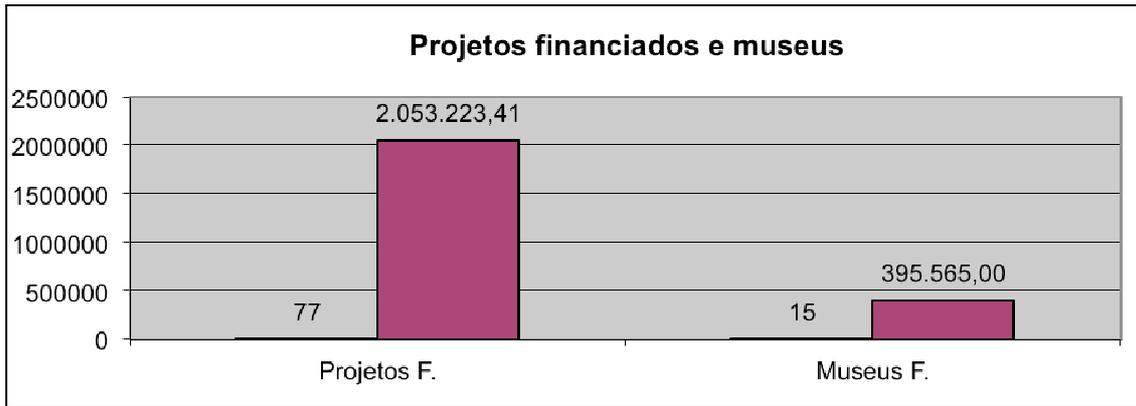
As propostas deveriam ser de, no máximo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e serem qualificadas em uma das linhas temáticas designadas pelo edital, como elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica, para o público em geral, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, etc; promoção de eventos e exposições de divulgação científica e tecnológica em Astronomia para o público em geral; implantação, aprimoramento ou expansão de espaços destinados à popularização da Astronomia, como centros e museus de ciências, bibliotecas, salas multimídia, planetários e outros ambientes de apoio à educação informal; produção de conteúdos de divulgação da ciência astronômica destinados aos diferentes meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio, TV e internet; produção e distribuição de material didático referente à Astronomia e ciências afins, tais como cursos, livros, softwares, vídeos, revistas, mídias em geral, outros experimentos e materiais impressos; realização de atividades de divulgação e produção de materiais sobre história da Astronomia no Brasil e no exterior, bem como outros conhecimentos produzidos em outras culturas (CNPq, 2012).

Os valores poderiam ser alocados em três diferentes rubricas: custeio, capital e bolsas. Na rubrica custeio, previa-se a aquisição de material de consumo, equipamentos e componentes e peças de reposição, pagamento de serviços de terceiros, despesas acessórias com importação e instalação de equipamentos, despesas operacionais e administrativas, passagens e diárias; na rubrica capital, aquisição de material permanente e material bibliográfico; e na de bolsas poder-se-ia contratar bolsistas nas modalidades de Iniciação Científica (IC), Apoio Técnico em Nível Superior e Nível Médio (AT) e Extensão no País (EXP) (CNPq, 2012).

Para participar do edital, considerou-se como público-alvo proponentes vinculados a instituições de pesquisa, museus, centros de ciência, planetários, fundações ou outras instituições e entidades que promovem atividades de popularização da C&T, todas sem fins lucrativos. Além disso, o proponente deveria ter o currículo cadastrado na Plataforma Lattes e ter produção científica ou tecnológica na área específica do projeto (CNPq, 2012).

Nesse edital, foram aprovadas 77 propostas com valores globais de R\$ 2.053.223,41. Destes, 15 eram museus, totalizando R\$ 395.565,00 (Gráfico 16). Novamente, nesse edital, foram acrescidos R\$ 53.223,41 durante a implementação e execução das propostas.

Gráfico 16 – Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados



No que tange à distribuição geográfica dos valores globais do edital (Gráfico 17), R\$ 519.713,24 foram destinados à região Sul; R\$ 933.484,17 ao Sudeste; R\$ 150.257,30 para o Centro-Oeste; R\$ 413.566,70 para o Nordeste e R\$ 36.202,00 para o Norte do país. Observa-se a distribuição pouco equitativa dos recursos, sendo que o Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficaram com 29% dos recursos. No entanto, as regiões Sul e Sudeste ainda concentram a maior fatia, cerca de 71% dos valores globais (Gráfico 18). Observa-se, nesse edital, descréscimo nos investimento nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, bem como o descumprimento das normas do edital e da legislação vigente de destinar 30% dos valores globais para essas regiões.

Gráfico 17 – Distribuição dos valores globais por região

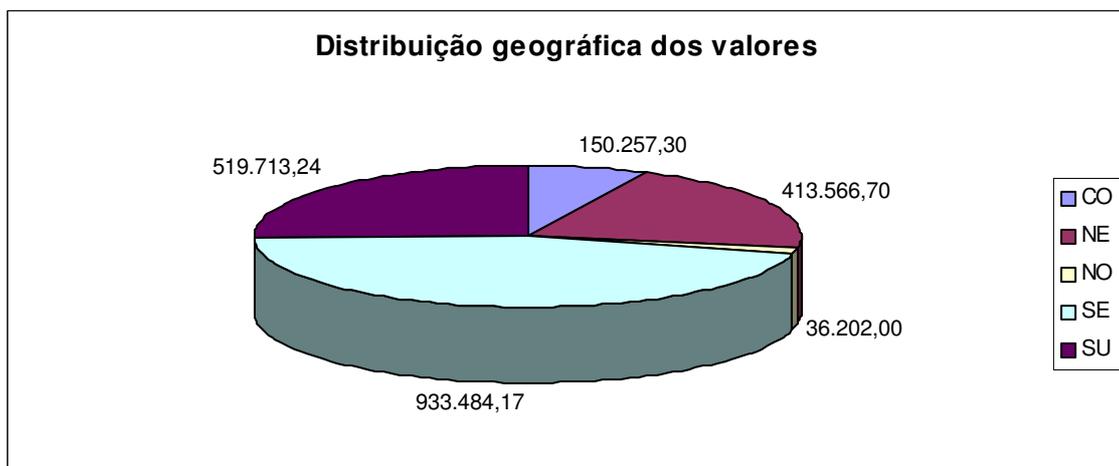
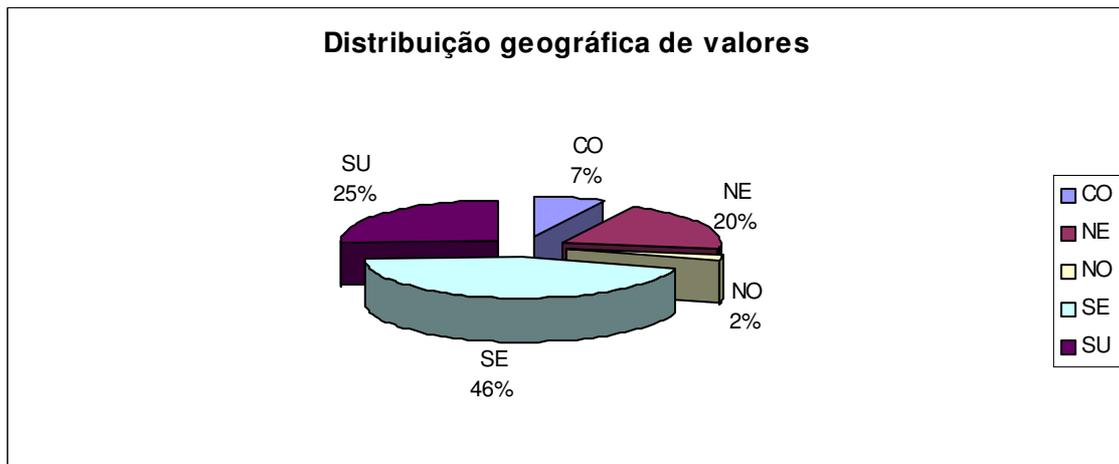


Gráfico 18 – Distribuição dos valores globais por região (percentagem)



No que tange aos recursos destinados apenas aos museus, R\$ 36.701,00 foram alocados na região Sul; R\$ 281.819,76 na região Sudeste; R\$ 27.000,00 na região Centro-Oeste; R\$ 50.044,24 na região Nordeste e R\$ 0,00 na região Norte (Gráfico 19), perfazendo, na região Sul e Sudeste, o percentual de 80% dos recursos oriundos do edital e investidos em museus da região, contra 20% investidos no Centro-Oeste, Norte e Nordeste (Gráfico 15). Comparativamente aos valores globais do edital, os recursos destinados somente aos museus ou centros de ciência foram mais mal distribuídos nas diversas regiões do país. Há, mais uma vez, concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste. Observe-se que, nesse caso, a região Norte não foi contemplada com qualquer recurso destinado a museus ou centros de ciência.

Gráfico 19 – Distribuição dos valores destinados aos museus por região

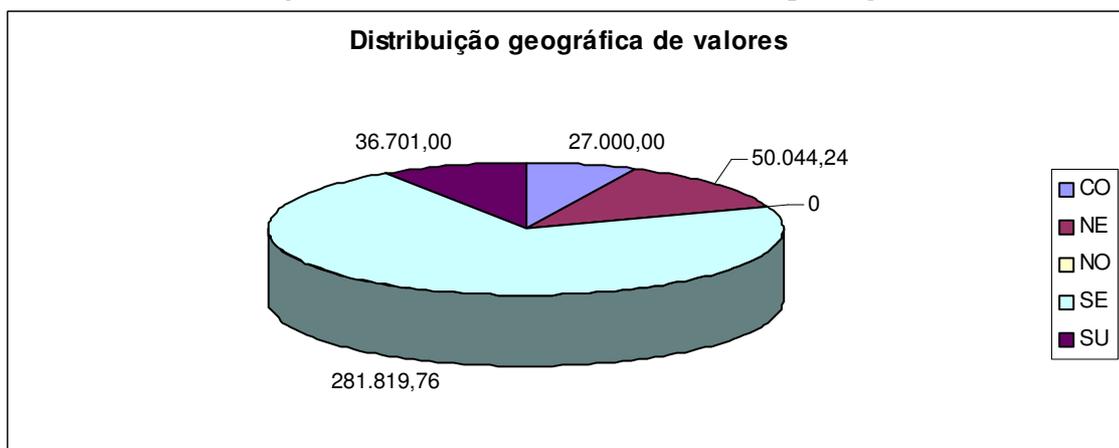
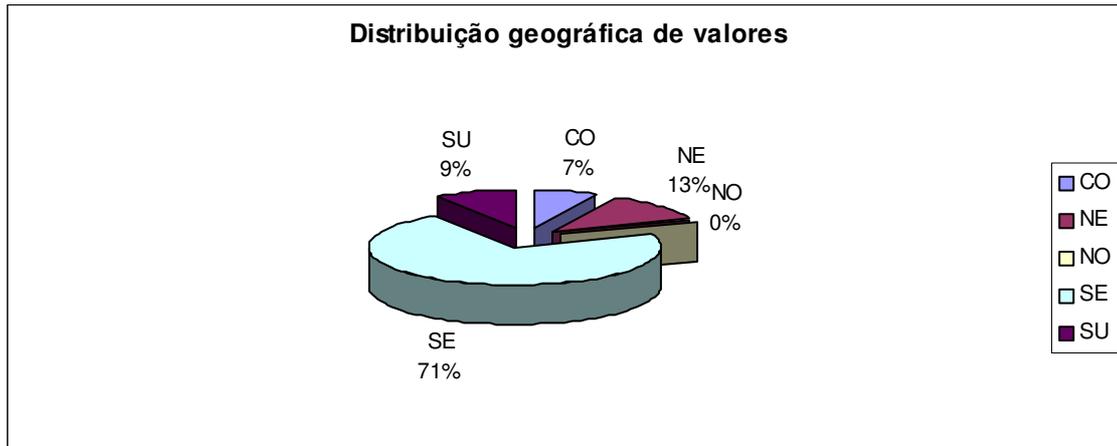


Gráfico 20 - Distribuição dos valores destinados aos museus por região (percentagem)



No anexo 4, observa-se quais museus e centros de ciência receberam investimentos com recursos desse edital. Na tabela, destacam-se os museus mais antigos, já consolidados, como o Observatório Nacional, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, entre outros. Geralmente, esses museus recebem os maiores valores. No entanto, observa-se que instituições pequenas e desconhecidas pela maioria também receberam investimentos como o Planetário de Goiânia, o Museu do Eclipse de Sobral (CE), o Observatório Abraão de Moraes (SP), o Museu de Ciência e Tecnologia de Londrina, dentre outros.

No edital MCT/SECIS/CNPQ n°. 64/2009, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCT, no âmbito do Plano Nacional Ciência, Tecnologia e Inovação, destinou R\$ 16.310.000,00 (dezesseis milhões trezentos e dez mil reais), sendo R\$ 7.000.000,00 (sete milhões) oriundos da Ação Transversal do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e outros fundos, e R\$ 9.310.000,00 de parcerias firmadas com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos Estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe (as FAPs ficariam responsável pelo cofinanciamento dos projetos selecionados em seus Estados. O edital tinha como objeto de financiar projetos espaços científicos-culturais, como centros e museus de ciência e tecnologia, planetários, jardins zoobotânicos e instituições similares que promovam atividades de divulgação científica e valorizem a interatividade. O edital previa que, no mínimo, 30% dos valores globais deveriam ser

destinados a projetos desenvolvidos por pesquisadores vinculados a instituições nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

As propostas deveriam ser de, no máximo, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e serem qualificadas em uma das linhas temáticas designadas pelo edital, como elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica para o público em geral, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, etc; implantação, aprimoramento ou expansão de espaços destinados a centros e museus de ciências, bibliotecas, salas multimídia, planetários e outros ambientes de apoio à educação informal; produção, aprimoramento ou aquisição de experimentos interativos para museus e centros de ciências; aquisição, adaptação ou melhoria de veículos destinados a projetos de ciência itinerante (tipo “Ciência Móvel”) e equipamentos para essas atividades; produção de exposições de curta, média ou longa duração, fixas ou itinerantes, preferencialmente com elementos interativos; promoção de programas de capacitação de profissionais mediadores, monitores, técnicos e auxiliares, por meio de cursos, estágios, visitas técnicas, etc; informatização de ambientes e estabelecimento de redes de comunicação interinstitucionais; desenvolvimento de projetos museológicos e de implantação de novos espaços científicos-culturais; elaboração, desenvolvimento e aplicação de processos de avaliação e de metodologias inovadoras para museus e centros de Ciência & Tecnologia; desenvolvimento e implantação de tecnologias assistidas (para pessoas com necessidades especiais) em espaços científicos-culturais. (CNPq, 2012).

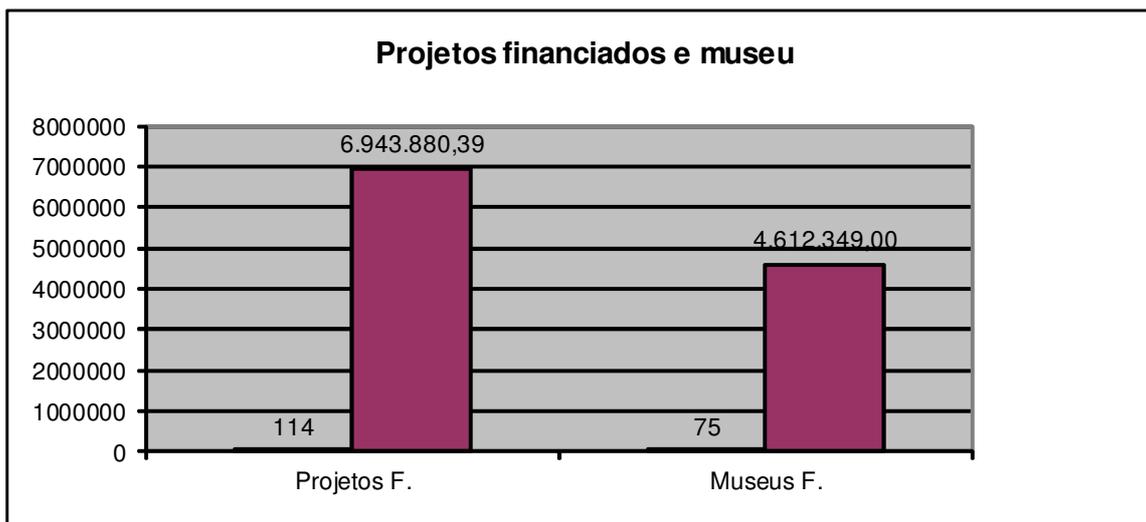
Os valores poderiam ser alocados em três diferentes rubricas: custeio, capital e bolsas. Na rubrica custeio, previa-se a aquisição de material de consumo, equipamentos e componentes e peças de reposição, pagamento de serviços de terceiros, despesas acessórias com importação e instalação de equipamentos, despesas operacionais e administrativas, passagens e diárias; na rubrica capital, aquisição de material permanente e material bibliográfico; e na de bolsas poder-se-ia contratar bolsistas nas modalidades de curta duração Estágio/Treinamento (BEP) no País e Especialista Visitante (BEV), de longa duração Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI), Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), Extensão no País (EXP), Apoio Técnico em Extensão no País (ATP), Especialista Visitante (EV) (CNPq, 2012).

Para participar do edital, considera-se como público-alvo pesquisadores, professores ou especialistas vinculados à instituição de pesquisa, museu e centro de

Ciência & Tecnologia, planetários, jardim zoobotânico, parque de ciência e outros espaços científico-culturais, empresas públicas que atuem nas atividades de pesquisa em ciência, tecnologia, inovação e popularização da Ciência & Tecnologia. Além disso, o proponente deveria ter o currículo cadastrado na Plataforma Lattes e ter produção científica ou tecnológica na área específica do projeto (CNPq, 2012).

Nesse edital, foram aprovadas 114 propostas com valores globais de R\$ 6.943.880,00. Destes, 75 eram museus, totalizando R\$ 4.612.349,00 (Gráfico 21). No CNPq, somente foram considerados os valores vinculados ao FNDCT e outros fundos (R\$ 7.000.000,00). Os valores vinculados às Fundações de Amparo à Pesquisa não aparecem nos bancos de dados no Conselho em função de estarem em outra esfera de governo.

Gráfico 21 - Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados



No que tange à distribuição geográfica dos valores globais do edital (Gráfico 22), R\$ 813.091,49 foram destinados à região Sul; R\$ 2.320.098,48 ao Sudeste; R\$ 1.332.286,40 para o Centro-Oeste; R\$ 2.247.470,63 para o Nordeste e R\$ 230.933,39 para o Norte do país. Observa-se distribuição diferenciada dos recursos, sendo que o Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficaram com 54% dos recursos, no entanto, as regiões Sul e Sudeste receberam cerca de 46% dos valores globais (Gráfico 23). Observa-se, nesse edital, acréscimo nos investimento nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Gráfico 22 - Distribuição dos valores globais por região

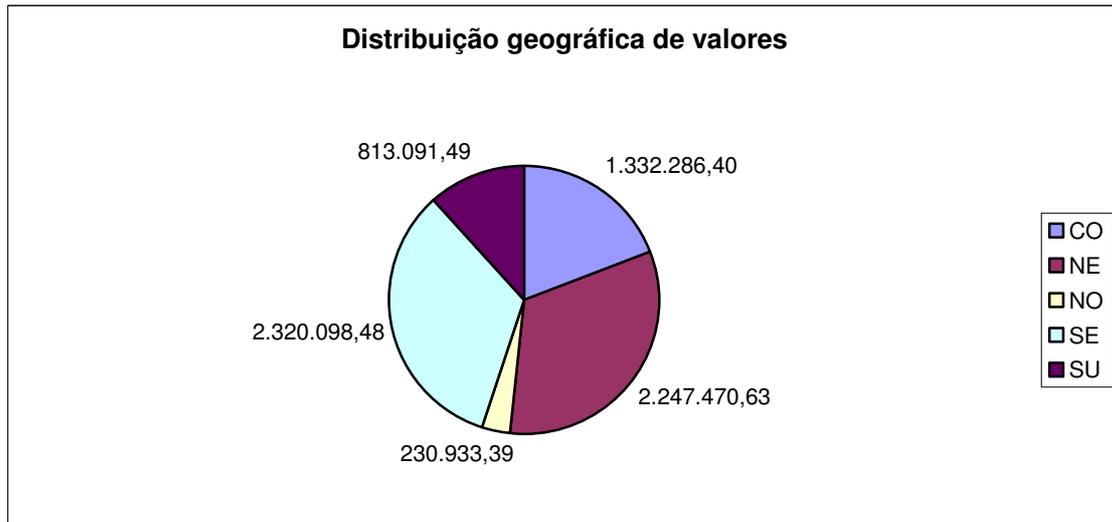
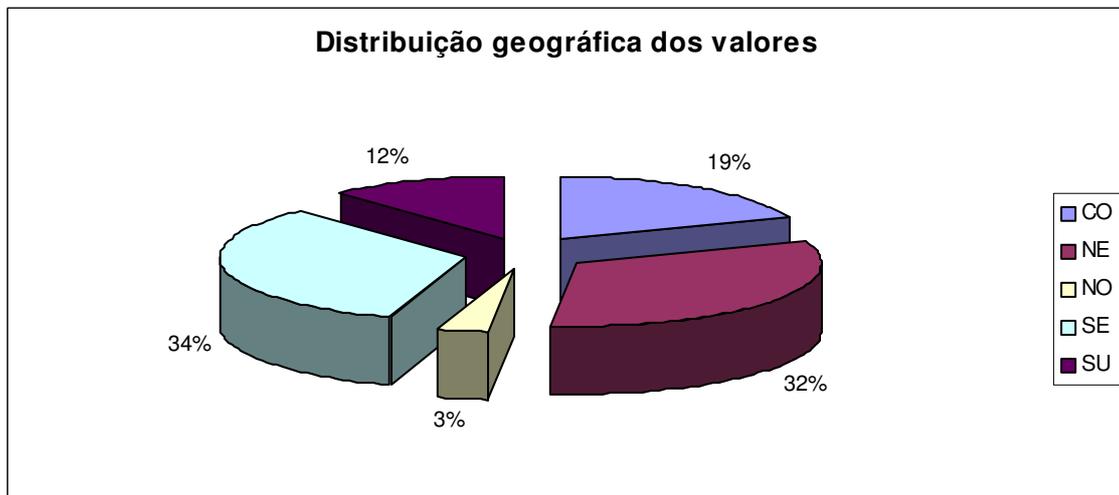


Gráfico 23 - Distribuição dos valores globais por região (percentagem)



No que tange aos recursos destinados apenas aos museus, R\$ 536.562,07 foram alocados na região Sul; R\$ 1.725.792,36 na região Sudeste; R\$ 924.190,57 na região Centro-Oeste; R\$ 1.383.054,72 na região Nordeste e R\$ 230.933,39 na região Norte (Gráfico 23), perfazendo, na região Sul e Sudeste, o percentual de 47% dos recursos oriundos do edital e investidos em museus da região, contra 53% investidos no Centro-Oeste, Norte e Nordeste (Gráfico 24). Comparativamente aos valores globais do edital, os recursos destinados somente aos museus ou centros de ciência foram mais bem distribuídos nas diversas regiões do país; há pouca concentração de recursos nas regiões Sul e Sudeste.

Gráfico 24 - Distribuição dos valores destinados aos museus por região

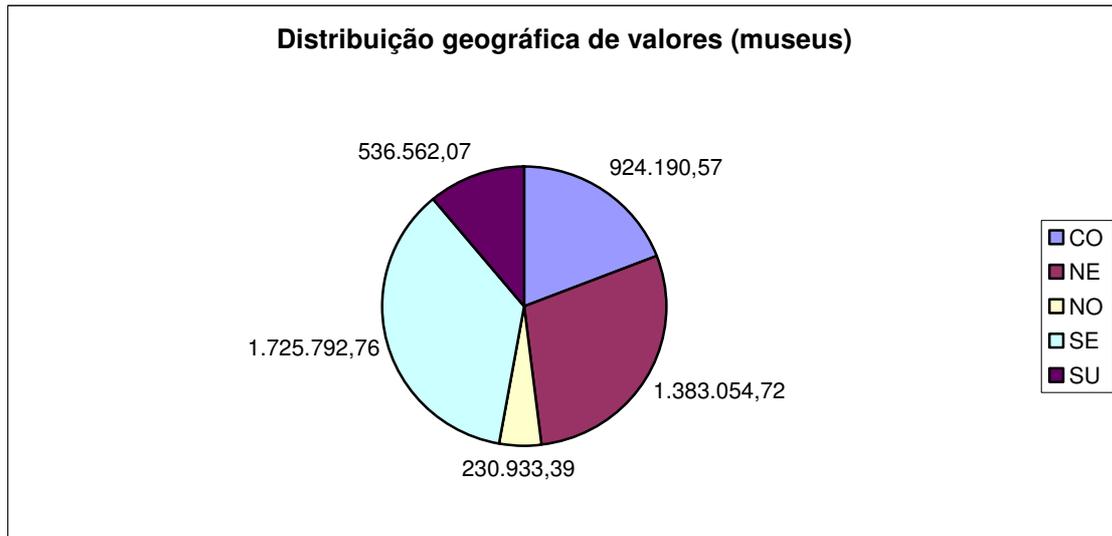
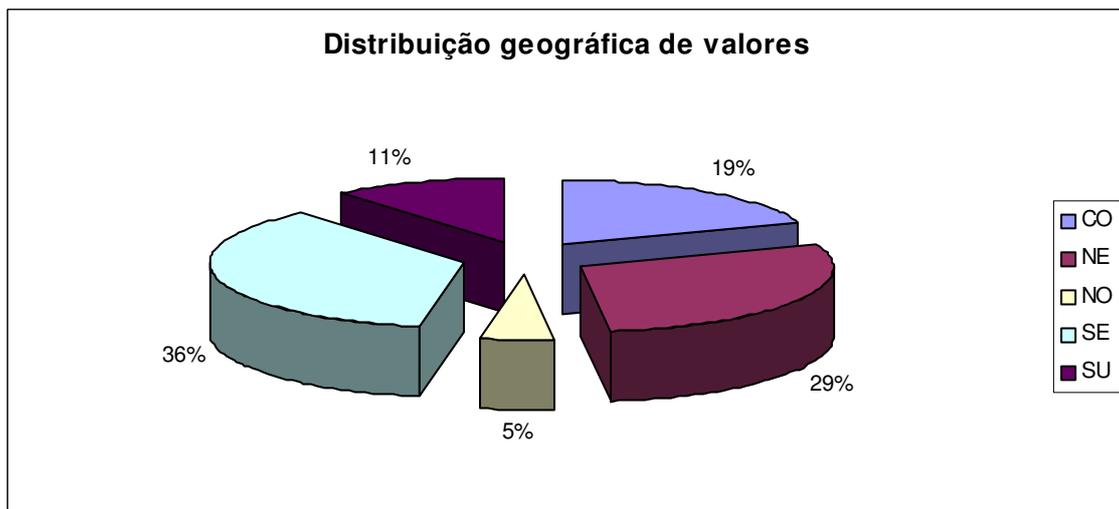


Gráfico 25 - Distribuição dos valores destinados aos museus por região (percentagem)



No anexo 5, é possível observar quais museus e centros de ciência receberam investimentos com recursos desse edital. Na tabela, observa-se que se destacam os museus mais antigos, já consolidados, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Nacional, o Museu de Astronomia e Ciências Afins. No entanto, observa-se que instituições pequenas e desconhecidas pela maioria também receberam investimentos como o Museu da Cidadania (MT), o Jardim Zoológico de Brasília, o Museu de Geociências da UnB, o Buzão da Ciência (SE), dentre outros.

É importante ressaltar o ineditismo desse edital no que tange ao espectro de recursos destinados aos museus e à abrangência de instituições beneficiadas. Os recursos, em parcerias com as FAPs, foram maiores se comparados a outros editais que

admitiam participação de museus e instituições afins. Sabe-se, no entanto, que os valores que seriam investidos pelas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), em vários casos, não chegaram aos museus ou centros de ciência como ocorreu com o Museu de Geociências da Universidade de Brasília que, até o momento, não recebeu os valores da FAP/DF.

Quanto à abrangência do edital, pode-se afirmar que foi a primeira vez que se incluiu uma linha temática relacionada diretamente ao fazer museológico no âmbito da cultura, além das tradicionais áreas de divulgação científica e popularização da ciência, presente nos demais editais publicados pelo CNPq. Observe-se que foi neste ano, 2009, que foi criado IBRAM, autarquia responsável pelas políticas públicas no âmbito dos museus. Nas linhas temáticas relacionadas diretamente aos interesses museológicos estão a promoção do desenvolvimento de projetos museológicos e de implantação de novos espaços científicos-culturais; criação de programas de capacitação de profissionais mediadores, monitores, técnicos e auxiliares, por meio de cursos, estágios, visitas técnicas, etc; informatização de ambientes e estabelecimento de redes de comunicação interinstitucionais; desenvolvimento e implantação de tecnologias assistidas (para pessoas com necessidades especiais) em espaços científicos-culturais.

Essas linhas temáticas estão em sintonia com as orientações legislativas da área que, desde 2003, vêm se organizando para ampliar os museus nas diversas regiões do país, consolidar espaços museológicos já existentes e ampliar o leque de serviços oferecidos por essas instituições. Para além desses aspectos, o edital valorizou as iniciativas de novos projetos museológicos relacionados ao setor cultural, complementando e fortalecendo o financiamento público dessas instituições e assumindo a responsabilidade pelo fomento desses museus, juntamente com os editais já existentes para a área no Instituto Brasileiro de Museus/Ministério da Cultura.

O edital MCT/CNPQ nº 48/2010, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, destinou R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos da Ação Transversal do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O edital tinha como objetivo apoiar projetos de popularização da Química junto à sociedade brasileira em universidade, instituições de pesquisa, museus, centros de ciência, planetários, fundações, entidades e sociedades científicas, outras instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que promovam a divulgação científica da Química. O edital previa que, no mínimo, 30% dos valores globais deveriam ser destinados a projetos

desenvolvidos por pesquisadores vinculados a instituições nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

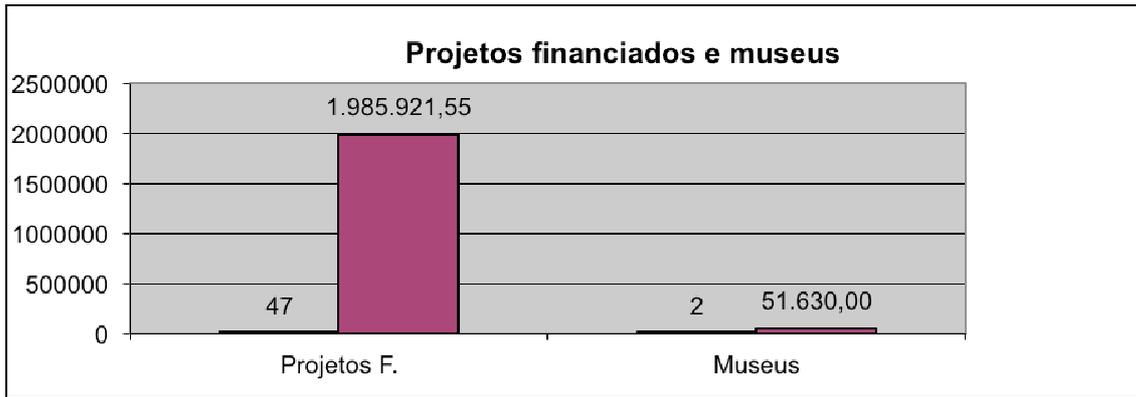
As propostas deveriam ser de, no máximo, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) na faixa A e de, no máximo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na faixa B. As propostas deveriam estar qualificadas nas linhas temáticas designadas pelo edital, como elaboração, desenvolvimento, produção e/ou aquisição de materiais destinados a atividades de divulgação científica e tecnológica em Química, para o público em geral, como equipamentos, vídeos, material impresso, softwares, jogos, concursos, olimpíadas, etc; implantação, aprimoramento ou expansão de espaços destinados à popularização da Química, como centros e museus de ciências, bibliotecas, salas multimídia e outros ambientes de apoio à educação informal; promoção de eventos, cursos, oficinas, mostras, exposições e outras atividades de divulgação da Química para o público em geral ou grupos específicos; produção de conteúdos de divulgação da Química destinada aos diferentes meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio, TV e internet; produção e distribuição de material didático referente à Química, tais como cursos, livros, softwares, vídeos, revistas, mídias em geral e outros experimentos; realização de atividades de divulgação e produção de materiais sobre a história da Química no Brasil e no exterior, além de materiais sobre conhecimentos químicos produzidos por outras culturas (CNPq, 2012).

Os valores poderiam ser alocados em duas diferentes rubricas: custeio e capital. Na rubrica custeio, previa-se a aquisição de material de consumo, equipamentos e componentes e peças de reposição, pagamento de serviços de terceiros, despesas acessórias com importação e instalação de equipamentos, despesas operacionais e administrativas, passagens e diárias; na rubrica capital, aquisição de material permanente e material bibliográfico (CNPq, 2012)

Para participar do edital, considera-se como público-alvo professores e especialistas com formação superior na área de Química ou afins, vínculo formal com a instituição de execução do projeto e o currículo cadastrado na Plataforma Lattes (CNPq, 2012).

Nesse edital, foram aprovadas 47 propostas com valores globais de R\$ 1.985.921,55 (um milhão, noventa e oitenta e cinco, novecentos e vinte e um reais, cinquenta e cinco centavos). Destes, dois eram museus, no total de R\$ 51.630,00 (cinquenta e um mil seiscentos e trinta reais) (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Quadro comparativo com total de projetos financiados e total de museus financiados



No que tange à distribuição geográfica dos valores globais do edital (Gráfico 27), R\$ 458.500,00 foram destinados à região Sul; R\$ 544.212,45 ao Sudeste; R\$ 163.000,00 para o Centro-Oeste; R\$ 721.459,10 para o Nordeste e R\$ 98.750,00 para o Norte do país. Observa-se a distribuição diferenciada dos recursos, sendo que o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste ficaram com 50% dos recursos; já as regiões Sul e Sudeste receberam cerca de 50% dos valores globais (Gráfico 28). Observa-se, nesse edital, equilíbrio na distribuição dos valores para as regiões do país.

Gráfico 27 - Distribuição dos valores globais por região

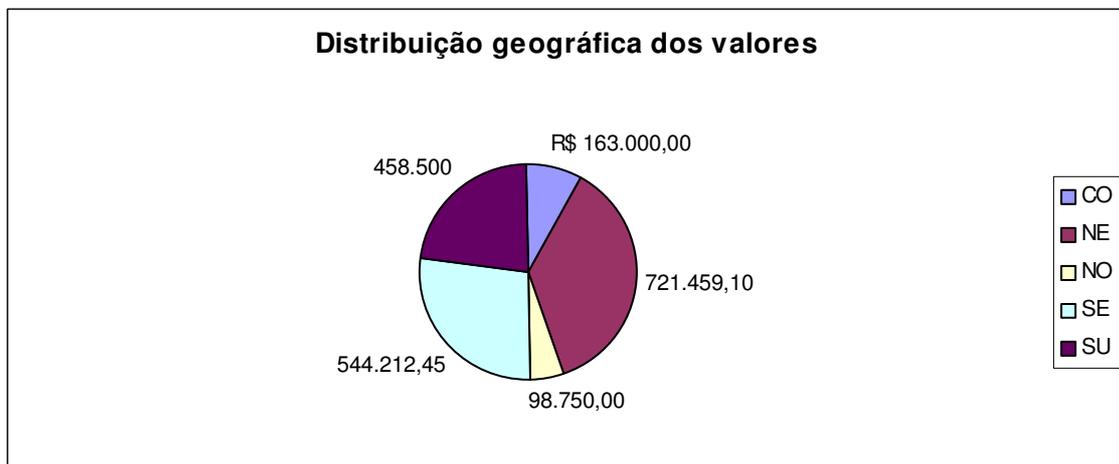
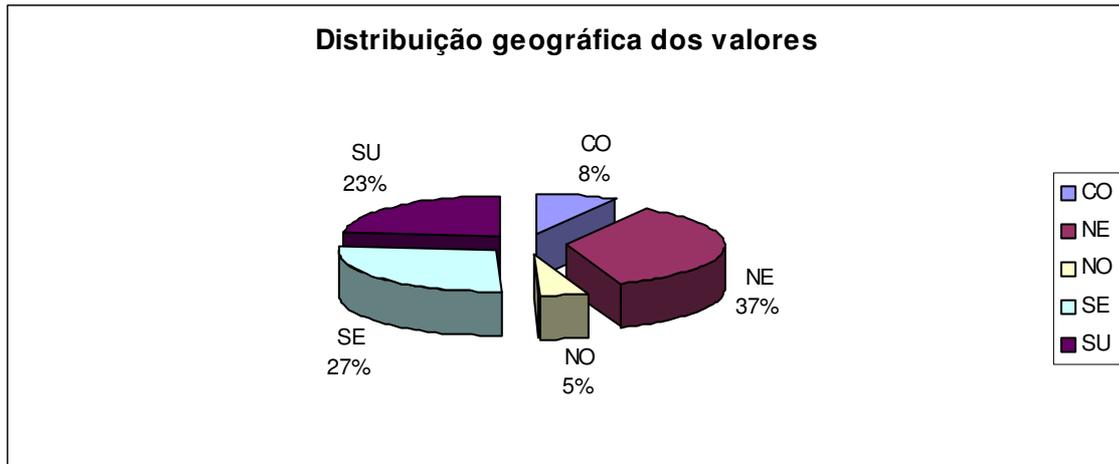


Gráfico 28 - Distribuição dos valores globais por região (percentagem)



No que se refere aos recursos destinados apenas aos museus, R\$ 0,00 foram alocados na região Sul; R\$ 35.300,00 na região Sudeste; R\$ 0,00 na região Centro-Oeste; R\$ 16.330,00 na região Nordeste e R\$ 0,00 na região Norte (Gráfico 29), perfazendo, na região Sudeste, o percentual de 63% dos recursos oriundos do edital e investidos em museus da região, contra 32% investidos no Nordeste (Gráfico 30). Neste edital, somente dois museus foram beneficiados com os recursos.

Gráfico 29 - Distribuição dos valores destinados aos museus por região

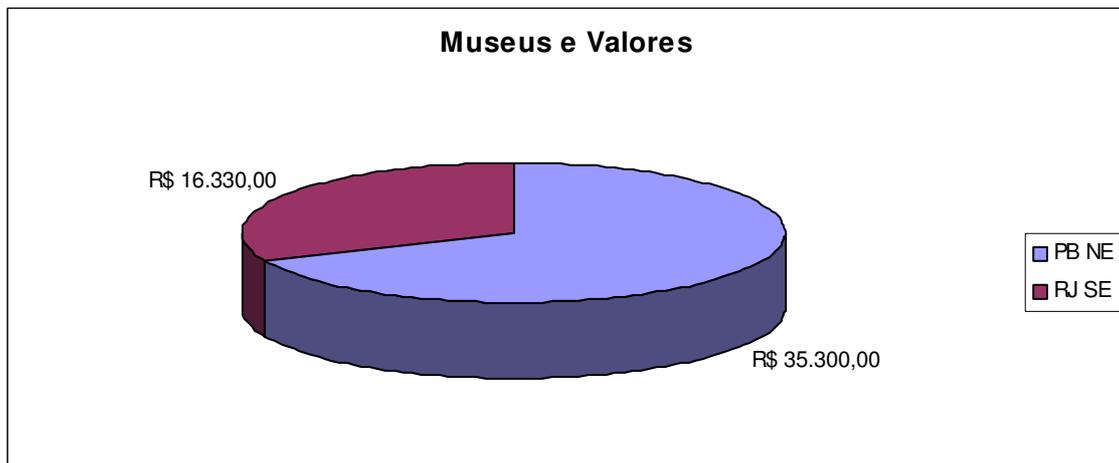
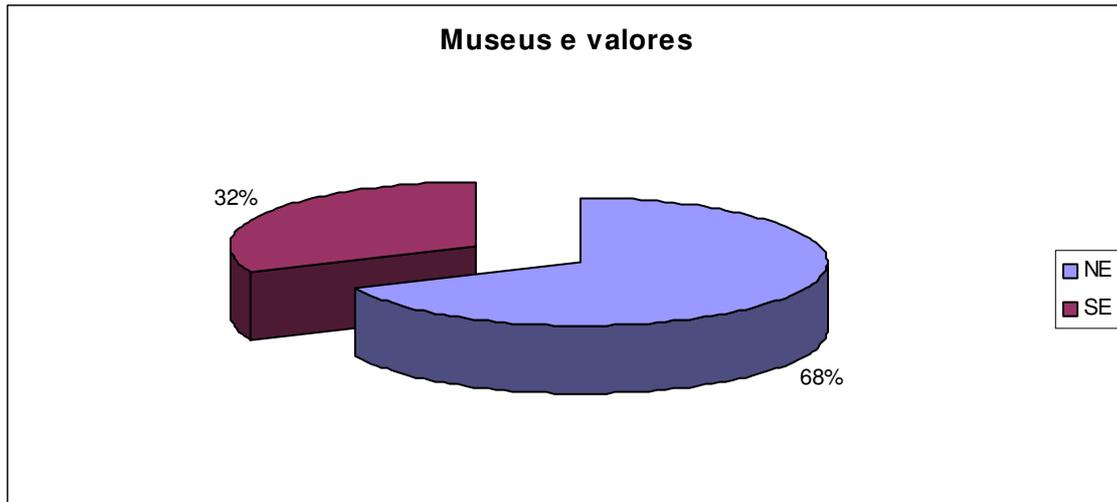


Gráfico 30 - Distribuição dos valores destinados aos museus por região (percentagem)



No anexo 6, é possível observar quais museus e centros de ciência receberam investimentos com recursos desse edital. Na tabela, observa-se que foram contemplados museus da Paraíba e do Rio de Janeiro. Em razão da especificidade do Edital (relacionado à área de Química), somente dois museus receberam financiamento, o Museu Itinerante de Química da Universidade Federal da Paraíba e o Museu de Química da UFRJ.

Na análise dos seis editais, é possível levantar algumas questões importantes para se pensar as políticas públicas de financiamento dos museus no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Uma delas diz respeito ao público-alvo dos editais voltados para museus e centros de ciência. Diferentemente do senso comum, todos os editais analisados admitiam que o proponente fosse especialista, pesquisador ou professor vinculados a instituições de pesquisa, universidades, museus ou centros de ciência. Logo, não foi encontrada a exigência de título de doutorado ou mestrado exclusivamente para participação nos editais.

Outra questão diz respeito à distribuição geográfica dos recursos. De acordo com o gráfico 31 (abaixo), as regiões Sudeste e Sul ainda concentraram a maior parcela dos recursos destinados aos museus. O percentual mostra-se relativamente dispar em relação às outras regiões, concentrando o Sudeste 53% de todos os recursos nos últimos 10 anos de fomento (Gráfico 32). É importante observar, no entanto, que a legislação que obriga a destinação de 30% dos recursos para as regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste não foi totalmente respeitada em todos os editais, mas trouxe resposta positiva em relação à melhor distribuição dos recursos em cada edital.

Gráfico 31 – Distribuição geográfica dos valores globais destinados aos museus

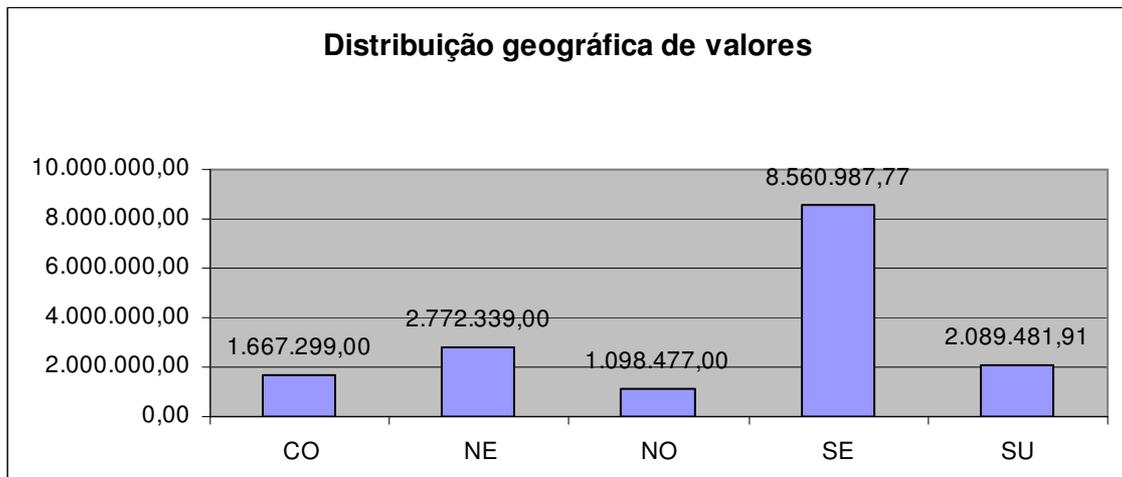
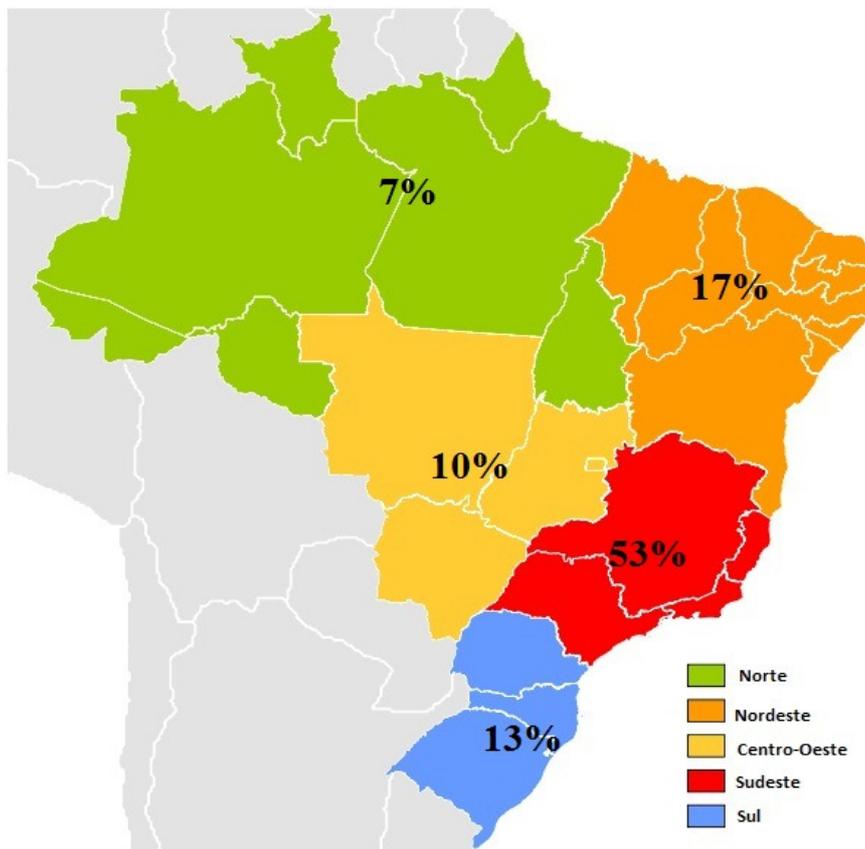


Figura 1 – Mapa da distribuição geográfica dos recursos para museus no Brasil



Cabe destacar que a distribuição geográfica desigual dos recursos voltados aos museus e centros de ciência nos editais do CNPq estão relacionadas a outras variantes importantes, como a distribuição desigual dos museus pelo Brasil e a histórica desigualdade regional. No que tange à distribuição dos museus pelo Brasil, o Instituto Brasileiro de Museus destaca que há grande concentração dessas instituições

as desigualdades ainda são visíveis em diversos níveis, inclusive no universo da distribuição dos recursos destinados a instituições científico-culturais, como os museus.

Figura 3 - Mapa de dispersão geográfica dos museus brasileiros. Fonte: IBRAM, 2011

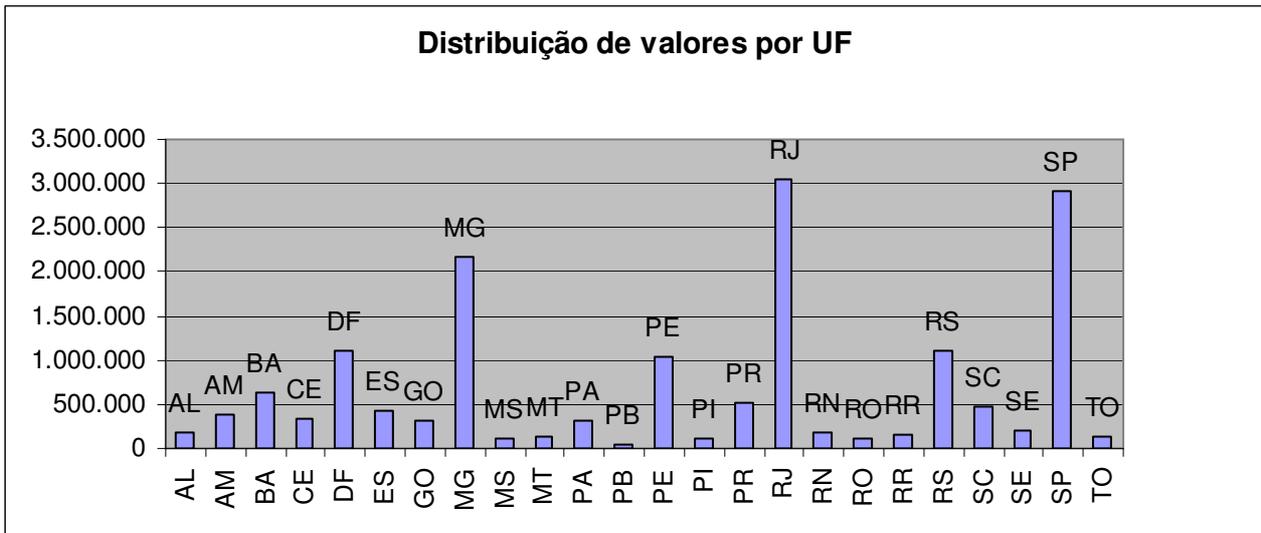


Tabela 3 – Distribuição geográfica dos valores globais destinados aos museus por Unidade da Federação

AL	185.204,00	ES	435.681,00	PA	227.609,00	RJ	3.053.935,00	SC	479.548,28
AM	471.253,00	GO	324.914,00	PB	35.300,00	RN	191.709,00	SE	206.601,00
BA	642.316,00	MG	2.165.042,00	PE	1.043.736,00	RO	117.943,90	SP	2.906.329,28
CE	345.974,00	MS	107.191,00	PI	122.500,00	RR	149.661,20	TO	131.010,00
DF	1.106.655,47	MT	128.536,52	PR	512.147,00	RS	1.097.787,00		

TOTAL: 16.188.584,00

Gráfico 32 - Distribuição geográfica dos valores globais destinados aos museus por Unidade da Federação



A política de fomento a museus no CNPq foi orientada, nos últimos 10 anos, apenas tangencialmente pela legislação pertinente aos museus, criada desde 2003, já que priorizou os museus e centros de ciência. Dentro da Política Nacional de Museus, no sexto programa, os editais do CNPq contemplaram as prioridades 6.2, “criação de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à Capes e às Fundações de Amparo à Pesquisa e às instituições de ensino superior, levando em conta as especificidades da realidade museológica brasileira”, e 6.3, “criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

Ressalta-se que houve, no âmbito do CNPq, desenvolvimento de uma linha específica de fomento a museus, orientada também por outra política pública - Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia - vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS), Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia, coordenado até meados de 2013 pelo Dr. Ildeu de Castro Moreira, professor vinculado ao Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa política veio se desenvolvendo desde o ano de 2003 e tem se consolidado nos Planos Plurianuais do Governo Federal e nos Planos de Ação do MCTI na última década.

No programa de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia, privilegiou-se os museus de ciência e tecnologia, excluindo (exceto no edital 64/2009) todos os outros vinculados a outras temáticas (arte, cultura, educação, comunitários, etc). Valorizou-se a criação e melhoria das condições de existência de museus e centros

de ciência espalhados por todas as regiões do país. Ao longo dos últimos 10 anos, cerca de 256 projetos e 191 museus de ciência, centros de ciência, planetários, centros de visitantes, zoológicos, observatórios astronômicos, dentre outros foram contemplados nos editais publicados pelo CNPq.

As fontes orçamentárias para financiamento dos projetos foram variadas. Contou-se com os fundos setoriais criados ao longo dos últimos anos, orçamento do Tesouro Nacional, mobilizado diretamente para o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de Ações Transversais, emendas parlamentares e Fundações de Amparo à Pesquisa de estados.

No caso específico do CNPq, ainda no ano de 2004, foi criado o Comitê Temático de Divulgação Científica, já sinalizando para a consolidação da área dentro dos órgãos de políticas e financiamento público. Já no final de 2008, criou-se o Comitê Assessor de Divulgação Científica com função de julgar os editais da área de popularização e difusão da ciência e tecnologia. A criação do Comitê representou importante vitória para os setores vinculados à divulgação e popularização da ciência uma vez que se criou espaço privilegiado para discutir as políticas de concessão para a área, também obrigou o Conselho a criar linha específica de financiamento para o setor, já que a área do conhecimento deixaria de ser contemplada apenas com editais esporádicos e passaria a fazer parte das chamadas e editais do cronograma anual das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como a chamada Universal, Ciências Humanas, Apoio a Evento Científico, etc.

O Comitê Assessor de Divulgação Científica do CNPq é composto atualmente por quatro membros permanentes e dois suplentes de algumas áreas do conhecimento. São eles: Maria das Graças Ribeiro, professora da área de Morfologia da Universidade Federal de Minas Gerais; Suzana Carvalho Herculano, professora da área de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Antônio Carlos Pavão, professor da área de Química da Universidade Federal de Pernambuco; Leila Maria Beltramini, professora da área de Biofísica da Universidade de São Paulo; Augusto Damini Neto (suplente), professor da área de Astronomia da Universidade de São Paulo; e Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (suplente), professora da área de Linguística da Universidade Federal de Pernambuco. Todos têm mandatos até 2014/2015 (CNPq, 2010). Mais uma vez, observa-se a ausência de representante da área

de Museologia no Comitê de Divulgação Científica, que julga parte significativa dos projetos vinculados aos museus e centros de ciência no Brasil.

Pode-se considerar que a área conseguiu modificar seu *status quo* dentro do campo de forças estabelecido entre as diversas áreas do conhecimento que integram o quadro do Conselho, ganhando destaque e o privilégio de julgar seus pares com critérios definidos pela própria comunidade científica. A transformação das áreas científicas, segundo Bourdieu, não ocorre sem tensão entre as forças de conservação e transformação, as lutas entre os pares, mas há espaço para modificações gradativas, garantidas pela própria dinâmica do campo (BOURDIEU, 1996). A área, nesse sentido, vem conseguindo, gradativamente, transformar o campo de forma a privilegiar suas necessidades de financiamento público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de museus e Museologia no Brasil tem tido profícuo desenvolvimento nos últimos anos, especialmente em razão das políticas públicas criadas a partir de 2003, que estimularam a criação de novos museus, novos cursos de Museologia, fortalecimento de outros e criação de redes de instituições e profissionais ligados à área.

Assim, de um lado, a área de Museologia ainda carece de reconhecimento como campo científico por parte de seus pares das Ciências Humanas e Sociais. O fraco reconhecimento do campo por parte da comunidade científica traz inúmeros problemas. No caso desse estudo específico, o pequeno número de bolsas na modalidade Produtividade em Pesquisa, considerada financiamento importante para os projetos de excelência no país, expressa ainda a fraca expressão da área no campo de forças das ciências no CNPq. A ausência de doutores com formação na área pode ser indicativo para se compreender a pequena participação da área no universo do fomento à pesquisa. Atualmente, o País conta com apenas um curso de Doutorado (UNIRIO) e três de Mestrado (UNIRIO, USP, UFBA), um quadro ainda muito tímido no ambiente de formação de pesquisadores.

Além disso, a ausência de Comitê Assessor próprio de julgamento ou mesmo de membro que represente a área é indicador da importância que o campo projeta sobre a área. No que tange aos aspectos práticos, não ter Comitê próprio ou representante da área nos julgamentos realizados de editais, chamadas, encomendas, etc, diminui as chances de crescimento do número de projetos e bolsistas da área beneficiados com os recursos disponíveis no CNPq e se torna obstáculo para o fortalecimento da área.

Os museus, por outro lado, foram fortalecidos pelo apoio do financiamento público por meio do CNPq. Nos últimos 10 anos, foram publicados seis editais e apoiados 256 projetos de museus, 191 museus e centros de ciência, com cerca de R\$ 16.188.584,68 investidos. Cabe notar que esse financiamento não alcançou todo o escopo de museus que existem no Brasil, mas apenas aqueles considerados como museus de ciência e tecnologia. Foram deixados fora dos financiamentos os museus vinculados às artes, à história, às comunidades, etc.

A adoção, por parte do Conselho, de uma política pública associada ao programa do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação de popularização e difusão

da ciência e tecnologia norteou a concessão dos financiamentos. Somente museus e centros de ciência vinculados às temáticas específicas de cada edital poderiam ser elegíveis para receber os financiamentos (exceto para o edital 64/2009). Essa postura excluiu os museus ligados à arte, história, comunidades e dificultou a ampliação do financiamento às instituições museais. Nesse sentido, enfatiza-se a ausência de diálogo entre as diversas esferas de governo que gerem e financiam museus, sejam eles de C&T ou outros, como ocorre nos editais do CNPq, nos quais estão totalmente ausentes os órgãos responsáveis pelo setor da cultura, como Ministério da Cultura, Ministério da Educação, IBRAM, IPHAN.

É importante ressaltar que dentro do escopo temporal elegido para a pesquisa (2002 a 2012), o Governo Federal lançou a Política Nacional de Museus (2003) e criou vários mecanismos jurídicos para apoiar e fortalecer os museus brasileiros. No entanto, no que tange ao financiamento público para museus, somente tangencialmente o CNPq têm se ocupado dessa temática em razão de ter elegido somente parcela dos museus para financiar – os museus e centros de ciência – deixando de lado parcela significativa dos museus brasileiros dedicados a outras temáticas.

O financiamento aos museus e centros de ciência contemplaram várias instituições espalhadas por diversas regiões do país ao longo dos últimos 10 anos. Dos R\$ 16.188.584,68 distribuídos, R\$ 1.098.477,00 destinou-se à região Norte; R\$ 1.667.299,00 ao Centro-oeste; R\$ 2.772.339,00 ao Nordeste; R\$ 8.560.987,77 ao Sudeste e R\$ 2.089.481,91 ao Sul. Percebe-se, ainda, certa disparidade na distribuição regional dos valores que se projeta no âmbito maior das desigualdade regionais existentes no país há vários anos. Para além disso, ainda valida a tese de que os grandes centros acumulam maiores volumes de investimentos e criam instrumentos (projetos, parcerias, mão de obra) que os tornam preponderantes nos projetos aprovados.

Por outro lado, a Lei nº 9.991/2000, na qual 30% dos recursos oriundos de fundos vinculados ao setor elétrico deveriam ser investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e a lei de criação do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia (FNCT), Lei nº. 11.540, de 12 de novembro de 2007, que também obriga que 30% dos investimento em Ciência e Tecnologia sejam destinados a essas regiões, tornou-se importante instrumento de redução das desigualdades regionais quanto à distribuição dos recursos públicos. A Lei obriga a concessão de 30% dos recursos para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Apesar de não ter resolvido o problemas das

desigualdades regionais, ela oportunizou a distribuição mais equitativa dos recursos oriundos do Tesouro Nacional e fundos setoriais.

Resta salientar que esse estudo aponta para a necessidade de se conhecer melhor os instrumentos de financiamento público para museus e Museologia como ferramenta de gestão da área e das instituições museais, assim como de acompanhar o desenvolvimento dos cursos de graduação e pós-graduação na formação de quadros especializados e capazes de lidar com a variedade de financiamentos públicos disponíveis atualmente. A expansão da área no Brasil, pode trazer o fortalecimento e consolidação de novas formas de fazer e pensar a área museológica e museal como campo importante da ação social e cidadania. Além disso, o estudo abre possibilidades de novas investigações sobre outras modalidades de bolsas, editais, chamadas e seus impactos nos museus e na área da Museologia.

REFERÊNCIAS

BARBUY, Heloisa. “A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise”. In: *Anais do Museu Paulista*, v. 3, jan./dez., 1995, p. 209-299.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL. Política nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006 / Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_06.08.2013/index.shtml>. Acesso em jan. 2013. [1988]

_____. Plano Plurianual 2004-2007. Disponível em <http://www.planobrasil.gov.br/arquivos_down/plRevisao_Vol2.pdf>. Acesso em jul. 2013. [2004]

_____. Decreto no 5.264, de 5 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação sobre museus*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012, p. 62-65. [2004]

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação sobre museus*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. “Novas ondas do pensamento museológico brasileiro”. In: *Cadernos de SocioMuseologia*, no 20, 2003, p. 163-206.

CERÁVOLO, Suely Moraes. “Delineamentos para uma teoria da Museologia”. In: *Anais do Museu Paulista*, jun-dez, vol. 12, no 12. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004, p. 237-268.

CHAGAS, Mário; GODOY, Solange de Sampaio. “Tradição e Ruptura no Museu Histórico Nacional”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 27, 1995.

_____. *A imaginação museal - Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural – O direito à cultura*. São Paulo: FPA, 2006.

CONSELHO NACIONAL DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Centro de Memória. Disponível em <<http://www.cnpb.br/centrodememoria/>>. Acesso em maio 2010.

_____. Centro de Memória. Disponível em <<http://www.cnpb.br/centrodememoria/editais/>>. Acesso em dez. 2012.

_____. Mapa de Investimentos do CNPq. Disponível em <<http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?me todo=apresentar>>. Acesso em ago. 2013.

_____. Plataforma Carlos Chagas. Disponível em <<http://carloschagas.cnpq.br/>> . Acesso em ago. 2013a.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 2005.

FREIRE, José Ribamar Bessa. “A descoberta do museu pelos índios”. In: Chagas, Mário; Abreu, Regina (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 212-253.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. *Planteamientos teóricos de la museología*. España: Trea, 2006.

HOBBSAWN, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Museus em números*. Brasília, Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

_____. Política nacional de museus – Relatório de Gestão 2003/2010. Disponível em <<http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Relatorio-de-Gestao-2010.pdf>> Acesso em jan. 2013. [2010]

JULIÃO, Letícia . *Apontamentos sobre a história do Museu*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2001 (Caderno de Diretrizes Museológicas).

KOBASHI, Nair Yumiko. “Análise documentária e representação da informação”. *Informare*, v. 2, n.2, p.5-27, jul./dez., 1996.

MACHADO, Ana Maria Alves. “Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil”. In: Figueiredo, Betânia Gonçalves; Vidal, Diana (org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Plano de ação – 2007-2010: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento nacional (documento síntese). Disponível em <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0203/203406.pdf>. Acesso em jul. 2013. [2007]

MORAES, Nilson Alves de. “Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil”. In: *Museologia e Patrimônio*, v. II, no. 1, jan/jun 2009. Disponível em: <<http://revistaMuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>>. Acesso em jan. de 2012, p. 54-69.

NASCIMENTO, ROSANA. “O objeto museal como objeto de conhecimento”. In: *Cadernos de Museologia*, nº 3. 1994, p.7-28.

NAVAS, Ana Maria. *Concepções de popularização da ciência e da tecnologia no discurso político: impacto nos museus de ciência*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/media/Navas_AM_Concepcoes%20de%20popularizacao.pdf>. Acesso em jul. 2013.

OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guilherme. *Estado y politicas en América Latina: Hacia una estrategia de investigación*. Buenos Aires: Cedes, 1976.

RIVIERE, Georges Henri. *Définition évolutive de l'écomusée*. Ecomusée informations de la Communauté Le Creusot Montceau les Mines, Le Creusot, no. 8, p. 1, déc. 1983.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. s.i, s.d. mimeografado. Disponível em: <http://www.ufba.br/%7Epaulopen/ADM_Instituicoes_e_Politicass_Publicas.html> Acesso em: 10 dez. 2012 [1976].

RUBIM, A. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”. In RUBIM, Antônio e BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

RUSSIO, Waldisa. “Produzindo o passado (Texto III)”. In: ARANTES, A. A.(org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.59-78.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. *Museus brasileiros e política cultural*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 55, p. 53-70, junho de 2004.

SCHEINER, Tereza. “Repesando o museu integral: do conceito às práticas”. In: *Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 7, no. 1. Belém, jan-abr./2012, p. 15-30.

_____. *Apolo e Dioniso no Templo das Musas. Museu: gênese, idéia e representações em sistemas de pensamento da sociedade ocidental*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1998. (Dissertação de Mestrado)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STUMPF, Ida Regina; SOUZA, Rosali Fernandez. *Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da pós-graduação no Brasil*. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte, vol. 14, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362009000400004&script=sciarttext>>. Acesso em 30 de nov. 2010.

TOLENTINO, Átila Bezerra. “Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro”. In *Revista CPC*, São Paulo, no. 4, , maio/out. 2007, p. 72-86.

VAN MENCH, P. “The establishment of a new international committee on museology”. In: *International Committee for Museology*, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1

Edital MCT/SECIS/CNPq nº 07/2003								
Prop.	Título	Área	Inst.	Museu	UF	Região	Inst.	Total
Juan Bernardino Marques Barrio	Modernização do Planetário de Goiânia	Educação Permanente	Universidade Federal de Goiás	Planetário de Goiânia	GO	CO	UFG	R\$ 45.000,00
Lidiamar Barbosa de Albuquerque	Descobrimo o Museu Dom Bosco	Ensino-Aprendizagem	Museu Dom Bosco	Museu Dom Bosco	MS	CO	UCDB	R\$ 40.000,00
Antonio Carlos Pavao	LABORATORIOS DIDATICOS NO ESPACO CIENCIA	Ciências	Espaço Ciência de Pernambuco	Espaço Ciência de Pernambuco	PE	NE	SCTMA/PE	R\$ 60.000,00
Antonio Sergio Cavalcante Esperidiao	Experimentos interativos para o Museu da UNEB no Imbuí.	Ciências	Instituto de Física	Museu da UNEB no Imbuí	BA	NE	UFBA	R\$ 50.000,00
Emerson Peter da Silva Falcão	Observatório Astronômico Automatizado	Astronomia Ótica	Clube Estudantil de Astronomia	Observatório Astronômico Automatizado	PE	NE	CEA	R\$ 35.000,00
Flávia de Barros Prado Moura	A Natureza e o Homem no Nordeste Brasileiro	Taxonomia dos Grupos Recentes	Museu de História Natural	Museu de História Natural	AL	NE	MHN	R\$ 18.000,00
José Ferreira Neto	PRODUCAO E AQUISICAO DE EXPERIMENTOS PARA O PARQUE DA CIENCIA DO RIO GRANDE DO NORTE	Ciências	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Parque da Ciência do Rio Grande do Norte	RN	NE	UFRN	R\$ 10.000,00
Maria das Graças Farias Pinto	Museu Interativo de Anatomia Comparada	Museologia	Universidade Federal da Bahia	Museu Interativo de Anatomia Comparada	BA	NE	UFBA	R\$ 10.000,00
Nestor Santos Correia	Parque do Conhecimento da UESC - Expoenergia	Ciências	Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas	Parque do Conhecimento da UESC - Expoenergia	BA	NE	UESC	R\$ 7.000,00
Ricardo de Araujo Kalid	Uma sala informatizada conectada com a ciência do mundo no Museu de Ciência e Tecnologia do Imbuí	Processos de Disseminação da Informação	Escola Politécnica	Museu de Ciência e Tecnologia do Imbuí	BA	NE	UFBA	R\$ 20.000,00
Tania Maria Piatti	Usina Ciência - Contribuição para melhoria da Educação básica em Alagoas	Ensino-Aprendizagem	Universidade Federal de Alagoas	Usina da Ciência	AL	NE	UFAL	R\$ 64.000,00
Waltécio de Oliveira Almeida	SISTEMATIZACAO E MELHORAMENTOS EM INFRAESTRUTURA DO ACERVO DE FOSSEIS DO MUSEU DE PALEONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI/ URCA - CEARA	Paleontologia Estratigráfica	Universidade Regional do Cariri	MUSEU DE PALEONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI/ URCA - CEARA	CE	NE	URCA	R\$ 25.000,00
Lucia Hussak van Velthem	Reencontros: Emilio Goeldi e o Museu Paraense	Museologia	Museu Paraense Emílio Goeldi	Museu Paraense Emílio Goeldi	PA	NO	MPEG	R\$ 50.000,00

Maria Ivete Herculano do Nascimento	Exposicao Etnografica Compartilhada: professores, alunos e pesquisadores na disseminacao do conhecimento sobre comunidades pesqueiras em Marapanim/PA- Projeto RENAS/Museu Paraense Emilio Goeldi	Antropologia Rural	Museu Paraense Emilio Goeldi	Museu Paraense Emilio Goeldi	PA	NO	MPEG	R\$ 30.000,00
Alberto Gaspar	Ciencia ao Vivo - Demonstracoes de Ciencias	Ensino-Aprendizagem	Estação Ciência	Estação Ciência	SP	SE	USP	R\$ 54.000,00
Alfredo Tiomno Tolmasquim	Einstein e a America Latina	Relatividade e Gravitação	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	MAST	R\$ 50.000,00
Ana Luiza Spadano Albuquerque	Museu didatico-cientifico-pedagogico em Paleontologia e Micropaleontologia	Geologia	Departamento de Geoquímica	Museu didatico-cientifico-pedagogico em Paleontologia e Micropaleontologia	RJ	SE	UFF	R\$ 40.000,00
Antonio Aprigio da Silva Curvelo	JARDINS DA PERCEPCAO - CDCC	Museologia	Universidade de São Paulo	Jardins da Percepção	SP	SE	USP	R\$ 60.000,00
Antonio Carlos Duarte de Carvalho	FORMACAO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS, TECNICOS E AUXILIARES DE PESQUISA DO CENTRO DE MEMORIA E MUSEU HISTORICO - CMMH DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRAO PRETO - USP.	Museologia	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	Centro de Memória e Museu Histórico - CMMH da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP	SP	SE	FMRP	R\$ 70.000,00
Antonio Carlos Rodrigues de Amorim	Revitalizacao do Planetario do Museu Dinamico de Ciencias de Campinas	Astronomia Fundamental	Universidade Estadual de Campinas	Museu Dinâmico de Ciências de Campinas	SP	SE	UNICAMP	R\$ 45.000,00
Antonio Luciano Gandini	DINAMIZACAO EDUCATIVA DO MCT/EM/UFOP: Criacao de Kits para o Ensino de Ciencias	Multidisciplinar	Universidade Federal de Ouro Preto	Museu de Ciência e Tecnologia	MG	SE	UFOP	R\$ 15.000,00
Arthur Ziggiatti Güth	SALA DE MULTIMIDIA DO CENTRO DE CIENCIAS BIOESPACO	Multidisciplinar	Fundação de Ensino Octávio Bastos	Centro de Ciências Bioespaco	SP	SE	FEOB	R\$ 20.000,00
Betania Gonçalves Figueiredo	Rede de Museus e Espacos de Ciencias da UFMG: Programa de Formacao Continuada	História das Ciências	Pró-Reitoria de Extensão	Museus e espaços de ciência da UFMG	MG	SE	UFMG	R\$ 70.000,00
Brigida de Souza	Instalacao do Museu Regional de Entomologia de Lavras	Multidisciplinar	Universidade Federal de Lavras	Museu Regional de Entomologia de Lavras	MG	SE	UFLA	R\$ 10.000,00
Carlos Roberto Ferreira Brandão	Aprimoramento do Setor de Invertebrados Aquaticos e Criacao de uma Sala Multi-Uso: Instrumentos de Melhorias Educacionais no MZUSP	Taxonomia dos Grupos Recentes	Museu de Zoologia	Museu de Zoologia	SP	SE	USP	R\$ 30.000,00
Celso D'Amato Baeta Neves	PROGRAMA ESTACAO ECOLOGICA - Projeto de Aprimoramento de Salas de Oficinas Interativas Experimentais e Recepcão de Visitantes	Ecologia Aplicada	Instituto de Ciências Biológicas	Estação Ecológica	MG	SE	UFMG	R\$ 45.000,00

Denise Coelho Studart	SISTEMA DE AVALIACAO PARA MUSEUS E CENTROS DE CIENCIA	Treinamento e Avaliação	Departamento Museu da Vida	Museu da Vida	RJ	SE	COC	R\$ 18.000,00
Denise Oliveira e Silva	Tempos e Espacos da Saude	Museologia	Fundação Oswaldo Cruz	Fundação Oswaldo Cruz	RJ	SE	FIOCRUZ	R\$ 25.000,00
Eduardo Góes Neves	"Tempos de Viver e Morrer: Uma Proposta de reformulacao da exposicao de longa duracao do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de Sao Paulo"	Museologia	Universidade de São Paulo	Museu de Arqueologia e Etnologia da USP	SP	SE	USP	R\$ 40.000,00
Eliana Cardoso Leite	Museu Dinamico da Mata Atlantica	Ecologia de Ecosistemas	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Museu Dinamico da Mata Atlantica	SP	SE	UNESP	R\$ 30.000,00
Ernst Wolfgang Hamburger	ABC na Educacao Cientifica - Mao na Massa na Estacao Ciencia	Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação	Universidade de São Paulo	Estação Ciência	SP	SE	USP	R\$ 20.000,00
Evandro Ferreira Passos	Parque da Ciencia de Juiz de Fora	Ciências	Universidade Federal de Viçosa	Parque da Ciencia de Juiz de Fora	MG	SE	UFV	R\$ 70.000,00
Fabio Castro Gouveia	Clube de Informatica do Parque da Ciencia	Tecnologia Educacional	Departamento Museu da Vida	Parque da Ciência	RJ	SE	COC	R\$ 30.000,00
Fernanda de Fátima Pandini da Silva	Ampliacao dos Acervos da Escola da Ciencia - Fisica e Praca da Ciencia	Instrumentação Especifica de Uso Geral em Física	Prefeitura Municipal de Vitória	Escola da Ciência Física e Praça da Ciência	ES	SE	PMV	R\$ 39.000,00
Francisco de Assis Esteves	Espaco NUPEM de divulgacao cientifica	Ecologia de Ecosistemas	Departamento de Ecologia	Espaço Nupem	RJ	SE	UFRJ	R\$ 30.000,00
Francisco Eduardo Martinez	Plastinacao: Museu de Anatomia	Anatomia Humana	Departamento de Anatomia	Museu de Anatomia	SP	SE	UNESP/BOTUCATU	R\$ 20.000,00
Gabriel Rodrigues Hickel	Instalacao da Praca da Ciencia do Centro Astronomico da UNIVAP	Astronomia Ótica	Universidade do Vale do Paraíba	Centro Astronômico da UNIVAP	SP	SE	UNIVAP	R\$ 10.000,00
Humberto Siqueira Brandi	Implantacao do Museu de Metrologia e Qualidade Inmetro - MMQI	Museologia	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Museu de Metrologia e Qualidade Inmetro - MMQI	RJ	SE	INMETRO	R\$ 30.000,00
Isaias Raw	Estudo, elaboracao e ampliacao de recursos audiovisuais no Instituto Butantan	Museologia	Instituto Butantan	Instituto Butantan	SP	SE	IBU	R\$ 10.000,00
Jimi Naoki Nakajima	Melhoria da Infraestrutura Fisica do Herbarium Uberlandense (HUFU)	Taxonomia de Fanerógamos	Instituto de Biologia	Herbarium Uberlandense (HUFU)	MG	SE	IBIO	R\$ 10.000,00
João José Caluzi	Centro de Divulgacao e Memoria da Ciencia e Tecnologia	Ensino-Aprendizagem	Faculdade de Ciências de Bauru	Centro de Divulgacao e Memoria da Ciencia e Tecnologia	SP	SE	UNESP/BAURU	R\$ 30.000,00
Leandro de Oliveira Salles	Encontro de Gigantes na Pre-Historia do Brasil Central	Historia Natural	Museu Nacional	Museu Nacional	RJ	SE	UFRJ	R\$ 40.000,00

Leila Maria Beltramini	Implantacao de nucleos de difusao de ciencias sobre o tema Biologia Molecular Estrutural: transferencia dos recursos didaticos desenvolvidos e capacitacao de equipes em Universidades e Centros de Ciencias	Tópicos Específicos de Educação	Universidade de São Paulo	Centros de Ciências	SP	SE	USP	R\$ 30.000,00
Lucia Alves da Silva Lino	Producao de livros infantis com temas científicos	Ensino-Aprendizagem	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	MAST	R\$ 10.000,00
Luciana Sepúlveda Köptcke	Mediando a relacao Museu Escola: Materias de Apoio para Professores visitantes do Museu da Vida	Museologia	Departamento Museu da Vida	Museu da Vida	RJ	SE	COC	R\$ 10.000,00
Luisa Medeiros Massarani	Jogo "Cheiros Brasileiros"	Química dos Produtos Naturais	Departamento Museu da Vida	Museu da Vida	RJ	SE	COC	R\$ 10.000,00
Luiz Antonio Andrade de Oliveira	MELHORIA DAS EXPOSICOES DO CENTRO DE CIENCIAS DE ARARAQUARA	Multidisciplinar	Instituto de Química de Araraquara	Centro de Ciências de Araraquara	SP	SE	UNESP/ARA RAQUARA	R\$ 25.000,00
Luiz Fernando Dias Duarte	Exposicao Itinerante "Tesouros do Museu Nacional"	Museologia	Museu Nacional	Museu Nacional	RJ	SE	UFRJ	R\$ 50.000,00
Marcia Fernandes Lourenco	Producao de material didatico de apoio a exposicoes do Museu de Zoologia da USP	Métodos e Técnicas de Ensino	Museu de Zoologia	Museu de Zoologia	SP	SE	USP	R\$ 25.000,00
Marcus Granato	EXPOSICAO TEMPORARIA "INSTRUMENTOS CIENTIFICOS HISTORICOS : UMA ABORDAGEM DA HISTORIA DA CIENCIA NO BRASIL	Museologia	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	MAST	R\$ 20.000,00
Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	Projeto Central: Pesquisas Arqueologicas no Interior do Estado da Bahia - O Sertao Vai Virar Museu	Arqueologia Pré-Histórica	Museu Nacional	Museu Nacional	RJ	SE	UFRJ	R\$ 60.000,00
Maria Esther Alvarez Valente	Midia e Internet no MAST	Tópicos Específicos de Educação	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	MAST	R\$ 20.000,00
Maria Guiomar Carneiro Tommasiello	Centro de Educacao Cientifica-Tecnologica	Ensino-Aprendizagem	Universidade Metodista de Piracicaba	Centro de Educacao Cientifica-Tecnologica	SP	SE	UNIMEP	R\$ 20.000,00
Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro	EXPOSICAO ITINERANTE: AS PLANTAS NA CULTURA BRASILEIRA	Museologia	Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	RJ	SE	IP/JBRJ	R\$ 50.000,00
Maria Paula Delicio	DINAMIZACAO EDUCATIVA DO MCT/EM/UFOP: criacao de ambientes didaticos	Multidisciplinar	Universidade Federal de Ouro Preto	Museu de Ciência e Tecnologia	MG	SE	UFOP	R\$ 20.000,00
Marta Silvia Maria Mantovani	Implantacao de equipamentos científicos de exibicao em areas externas e implementacao de infraestrutura audiovisual/digital no Parque CienTec	Ciências	Universidade de São Paulo	Parque CienTec	SP	SE	USP	R\$ 50.000,00
Mirian David Marques	Exposicao temporaria "Ilustracao em Zoologia: da paisagem ao microscopico"	Zoologia Aplicada	Museu de Zoologia	Museu de Zoologia	SP	SE	USP	R\$ 50.000,00

Murillo Marx	Difusao do Servico de Biblioteca e Documentacao do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de Sao Paulo como um Centro de Informacao e Referencia em Arqueologia no Brasil.	Teoria e Método em Arqueologia	Museu de Arqueologia e Etnologia da USP	Museu de Arqueologia e Etnologia da USP	SP	SE	MAE/USP	R\$ 20.000,00
Nilton Eduardo Torres Rojas	Espaco Pesca e Aquicultura	Aqüicultura	Instituto de Pesca	Espaco Pesca e Aquicultura	SP	SE	IP	R\$ 40.000,00
Pedro Muanis Persechini	Infraestrutura de apoio a atividades de divulgacao cientifica do Espaco Ciencia Viva	Ciências	Espaco Ciência Viva	Espaco Ciência Viva	RJ	SE	ECV	R\$ 20.000,00
Pedro Paulo Soares	Fiocruz.Passado e Presente	História das Ciências	Casa Oswaldo Cruz	Casa Oswaldo Cruz	RJ	SE	COC	R\$ 50.000,00
Renato Las Casas	DIVULGACAO CIENTIFICA PELO OBSERVATORIO ASTRONOMICO DA UFMG	Museologia	Departamento de Física	Observatório Astronômico da UFMG	MG	SE	UFMG	R\$ 45.000,00
Renato Neves Feio	Estruturacao do Museu de Zoologia "Joao Moojen de Oliveira" da Universidade Federal de Vicosa como Laboratorio de Pesquisa e Extensao de Educacao e Ciencias Ambientais	Taxonomia dos Grupos Recentes	Universidade Federal de Viçosa	Museu de Zoologia "Joao Moojen de Oliveira" da Universidade Federal de Vicosa	MG	SE	UFV	R\$ 35.000,00
Robson Coutinho Silva	Producao e Melhorias nos Modulos Experimentais do Museu Espaco Ciencia Viva	Multidisciplinar	Espaco Ciência Viva	Museu Espaco Ciência Viva	RJ	SE	ECV	R\$ 40.000,00
Ronaldo de Almeida	Laboratorio de Astronomia e Ciencias Afins	Educação Permanente	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	MAST	R\$ 45.000,00
Ruth Bruno	Casa da Descoberta - Manutencao, Projeto e Construcão de Exhibits.	Métodos e Técnicas de Ensino	Universidade Federal Fluminense	Casa da Descoberta	RJ	SE	UFF	R\$ 75.000,00
Saulo Rabello Maciel de Barros	Modernizacao do Auditorio da Estacao Ciencia	Ciências	Estação Ciência	Estação Ciência	SP	SE	USP	R\$ 50.000,00
Sergio Alex Kugland de Azevedo	Implantacao de Laboratorio Multi-Meios para educacao em ciencias nas exposicoes do Museu Nacional/UFRJ	Processos da Comunicação	Museu Nacional	Museu Nacional	RJ	SE	UFRJ	R\$ 20.000,00
Silvia Maria Sartor	Museu Oceanografico de Santos	Ecologia de Ecossistemas	Fundação Victório Lanza	Museu Oceanografico de Santos	SP	SE	VICTÓRIO LANZA	R\$ 40.000,00
Sonia Maria Figueira Mano	Brincando se Aprende! Saude!	Saúde Pública	Departamento Museu da Vida	Museu da Vida	RJ	SE	COC	R\$ 15.000,00
Tiago Egger Moellwald Duque Estrada	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE INFORMACAO MULTIMIDIA DO CENTRO DE CIENCIAS BIOESPACO	Multidisciplinar	Fundação de Ensino Octávio Bastos	Centro de Ciências Bioespaco	SP	SE	FEOB	R\$ 10.000,00
Vitoria Regia Peres da Rocha Oliveiros Marciano	Laboratorio para identificacao, classificacao e conservacao do acervo do Museu de Mineralogia Prof. Djalma Guimaraes	Mineralogia	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	Museu de Mineralogia Prof. Djalma Guimarães	MG	SE	P/BELO HORIZONTE	R\$ 30.000,00
Wesley Rodrigues Silva	Organizacao das atividades de extensao do Museu de Historia Natural da UNICAMP	Taxonomia dos Grupos Recentes	Museu de História Natural Prof. Adão José Cardoso	Museu de História Natural Prof. Adão José Cardoso	SP	SE	UNICAMP	R\$ 20.000,00

Adriana Maria Pereira dos Santos	CD-ROM Multimídia para a Exposição de Longa Duração Pre-História Regional	Processos da Comunicação	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	SC	SU	FCJ	R\$ 15.000,00
Ana Carolina Bertoletti De Marchi	Informática auxiliando a aprendizagem em museus de ciências e tecnologia através de padrão de metadados para objetos de aprendizagem	Teleinformática	Universidade de Passo Fundo	Museu de Ciência	RS	SU	UPF	R\$ 15.000,00
Andrea Schwertner Charao	Tecnologias da Informação e Software Livre no Apoio a Ações Museológicas	Museologia	Museu Educativo	Museu Educativo	RS	SU	UFSM	R\$ 30.000,00
Branca Maria Aimi Severo	O Herbario RSPF interagindo e socializando a ciência com a comunidade, através do Museu Zoológico Augusto Ruschi/UPF/RS	Taxonomia Vegetal	Instituto de Ciências Biológicas	Museu Zoológico Augusto Ruschi/UPF/RS	RS	SU	UPF	R\$ 10.000,00
Debora de Mello Goncalves Sant Ana	Museu Interdisciplinar de Ciências da UNIPAR: desenvolvendo estratégias de popularização da ciência	Educação	Universidade Paranaense	Museu Interdisciplinar de Ciências da UNIPAR	PR	SU	UNIPAR	R\$ 48.000,00
Eliana Aparecida Silicz Bueno	A Experimentoteca no Museu de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual de Londrina	Tópicos Específicos de Educação	Universidade Estadual de Londrina	Museu de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual de Londrina	PR	SU	UEL	R\$ 10.000,00
Élvia Elena Silveira Vianna	Revitalização e Ampliação do Museu de História Natural da Universidade Católica de Pelotas	Zoologia Aplicada	Universidade Católica de Pelotas	Museu de História Natural da Universidade Católica de Pelotas	RS	SU	UCPEL	R\$ 20.000,00
Francisco Catelli	A luz, o sol, ecossistemas: religando as ciências por intermédio de espaços não formais. Ampliação do Museu Itinerante e Interativo da Universidade de Caxias do Sul.	Museologia	Universidade de Caxias do Sul	Museu Itinerante e Interativo da Universidade de Caxias do Sul.	RS	SU	UCS	R\$ 30.000,00
Gerson Machado	Adequação e Ampliação da exposição itinerante "Afinal, o que é Arqueologia?"	Museologia	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	SC	SU	FCJ	R\$ 34.000,00
Heraldo Maciel França Madeira	Apoio a Consolidação do Museu de Informática da UFPR	História das Ciências	Departamento de Informática	Museu de Informática da UFPR	PR	SU	UFPR	R\$ 30.000,00
Iran Carlos Stalliviere Correa	Preservação e Manutenção do Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe	Geodésia	Departamento de Geodésia	Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe	RS	SU	UFRGS	R\$ 15.000,00
Jeter Jorge Bertoletti	Aprimoramento estrutural no MCT/PUCRS	Ensino-Aprendizagem	Museu de Ciências e Tecnologia	Museu de Ciências e Tecnologia	RS	SU	PUCRS/MCT	R\$ 60.000,00
Jules Marcelo Rosa Soto	Implementação e adequação das unidades de apoio das seções de curadoria do Museu Oceanográfico do Vale do Itajaí - MOVI.	Taxonomia dos Grupos Recentes	Centro de Educação de Ciências Tecnológicas, da Terra e do Mar	Museu Oceanográfico do Vale do Itajaí	SC	SU	UNIVALI	R\$ 52.000,00
Marcelo Emilio	Práticas de Astronomia nos Campos Gerais	Astronomia Ótica	Departamento de Geociências	Museu de Astronomia	PR	SU	UEPG	R\$ 20.000,00

Maria de Lourdes Abruzzi Aragão de Oliveira	Oficinas de flora e fauna do Rio Grande do Sul	Botânica Aplicada	Museu de Ciências Naturais	Museu de Ciências Naturais	RS	SU	FZB/RS	R\$ 40.000,00
Marise Basso Amaral	Museu ao ar livre: viajando com a Baleia Franca.	Museologia	Universidade Luterana do Brasil	Museu ao ar livre	RS	SU	ULBRA	R\$ 20.000,00
Noeli Juarez Ferla	Naturalista por um dia - conhecendo a biodiversidade regional através do Museu de Ciências Naturais.	Educação	Centro Universitário Univates	Museu de Ciências Naturais	RS	SU	UNIVATES	R\$ 20.000,00
Norma Luiza Würdig	Museu da biodiversidade: preservação e manejo do Litoral Norte do Rio Grande do Sul	Zoologia Aplicada	Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos	Museu da biodiversidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul	RS	SU	UFRGS/CEC LIMAR	R\$ 7.000,00
Odete Lopez Lopes	Utilização de invertebrados aquáticos para compreensão de preservação ambiental. Uma abordagem prática.	Ecologia Aplicada	Museu de História Natural Capão da Imbuia	Museu de História Natural Capão da Imbuia	PR	SU	MH	R\$ 10.000,00
Pércio de Moraes Branco	AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA EXPOSIÇÕES DO MUSEU DE GEOLOGIA	Geologia	Superintendência Regional de Porto Alegre	Museu de Geologia	RS	SU	CPRM/RS	R\$ 11.000,00
Roque Moraes	SUPERANDO CONDIÇÕES EXISTENTES NO MCT-PUCRS POR MEIO DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	Educação Permanente	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Museu de Ciência e Tecnologia	RS	SU	PUCRS	R\$ 20.000,00
Sonia Lucy Molinari	MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR	Multidisciplinar	Universidade Estadual de Maringá	MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR	PR	SU	UEM	R\$ 30.000,00
Valesca Brasil Lemos	Sala de Apoio Programático do Museu de Paleontologia do Instituto de Geociências da UFRGS	Paleontologia Estratigráfica	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Museu de Paleontologia do Instituto de Geociências da UFRGS	RS	SU	UFRGS	R\$ 30.000,00

ANEXO 2

Edital MCT/CNPq nº 12/2006								
Prop.	Título	Área	Inst.	Museu	UF	Região	Inst.	Total
Erika Zimmermann	Implantação do Museu Interativo de Ciência e Tecnologia de Brasília	Divulgação Científica	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	Museu Interativo de Ciência e Tecnologia de Brasília	DF	CO	CDT	R\$ 310.187,24
Gilberto Lacerda Santos	Consolidacao do Museu Virtual de Ciencia e Tecnologia da Universidade de Brasilia	Tecnologia Educacional	Universidade de Brasília	Museu Virtual de Ciencia e Tecnologia da Universidade de Brasilia	DF	CO	UNB	R\$ 60.635,68
Juan Bernardino Marques Barrio	Modernizacao dos ambientes de apoio pedagogico do Planetario da Universidade Federal de Goias	Métodos e Técnicas de Ensino	Universidade Federal de Goiás	Planetário de Goiânia	GO	CO	UFG	R\$ 110.000,00
Carlos Wagner Costa Araújo	Centro Interativo de Ciencia - UNIVASF	Ensino-Aprendizagem	Universidade Federal do Vale do São Francisco	Centro Interativo de Ciencia - UNIVASF	PE	NE	UNIVASF	R\$ 103.187,72
Jose Evangelista de Carvalho Moreira	Museu do Eclipse em Sobral	Divulgação Científica	Universidade Federal do Ceará	Museu do Eclipse em Sobral	CE	NE	UFC	R\$ 130.005,24
Lafayette Dantas da Luz	MUSEU MEMORIA DAS AGUAS DE SALVADOR	Recursos Hídricos	Universidade Federal da Bahia	MUSEU MEMORIA DAS AGUAS DE SALVADOR	BA	NE	UFBA	R\$ 100.749,12
Sandra de Brito Barreto	Museu de Minerais e Rochas: A Construcao de sua Interatividade - Proposta de Visitacao Conti	Mineralogia	Universidade Federal de Pernambuco	Museu de Minerais e Rochas	PE	NE	UFPE	R\$ 24.900,00
Valdemiro da Paz Brito	Implantacao do Espaco Ciencia da Universidade Federal do Piaui	Divulgação Científica	Departamento de Fisica	Espaço da Ciência da UFPI	PI	NE	UFPI	R\$ 122.500,00
Elizabeth Ferreira Cartaxo	Criacao de Museus de Ciencias em Escolas Rurais do Amazonas	Ciências Ambientais	Universidade Federal do Amazonas	Museus de Ciências	AM	NO	UFAM	R\$ 154.255,80
Jimena Felipe Beltrão	CIÊNCIA E SOCIEDADE: COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL DA AMAZÔNIA	Jornalismo e Editoração	Assessoria de Comunicação Social	Museu Paraense Emílio Goeldi	PA	NO	MPEG	R\$ 98.186,48
José Pedro Cordeiro	ESTAÇÃO CIÊNCIAS CASA DA FÍSICA	Áreas Clássicas de Fenomenologia e suas Aplicações	Universidade Federal do Amazonas	ESTAÇÃO CIÊNCIAS CASA DA FÍSICA	AM	NO	UFAM	R\$ 136.486,20
Paulo Henrique Lana Martins	Centro Itinerante Ciencia pelo Cerrado	Divulgação Científica	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Centro Itinerante Ciencia pelo Cerrado	TO	NO	UFT	R\$ 131.010,00
Alfredo José Altamirano-Enciso	CRIACAO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE BUZIOS	Museologia	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Museu de Arqueologia de Buzios	RJ	SE	UNIRIO	R\$ 43.593,24

Antares Kleber Grijo de Oliveira	O cotidiano do homem visto pela ciencia astronomica: uma ferramenta de insercao social	Ciências	Observatório Nacional	Observatório Nacional	RJ	SE	ON	R\$ 56.000,00
Carlos Henrique Veiga	Projeto Itinerante de Ensino de Física e Astronomia do Observatorio Nacional/MCT	Tópicos Específicos de Educação	Observatório Nacional	Observatório Nacional	RJ	SE	ON	R\$ 67.000,00
Cristine Carole Muggler	APERFEICOAMENTO E EXPANSAO DA EDUCACAO E DIVULGACAO CIENTIFICAS DO MUSEU DE CIENCIAS DA TERRA ALEXIS	Geologia	Departamento de Solos	MUSEU DE CIENCIAS DA TERRA ALEXIS	MG	SE	UFV	R\$ 93.563,38
Daisy Maria Luz	CONSOLIDANDO A DIVULGACAO CIENTIFICA NA CASA DA DESCOBERTAI	Divulgação Científica	Instituto de Física	Casa da Descoberta	RJ	SE	UFF	R\$ 77.069,61
Douglas Falcão Silva	Título do Projeto: Aprimoramento e reabertura da exposicao As Estacoes do Ano - A Terra em Movimento	Educação Permanente	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	MAST	R\$ 89.243,44
Eliana Cardoso Leite	Museu Dinamico da Mata Atlantica: manutencao, ampliacao e dinamica.	Ecologia de Ecossistemas	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Museu Dinamico da Mata Atlantica	SP	SE	UNESP	R\$ 110.983,90
Evandro Ferreira Passos	Parque da Ciencia de Teofilo Otoni	Museologia	Universidade Federal de Viçosa	Parque da Ciencia de Teofilo Otoni	MG	SE	UFV	R\$ 84.492,60
Fabio Castro Gouveia	Acoes de acessibilidade no Museu da Vida: divulgacao cientifica para deficientes visuais	Divulgação Científica	Departamento Museu da Vida	Museu da Vida	RJ	SE	COC	R\$ 41.990,59
Francisco Duarte Moura Neto	Parque da Ciencia	Física Geral	Instituto Politécnico	Parque da Ciencia	RJ	SE	UERJ/IPRJ	R\$ 48.862,60
Laurentino Corrêa de Vasconcellos Neto	Experimentos Interativos de Ciencias do Memorial Aeroespacial Brasileiro	Multidisciplinar	Centro Técnico Aeroespacial	Memorial Aeroespacial Brasileiro	SP	SE	CTA	R\$ 104.888,00
Luiz Antonio Andrade de Oliveira	Otimizacao das Exposicoes do Centro de Ciencias de Araraquara	Ciências	Instituto de Química de Araraquara	Centro de Ciencias de Araraquara	SP	SE	UNESP/ARA RAQUARA	R\$ 116.877,70
Luiz Landau	Exposicao Virtual Interativa de Paleovertebrados do Museu Nacional em Caverna Digital - cave	Tecnologia e Inovação	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação e Pesquisa de Engenharia	Museu Nacional em Caverna Digital - cave	RJ	SE	UFRJ/COPPE	R\$ 274.981,20
Marcus Granato	Producao de audiovisuais sobre instrumentos cientificos historicos da colecao do MAST	Museologia	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	MAST	R\$ 7.000,00
Nelia Ferreira Leite	Reestruturacao do Centro de Visitantes do INPE	Divulgação Científica	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Inpe	SP	SE	INPE	R\$ 101.256,60
Oswaldo Augusto Brazil Esteves Sant'Anna	Instituto Butantan: o caminhar da difusao cientifica	Museologia	Instituto Butantan	Instituto Butantan	SP	SE	IBU	R\$ 49.910,00

Rosa Maria Fernandes Scalvi	Utilizacão de Observatório Astronômico para Difusão do Ensino de Astronomia e Física	Instrumentação Astronômica	Departamento de Física	Observatório Astronômico para Difusão do Ensino de Astronomia e Física	SP	SE	UNESP/BAUR	R\$ 67.889,20
Sergio Alex Kugland de Azevedo	DINOSSAUROS DO BRASIL - EXPOSICAO VIRTUAL NO MUSEU NACIONAL	Paleozoologia	Museu Nacional	Museu Nacional	RJ	SE	UFRJ	R\$ 99.884,40
Vera Jatenco Silva Pereira	Centro de Difusão de Astronomia de Ensino de Ciências	Ciências	Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	Centro de Difusão de Astronomia de Ensino de Ciências	SP	SE	IAG/USP	R\$ 49.699,04
Daniel Iunes Raimann	Espaco Astronomia UDESC - Pinhalzinho/SC	Instrumentação Astronômica	Universidade do Estado de Santa Catarina	Espaco Astronomia UDESC - Pinhalzinho/SC	SC	SU	UDESC	R\$ 49.752,98
Debora Peres Menezes	Implementação do Parque Viva Ciência	Divulgação Científica	Universidade Federal de Santa Catarina	Parque Viva Ciência	SC	SU	UFSC	R\$ 90.500,00
Eduardo Luiz Damiani Bica	Restauração e Exposição do acervo Histórico do Observatório da UFRGS: Astronomia para a Comunidade	Astrofísica do Sistema Solar	Departamento de Astronomia	Observatório da UFRGS	RS	SU	UFRGS	R\$ 50.000,00
Francisco José Mariano da Rocha	Interação Planetário – Escola: Planetário da UFSM, uma extensão ao ensino formal.	Ciências	Universidade Federal de Santa Maria	Planetário UFSM	RS	SU	UFSM	R\$ 103.035,00
Luís Augusto Koening Veiga	Museu de Ciências Geodésicas e Cartográficas	Geodésia Geométrica	Universidade Federal do Paraná	Museu de Ciências Geodésicas e Cartográficas	PR	SU	UFPR	R\$ 45.245,00
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira	Implantação do Museu de Telecomunicações UFPEL-CEFET, Pelotas	Museologia	Departamento de História e Filosofia	Museu de Telecomunicações UFPEL-CEFET, Pelotas	RS	SU	UFPEL	R\$ 85.635,90
Norma Luiza Würdig	Mostra da Biodiversidade Costeira: Modernização do acervo em aquários do CECLIMAR/UFRGS	Ecologia de Ecossistemas	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Aquários Ceclimar	RS	SU	UFRGS	R\$ 49.860,76
Ricardo Simão Diniz Dalmolin	Potencialização do Museu de Solos do Rio Grande do Sul como ferramenta de ensino e extensão	Gênese, Morfologia e Classificação dos Solos	Universidade Federal de Santa Maria	Museu de Solos do Rio Grande do Sul como ferramenta de ensino e extensão	RS	SU	UFSM	R\$ 49.473,80
Sergio de Mello Arruda	Museu de Ciência e Tecnologia de Londrina	Ensino-Aprendizagem	Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Museu de Ciência e Tecnologia de Londrina	PR	SU	UEL	R\$ 189.986,20

ANEXO 3

Edital MCT/CNPq nº 042 /2007

Prop.	Título	Área	Inst.	Museu	UF	Região	Total
Cássio Costa Laranjeiras	Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília: Implantação, Desenvolvimento de Conteúdos e Atividades de Itinerância	Divulgação Científica	Universidade de Brasília	Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília	DF	CO	R\$ 199.447,60
Carlos Wagner Costa Araújo	Barca da Ciência: Educação Científica e Ambiental no Rio São Francisco	Ensino-Aprendizagem	Universidade Federal do Vale do São Francisco	Barca da Ciência	PE	NE	R\$ 162.010,00
Evandro Carlos Ferreira dos Santos	Conhecendo e Gostando de Matemática e de Estatística - um Museu Itinerante da UFBA	Geometria Diferencial	Universidade Federal da Bahia	Museu Itinerante da UFBA	BA	NE	R\$ 183.804,05
Helen Jamil Khoury	Implantação do Museu de Ciências Nucleares em Pernambuco	Instrumentação para Medida e Controle de Radiação	Universidade Federal de Pernambuco	Museu de Ciências Nucleares em Pernambuco	PE	NE	R\$ 88.594,24
Valdeilson Souza Braga	Ciência móvel - O caminho da ciência	Cinética Química e Catálise	Universidade Federal da Bahia	Ciência Móvel	BA	NE	R\$ 127.044,54
Andréia Silva Flores	Descobrimos os segredos das flores no lavrado	Morfologia Vegetal	Museu Integrado de Roraima	Museu Integrado de Roraima	RR	NO	R\$ 149.661,20
Ari Miguel Teixeira Ott	A Barca da Ciência: divulgação dos resultados de 20 anos de pesquisa em mercúrio no Rio Madeira - Rondonia entre estudantes ribeirinhos do ensino fundamental e médio.	Ecologia de Ecossistemas	Universidade Federal de Rondônia	Barca da Ciência	RO	NO	R\$ 117.943,90
Alberto Rodriguez Ardila	Observatório no Telhado (OnT)	Astrofísica Extragaláctica	Laboratório Nacional de Astrofísica	Observatório no Telhado (OnT)	MG	SE	R\$ 136.234,64
Alexander Wilhelm Armin Kellner	Modernização da sala dos dinossauros do Museu Nacional/UFRJ	Paleozoologia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Museu Nacional	RJ	SE	R\$ 206.738,54
Alfredo Tiomno Tolmasquim	Exposição de longa duração do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST (módulo 1)	História das Ciências	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	R\$ 260.743,44
Antonia Cecília Zacagnini Amaral	DIVULGAÇÃO E POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA BIODIVERSIDADE ZOOLOGICA - MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Interação entre os Organismos Marinhos e os Parâmetros Ambientais	Universidade Estadual de Campinas	MUSEU DE ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	SP	SE	R\$ 102.168,48
Antonio Carlos Duarte de Carvalho	Implantação do Museu Histórico da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FMRP - USP.	Museologia	Universidade de São Paulo	Museu Histórico da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FMRP - USP.	SP	SE	R\$ 126.904,00
Antonio Carlos Pavao	DarwinMove! Entendendo a Evolução	Divulgação Científica	Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência	DarwinMove!	SP	SE	R\$ 125.803,00
Carlos Alberto Olivieri	Construção da Praça da Ciência na UFScar	Física Clássica e Física Quântica; Mecânica e Campos	Universidade Federal de São Carlos	Praça da Ciência	SP	SE	R\$ 124.903,00

Elisabeth Cristina de Almeida Bessa	Visitas Programadas ao Museu Interativo e a Colecao de Conchas do Museu de Malacologia Prof. Maury Pinto de Oliveira da Universidade Federal de Juiz de Fora	Controle Populacional de Animais	Universidade Federal de Juiz de Fora	Museu Interativo e a Colecao de Conchas do Museu de Malacologia Prof. Maury Pinto de Oliveira da Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	SE	R\$ 118.102,36
Fabricio José Fernandino	"Museu de Todos Nos"- Programa de Educacao para o Conhecimento: Ciencia, Cultura e Meio-Ambiente	Divulgação Científica	Universidade Federal de Minas Gerais	Museu de todos nós	MG	SE	R\$ 50.000,00
Gerd Sparovek	Observatorio da agua: da natureza a torneira	Manejo e Conservação do Solo	Universidade de São Paulo	Observatorio da agua: da natureza a torneira	SP	SE	R\$ 131.248,04
Ismar de Souza Carvalho	Museu de Geologia - UFRJ: Conectando o Passado ao Futuro	Geologia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Museu de Geologia - UFRJ	RJ	SE	R\$ 145.000,00
Marcio Malacarne	Observatorio Astronomico Remoto nas Escolas	Instrumentação Astronômica	Universidade Federal do Espírito Santo	Observatorio Astronomico Remoto nas Escolas	ES	SE	R\$ 127.477,05
Maria Alice Sant'Ana Zucoloto	Projeto de Ampliacao do Acervo do Centro de Ciencias Escola da Ciencia-Fisica	Divulgação Científica	Prefeitura Municipal de Vitória	Centro de Ciências	ES	SE	R\$ 70.450,00
Maurício Cândido da Silva	Consolidacao da difusao científico-cultural: aprimoramento da comunicacao museologica das exposicoes do MZUSP.	Museologia	Museu de Zoologia	Museu de Zoologia	SP	SE	R\$ 98.050,00
Nelia Ferreira Leite	Implantacao do Centro Interativo de Ciencia e Tecnologia e de Difusao de Conhecimento do INPE	Divulgação Científica	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	Inpe	SP	SE	R\$ 157.654,04
Silvio Fazolli	Conservacao e atualizacao do Observatorio do CTA	Astronomia de Posição e Mecânica Celeste	Instituto de Aeronautica e Espaço	Observatório do CTA	SP	SE	R\$ 31.559,00
Thereza Baumann	RENOVACAO DAS EXPOSICOES DE LONGA DURACAO DO MUSEU NACIONAL : Invertebrados e Entomologia	Historia Natural	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Museu Nacional	RJ	SE	R\$ 178.000,00
Wilson Teixeira	Exposicao Interativa ?Do Macaco ao Homem?	Multidisciplinar	Universidade de São Paulo	Estação Ciência	SP	SE	R\$ 140.000,00
Eduardo Luiz Damiani Bica	Observatorio Astronomico da UFRGS: Ampliacao das Atividades e Implementacao do Museu de Astronomia	Tecnologia Educacional	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Museu de Astronomia	RS	SU	R\$ 85.164,08
Giani Rabelo	Centro de memoria da educacao do sul de Santa Catarina	História da Educação	Universidade do Extremo Sul Catarinense	Centro de memoria da educacao do sul de Santa Catarina	SC	SU	R\$ 51.400,00
Maurivan Güntzel Ramos	interacao Museu-Escola-Formacao de Professores-Comunidade: acoes de popularizacao da ciencia e de acompanhamento e avaliacao do nivel de alfabetizacao cientifica e tecnologica	Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Museu-escola	RS	SU	R\$ 89.165,12

ANEXO 4

Edital MCT/SECIS/CNPq N° 63/2008

Prop.	Título	Área	Inst.	Museu	Estado	Região	Total
Paulo Henrique Azevedo Sobreira	Atividades do Planetário da UFG no Ano Internacional da Astronomia	Ensino-Aprendizagem	Universidade Federal de Goiás	Planetário da UFG	GO	CO	R\$ 27.000,00
Luiz Ozorio de Oliveira Filho	MUSEU DO ECLIPSE - Extensao das Atividades - Museu do Eclipse de Sobral	Divulgação Científica	Universidade Estadual Vale do Acaraú	Museu do Eclipse	CE	NE	R\$ 38.794,24
Lupércio Braga Bezerra	Criacao de Novos Espacos para a Divulgacao Cientifica no Semi-Arido Nordestino ? Projeto ?Centro de Referencia em Astronomia de Pernambuco?	Divulgação Científica	Clube Estudantil de Astronomia	Centro de Referencia em Astronomia de Pernambuco	PE	NE	R\$ 11.250,00
Adilson Jesus Aparecido de Oliveira	Popularizacao da Astronomia pela UFSCar: Astronomia ao alcance de todos	Divulgação Científica	Universidade Federal de São Carlos	Observatório Astronômico da UFSCar	SP	SE	R\$ 42.201,00
Antares Kleber Grijó de Oliveira	1609: O OLHAR QUE MUDOU O MUNDO	Astrofísica do Sistema Solar	Observatório Nacional	Observatório Nacional	RJ	SE	R\$ 10.000,00
Douglas Falcão Silva	Astronomia como instrumento pedagógico: Popularizacao da Ciencia e Inclusao Social	Educação Permanente	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	R\$ 81.695,60
François Christophe Cuisinier	Exposicao Descobrimdo o Universo	Astrofísica do Sistema Solar	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Observatório do Valongo	RJ	SE	R\$ 10.000,00
Heloisa Meireles Gesteira	Os Novos Ceus de uma Nova Terra: as observacoes astronomicas de Jorge Marcgrave no Recife-holandes (1637-1645)	História das Ciências	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	R\$ 15.496,12
Marcio Malacarne	Observatorio Astronomico Remoto nas Escolas	Instrumentação Astronômica	Universidade Federal do Espírito Santo	Observatorio Astronomico Remoto nas Escolas	ES	SE	R\$ 49.402,00
Ramachrisna Teixeira	Observatorio Abrahao de Moraes (IAG/USP) - Centro de difusao do conhecimento - Ano Internacional da Astronomia	Instrumentação Astronômica	Universidade de São Paulo	Observatorio Abrahao de Moraes (IAG/USP) - Centro de difusao do conhecimento	SP	SE	R\$ 20.000,00
Rosa Maria Fernandes Scalvi	ENSINO E POPULARIZACAO DA ASTRONOMIA: IMPLANTANDO UMA OFICINA DE CONSTRUCAO DE TELESCOPIOS E UM PLANETARIO DIGITAL NO OBSERVATORIO DIDATICO ASTRONOMIC DE BAURU	Instrumentação Astronômica	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	OBSERVATORIO DIDATICO ASTRONOMIC DE BAURU	SP	SE	R\$ 31.873,00
Rosicler da Silva Neves	Ciencia Moveel: Astronomia para todos	Divulgação Científica	Fundação Oswaldo Cruz	Ciência Móvel	RJ	SE	R\$ 3.719,00
Silvia Martins dos Santos	NA TRILHA DO SISTEMA SOLAR SE APRENDE ASTRONOMIA: a divulgacao cientifica astronomica no Museu de Ciencias da DICA.	Divulgação Científica	Universidade Federal de Uberlândia	Museu de Ciencias da DICA.	MG	SE	R\$ 17.433,04
Luiz Carlos Gomes	Observatorio Astronomico Capitao Parobe	Astronomia Fundamental	Universidade Luterana do Brasil	Observatorio Astronomico Capitao Parobe	RS	SU	R\$ 20.000,00
Sergio de Mello Arruda	Ampliacao e consolidacao das atividades de divulgacao da Astronomia do Museu de Ciencia e Tecnologia de Londrina	Ensino-Aprendizagem	Universidade Estadual de Londrina	Museu de Ciencia e Tecnologia de Londrina	PR	SU	R\$ 16.701,00

ANEXO 5

Edital CNPq/SECIS/MCT /Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa nº 064/2009							
Prop.	Título	Área	Inst.	Museu	Estado	Região	Total
Alessandro Martins	AMPLIACAO E DIVERSIFICACAO DO ESPACO DE DIFUSAO CIENTIFICO-CULTURAL DO CAMPUS JATAI/UFG	Divulgação Científica	Universidade Federal de Goiás	ESPACO DE DIFUSAO CIENTIFICO-CULTURAL DO CAMPUS JATAI/UFG	GO	CO	R\$ 72.300,31
Beatriz Schwantes Marimon	Museu da Cidadania	Biologia Geral	Universidade do Estado de Mato Grosso	Museu da Cidadania	MT	CO	R\$ 128.536,52
Cássio Costa Laranjeiras	Museu na Escola: Ciencia Itinerante	Divulgação Científica	Universidade de Brasília	Museu na Escola: Ciencia Itinerante	DF	CO	R\$ 112.838,56
Dilton Batista Silva	Expresso Ciencias: o Zoo vai ate voce!	Multidisciplinar	Fundação Jardim Zoológico de Brasília	Expresso Ciência	DF	CO	R\$ 11.698,00
Eduardo Mauricio Mendes de Lima	O MUSEU DE ANATOMIA VETERINARIA VAI AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL	Clínica e Cirurgia Animal	Universidade de Brasília	O MUSEU DE ANATOMIA VETERINARIA VAI AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL	DF	CO	R\$ 89.774,13
Eleonora D'Avila Erbesdobler	CENTRO DE VISITANTES ESPECIAL: ESPACO MULTIFUNCIONAL E INTERATIVO DO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASILIA ADAPTADO PARA A RECEPCAO E ORIENTACAO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PARA A INCLUSAO SOCIAL NAS AREAS DE EDUCACAO AMBIENTAL E CONSERVACAO DA BIODIVER	Divulgação Científica	Fundação Jardim Zoológico de Brasília	Jardim Zoológico de Brasília	DF	CO	R\$ 110.819,38
Jesiel Freitas Carvalho	Patio da Ciencia - Um Centro de Ciencias na UFG	Divulgação Científica	Universidade Federal de Goiás	Centro de Ciências	GO	CO	R\$ 70.616,20
Manoel Everardo Pereira Mendes	Casa da Cabra	Artes Plásticas	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Casa da Cabra	DF	CO	R\$ 36.550,00
Maria Júlia Estefânia Chelini	Um novo Museu de Geociencias da UnB ? etapa 3: projetos expografico e educativo	Geologia	Instituto de Geociências	Museu de Geociencias da UnB	DF	CO	R\$ 29.433,97
Paulo Eduardo de Brito	IMPLANTACAO DO MUSEU DE CIENCIAS NATURAIS DA FACULDADE UNB PLANALTINA	Museologia	Universidade de Brasília	MUSEU DE CIENCIAS NATURAIS DA FACULDADE UNB PLANALTINA	DF	CO	R\$ 80.770,91
Ricardo Antonio Amaral de Lemos	Campo Agrostologico de Mato Grosso do Sul	Parques e Jardins	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Campo Agrostologico de Mato Grosso do Sul	MS	CO	R\$ 28.954,04
Rodrigo Bruno Zanin	Centro de Popularizacao e Difusao de Imagens Orbitias - CPDIO	Fotogrametria	Universidade do Estado de Mato Grosso	Centro de Popularizacao e Difusao de Imagens Orbitias - CPDIO	MT	CO	R\$ 49.161,81
Rogério Silvestre	Exposicao publica do Museu de Biodiversidade da UFGD	Conservação das Espécies Animais	Universidade Federal da Grande Dourados	Museu de Biodiversidade da UFGD	MS	CO	R\$ 38.236,74

Websten Cesário da Silva	Implantacao do espaco cultural e de ciencia e tecnologia de gado de corte-Casa Gado de Corte	Ciências	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Espaco cultural e de ciencia e tecnologia de gado de corte-Casa Gado de Corte	DF	CO	R\$ 64.500,00
Alberto Einstein Pereira de Araujo	IMPLANTACAO DO CENTRO DE CIENCIAS DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO - CECIAM	Museologia	Universidade Federal Rural de Pernambuco	CENTRO DE CIENCIAS DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO - CECIAM	PE	NE	R\$ 63.988,00
Alexandre Augusto de Lara Menezes	Parque da Ciencia: divulgacao cientifica em um espaco nao-formal de ensino	Divulgação Científica	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Parque da Ciência	RN	NE	R\$ 64.597,18
Antonio Carlos Pavao	Espaco Ciencia: sempre novo	Divulgação Científica	Universidade Federal de Pernambuco	Espaço Ciência	PE	NE	R\$ 61.275,00
Carlos Eduardo Bezerra de Moura	Museu Movel de Ciencias Morfológicas: Desvendando os misterios do corpo humano	Anatomia	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Museu Movel de Ciencias Morfológicas	RN	NE	R\$ 76.605,65
Débora Correia Rios	Geologar: Ciencias da Terra para a Sociedade	Geologia	Universidade Federal da Bahia	Geologar	BA	NE	R\$ 107.911,90
Edmilson Santos Silva	OBSERVATORIO CIENTIFICO E CULTURAL	Museologia	Universidade Federal de Alagoas	OBSERVATORIO CIENTIFICO E CULTURAL	AL	NE	R\$ 8.600,00
Edson José Wartha	Ciencia sobre rodas: Buzao da ciencia no Agreste e no Sertao.	Físico-Química	Universidade Federal de Sergipe	Buzão da Ciência	SE	NE	R\$ 86.006,00
Edson José Wartha	Ciencia sobre rodas: Buzao da ciencia no Agreste e no Sertao.	Físico-Química	Universidade Federal de Sergipe	Buzão da Ciência	SE	NE	R\$ 17.394,72
Enide Eskinazi Leça	MUSEU DA VIDA MARINHA: IMPLEMENTACAO DE UM ESPACO INTERATIVO DESTINADO A DIVULGACAO DA BIOLOGIA MARINHA JUNTO AO MUSEU OCEANOGRAFICO DA UFPE	Oceanografia Biológica	Departamento de Oceanografia	Museu da vida marinha	PE	NE	R\$ 54.180,00
Fábio Alan Carqueija Amorim	AMPLIACAO / ESTRUTURACAO PARA MELHORIA DAS ATIVIDADES DO PROJETO CIENCIA MOVEL: O Caminhao da Ciencia	Multidisciplinar	Universidade Federal da Bahia	Caminhão da Ciência	BA	NE	R\$ 35.806,01
Flávia de Barros Prado Moura	ADEQUACAO DO SALAO DE EXPOSICOES, EXPOSICAO ITINERANTE E IMPLEMENTACAO DE LABORATORIOS DO MUSEU DE HISTORIA NATURAL ? UFAL	Divulgação Científica	Universidade Federal de Alagoas	Museu de História Natural - UFAL	AL	NE	R\$ 24.580,95
Francis Albert Rene Dupuis	Ciencia por toda parte!	Divulgação Científica	Espaço Ciência de Pernambuco	Espaço Ciência de Pernambuco	PE	NE	R\$ 126.808,00
Francisca das Chagas Andrade de Moraes	CIENCIA E CULTURA ? INTERDISCIPLINARIDADE PARA INCLUSAO SOCIAL	Divulgação Científica	Planetário Rubens de Azevedo	Planetário Rubens de Azevedo	CE	NE	R\$ 87.158,53
Geber Lisboa Ramalho	Micromuseu: um museu portátil e interativo para promocao da cultura de inovacao tecnologica	Metodologia e Técnicas da Computação	Universidade Federal de Pernambuco	Micromuseu	PE	NE	R\$ 90.467,88
Gilberto de Mello Freyre Neto	Museu Forte de Santo Inacio	Ciências	Fundação Gilberto Freyre	Museu Forte de Santo Inacio	PE	NE	R\$ 62.333,77

Helen Jamil Khoury	Museu de Ciências Nucleares	Aplicações de Radioisótopos	Universidade Federal de Pernambuco	Museu de Ciências Nucleares	PE	NE	R\$ 39.000,25
Jacqueline Santos da Silva	“O sertão vai virar mar?": instalação e organização do Museu Interativo de Oceanografia no município de Serra Talhada-PE.	Oceanografia Biológica	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Museu Interativo de Oceanografia no município de Serra Talhada-PE.	PE	NE	R\$ 69.198,38
José Dias do Nascimento Júnior	O Planetário de Parnamirim no contexto da difusão e popularização das Ciências no Estado do Rio Grande do Norte	Astronomia de Posição e Mecânica Celeste	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Planetário de Parnamirim	RN	NE	R\$ 40.506,17
Laura Cristiane de Souza	Implantação da Casa da Ciência: um Centro de Educação e Divulgação Científica na Universidade Federal de Alagoas ? Campus Arapiraca.	Divulgação Científica	Universidade Federal de Alagoas	Casa da Ciência	AL	NE	R\$ 8.600,00
Marcelo Tavares Gurgel	FORTALECIMENTO DO ESPAÇO CIENTÍFICO-CULTURAL DOS MUSEUS DE PALEOTOLOGIA E ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO	Divulgação Científica	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	MUSEUS DE PALEOTOLOGIA E ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO	RN	NE	R\$ 29.396,99
Murilo Sérgio da Silva Julião	Casa da Ciência da UVA: Centro de Divulgação Científica e de Apoio ao Ensino de Ciências Naturais no Semiárido Cearense	Divulgação Científica	Universidade Estadual Vale do Acaraú	Casa da Ciência da UVA	CE	NE	R\$ 9.460,00
Raimundo Valmir Leite Filho	MUSEU DO ECLIPSE - Extensão das Atividades do Museu do Eclipse de Sobral	Divulgação Científica	Universidade Estadual Vale do Acaraú	Museu do Eclipse de Sobral	CE	NE	R\$ 54.556,29
Tania Maria Piatti	EXPANSÃO DAS ACOES EDUCATIVAS E DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA USINA CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Divulgação Científica	Universidade Federal de Alagoas	Usina da Ciência	AL	NE	R\$ 61.423,05
Zélia Soares Macedo	APRIMORAMENTO E EXPANSÃO DA CASA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CIDADE DE ARACAJU (CCTECA)	Multidisciplinar	Universidade Federal de Sergipe	CASA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CIDADE DE ARACAJU (CCTECA)	SE	NE	R\$ 103.200,00
Carlos Roberto Bueno	Socialização e popularização do conhecimento científico e tecnologias sociais da Amazônia, desenvolvidas pelo INPA	Comunicação Visual	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	AM	NO	R\$ 32.472,50
Ennio Candotti	Exposições e microfilmagens no Museu da Amazônia	Geografia Regional	Museu da Amazônia	Museu da Amazônia	AM	NO	R\$ 51.600,00
Eulina Maria Leite Nogueira	Museu Virtual da Memória Kagwaiva	Etnologia Indígena	Universidade Federal do Amazonas	Museu Virtual da Memória Kagwaiva	AM	NO	R\$ 44.618,07
Karol da Hora Guimarães Gillet Soares	Acessibilidade e inclusão social no Aquário do Museu Paraense Emílio Goeldi	Museologia	Museu Paraense Emílio Goeldi	Museu Paraense Emílio Goeldi	PA	NO	R\$ 49.422,85
Rita de Cassia Guimaraes Mesquita	Projeto de Revitalização do Jardim Botânico Adolpho Ducke de Manaus	Botânica Aplicada	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	Jardim Botânico Adolpho Ducke de Manaus	AM	NO	R\$ 52.819,97
Adriana Vicente da Silva de Souza	Incrementação e Ampliação das Ações Educativas da Casa da Ciência da UFRJ	Divulgação Científica	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Casa da Ciência	RJ	SE	R\$ 30.100,00

Afonso Rodrigues de Aquino	Espaco da Tecnologia Nuclear	Divulgação Científica	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares	Espaco da Tecnologia Nuclear	SP	SE	R\$ 87.201,00
Alexander Wilhelm Armin Kellner	EXPANSÃO E APRIMORAMENTO DA EXPOSIÇÃO DE PALEONTOLOGIA DO MUSEU NACIONAL/UFRJ	Paleozoologia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Museu Nacional	RJ	SE	R\$ 61.449,15
Ana Maria Beltran Pavani	Museu Virtual de Nanociencia e Nanotecnologia	Multidisciplinar	Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Museu Virtual de Nanociencia e Nanotecnologia	RJ	SE	R\$ 75.854,00
Athelson Stefanon Bittencourt	Museu de Anatomia da UFES	Anatomia Humana	Universidade Federal do Espírito Santo	Museu de Anatomia da UFES	ES	SE	R\$ 45.690,65
Cláudio Coelho de Paula	Parque Interativo da Botanica	Botânica Aplicada	Universidade Federal de Viçosa	Parque Interativo da Botanica	MG	SE	R\$ 101.168,24
Claudio Kirner	Ambiente Tematico Interativo com Realidade Aumentada para Museu de Ciencia e Tecnologia	Metodologia e Técnicas da Computação	Universidade Federal de Itajubá	Museu de Ciencia e Tecnologia	MG	SE	R\$ 69.919,58
Daniela Franco Carvalho Jacobucci	Modernizacao da Exposicao Permanente e Diversificacao das Estrategias de Divulgacao Cientifica do Museu de Biodiversidade do Cerrado	Tópicos Específicos de Educação	Universidade Federal de Uberlândia	Museu de Biodiversidade do Cerrado	MG	SE	R\$ 84.830,30
Denise Fernandes de Mello	Centro Interativo de Fisica (CIF) - UNESP -Bauru	Física Geral	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Centro Interativo de Fisica (CIF) - UNESP -Bauru	SP	SE	R\$ 28.201,00
Eloi Teixeira César	Aprimoramento e Expansao do Centro de Ciencias da UFJF para Divulgacao da Ciencia em Juiz de Fora e Regiao.	Divulgação Científica	Universidade Federal de Juiz de Fora	Centro de Ciências	MG	SE	R\$ 42.896,80
Fabio Castro Gouveia	Museu da Vida para Todos - Acessibilidade a Ciencia e Saude	Divulgação Científica	Fundação Oswaldo Cruz	Museu da vida	RJ	SE	R\$ 66.020,77
François Christophe Cuisinier	Casa do Universo	Astrofísica do Sistema Solar	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Casa do Universo	RJ	SE	R\$ 81.700,00
José Ribamar Ferreira	Fortalecimento do Ciencia Movel: Vida e Saude para Todos, museu itinerante de ciencia e tecnologia da regioa sudeste do Brasil	Divulgação Científica	Fundação Oswaldo Cruz	Ciência Móvel	RJ	SE	R\$ 90.520,32
Leila Cesar Vargas	ORGANIZACAO DE ESPACO DE EDUCACAO AMBIENTAL PERMANENTE NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MORRO DA MANTEIGUEIRA, VILA VELHA - ES	Ecologia de Ecossistemas	Centro Universitário de Vila Velha	Parque natural	ES	SE	R\$ 15.022,00
Marcus Granato	Exposicao temporaria/itinerante sobre Instrumentos cientificos	Museologia	Museu de Astronomia e Ciências Afins	Museu de Astronomia e Ciências Afins	RJ	SE	R\$ 78.470,50
Miriam Cristina Alvarez Pereira	Implantacao do Museu de Historia Natural do Sul do Estado do Espirito Santo	Ciências Ambientais	Universidade Federal do Espírito Santo	Museu de Historia Natural do Sul do Estado do Espirito Santo	ES	SE	R\$ 88.639,25
Monica Santos Dahmouche	Implantacao de um planetario no Museu Ciencia e Vida ? o planetario da Baixada Fluminense	Museologia	Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ	Museu Ciencia e Vida	RJ	SE	R\$ 78.473,61

Peter Leroy Faria	CENTRO DE CIENCIAS GAIA . PLANETARIO DA PUC MINAS	Astronomia Fundamental	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	CENTRO DE CIENCIAS GAIA . PLANETARIO DA PUC MINAS	MG	SE	R\$ 108.797,81
Rosângela Cristina Marucci	Implantacao do Centro de Difusao de Conhecimento Cientifico-Tecnologico, no Parque Estadual do Sumidouro em Minas Gerais	Divulgação Científica	Centro Universitário de Sete Lagoas	Centro de Difusao de Conhecimento Cientifico-Tecnologico, no Parque Estadual do Sumidouro em Minas Gerais	MG	SE	R\$ 47.583,50
Sônia Lúcia Modesto Zampieron	PROPOSTA PARA AMPLIACAO DE ESPACOS EDUCACIONAIS INTERATIVOS DE FISICA, QUIMICA, BIOLOGIA E MATEMATICA, NO CENTRO DE CIENCIAS DA FESP/UEMG.	Ciências	Fundação de Ensino Superior de Passos	Centro de Ciências FESP/UEMG	MG	SE	R\$ 77.391,40
Vanderlei Salvador Bagnato	Ciencia para todos: Instalacao de um Museu de Ciencia e Tecnologia fixo e Itinerante, utilizando pecas interativas, TV e internet.	Museologia	Universidade de São Paulo	Museu de Ciencia e Tecnologia fixo e Itinerante	SP	SE	R\$ 238.065,88
Vicente de Paula Antunes Teixeira	MUSEU DOS DINOSSAUROS - AMPLIACAO E REVITALIZACAO DO COMPLEXO CIENTIFICO-CULTURAL DE PEIROPOLIS	Historia Natural	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Museu dos Dinossauros	MG	SE	R\$ 127.797,00
Alex Fabiano Murillo da Costa	Espaco de Astronomia da Regiao da Serra Catarinense	Astrofísica Estelar	Universidade do Estado de Santa Catarina	Espaco de Astronomia da Regiao da Serra Catarinense	SC	SU	R\$ 67.722,23
Debora Peres Menezes	Parque Viva a Ciencia: Transformando um Espaco Embrionario em Realidade	Divulgação Científica	Universidade Federal de Santa Catarina	Parque Viva a Ciência	SC	SU	R\$ 82.710,36
Edson Massayuki Kakuno	Centro de Divulgacao de Ciencias & Tecnologias da regioa da Campanha (CDC&TeC)	Física Geral	Universidade Federal do Pampa	Centro de Divulgacao de Ciencias & Tecnologias da regioa da Campanha (CDC&TeC)	RS	SU	R\$ 12.462,69
Emilio Antonio Jeckel Neto	PRODUCAO DA EXPOSICAO INTERATIVA : ENERGIA - APRENDER HOJE PARA SUSTENTAR O AMANHA.	Museologia	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Museu UFGRS	RS	SU	R\$ 96.795,58
José Claudio Del Pino	Consolidacao do Museu Virtual de Ciencias Lea Fagundes	Tópicos Específicos de Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Museu Virtual de Ciencias Lea Fagundes	RS	SU	R\$ 23.992,66
Jules Marcelo Rosa Soto	Ampliacao e Adequacao das unidades de apoio e colecoes das secoes de curadoria do Museu Oceanografico Univali	Museologia	Universidade do Vale do Itajaí	Museu Oceanografico Univali	SC	SU	R\$ 36.462,71
Márcia Cristina Rosato	Museu Virtual 3D Interativo: Preservacao e Disponibilizacao Digital de Colecoes de Arte Indigena e de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR	Museologia	Universidade Federal do Paraná	Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR	PR	SU	R\$ 29.943,04
Marcos Cesar Danhoni Neves	"CIRCUS STELLARIUM": UM ESPACO PARA A DIVULGACAO E O LUDICO DA CIENCIA	Instrumentação Astronômica	Universidade Estadual de Maringá	Circus Stellarium	PR	SU	R\$ 1.000,00
Marcus Levy Bencositta	Lugares de Memoria: Arquitetura da Escola Primaria Curitiba (1903-1928)	História da Arquitetura e Urbanismo	Universidade Federal do Paraná	Museu escola	PR	SU	R\$ 81.271,80
Odilon Giovannini Junior	Observatorio Astronomico Itinerante	Divulgação Científica	Universidade de Caxias do Sul	Observatorio Astronomico Itinerante	RS	SU	R\$ 104.201,00

ANEXO 6

Edital CNPq N º 48/2010

Nome	Título	Área	Inst.	Museu	UF	Região	Total
Wallace Duarte Fragoso	Em Tenda Química: Museu Itinerante de Química. A Tenda Luminescente	Espectroscopia	UFPB	Museu Itinerante de Química	PB	NE	R\$ 35.300,00
Julio Carlos Afonso	MUSEU DA QUIMICA PROFESSOR ATHOS DA SILVEIRA RAMOS: a Memória da Química no Brasil	Divulgação Científica	UFRJ	Museu da Química	RJ	SE	R\$ 16.330,00

ANEXO 7

Tabela dos Museus financiados em cada Unidade da Federação (valores globais)

No.	UF	Museu	Região	Total Museus
1	DF	Museu Interativo de Ciência e Tecnologia de Brasília	CO	310.187,24
2	DF	Museu Virtual de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília	CO	60.635,68
3	DF	Museu de Ciência e Tecnologia de Brasília	CO	199.447,60
4	DF	Museu na Escola: Ciência Itinerante	CO	112.838,56
5	DF	Expresso Ciência	CO	11.698,00
6	DF	O MUSEU DE ANATOMIA VETERINARIA VAI AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL	CO	89.774,13
7	DF	Jardim Zoológico de Brasília	CO	110.819,38
8	DF	Casa da Cabra	CO	36.550,00
9	DF	Museu de Geociências da UnB	CO	29.433,97
10	DF	MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA FACULDADE UNB PLANALTINA	CO	80.770,91
11	DF	Espaco cultural e de ciência e tecnologia de gado de corte-Casa Gado de Corte	CO	64.500,00
12	GO	Planetário de Goiânia	CO	132.837,91
13	GO	ESPACO DE DIFUSAO CIENTIFICO-CULTURAL DO CAMPUS JATAI/UFMG	CO	72.300,31
14	GO	Centro de Ciências	CO	70.616,20
15	MS	Museu Dom Bosco	CO	40.000,00
16	MS	Campo Agrostológico de Mato Grosso do Sul	CO	28.954,04
17	MS	Museu de Biodiversidade da UFGD	CO	38.236,74
18	MT	Museu da Cidadania	CO	128.536,52
19	MT	Centro de Popularização e Difusão de Imagens Orbitais - CPDIO	CO	49.161,81
20	AL	Museu de História Natural	NE	42.580,95
21	AL	Usina da Ciência	NE	125.423,05
22	AL	OBSERVATORIO CIENTIFICO E CULTURAL	NE	8.600,00
23	AL	Casa da Ciência	NE	8.600,00
24	BA	Museu da UNEB no Imbuí	NE	50.000,00
25	BA	Museu Interativo de Anatomia Comparada	NE	10.000,00
26	BA	Parque do Conhecimento da UESC - Expoenergia	NE	7.000,00
27	BA	Museu de Ciência e Tecnologia do Imbuí	NE	20.000,00
28	BA	MUSEU MEMORIA DAS AGUAS DE SALVADOR	NE	100.749,12
29	BA	Museu Itinerante da UFBA	NE	183.804,05
30	BA	Ciência Móvel	NE	127.044,54
31	BA	Geologar	NE	107.911,90
32	BA	Caminhão da Ciência	NE	35.806,01
33	CE	MUSEU DE PALEONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI/ URCA - CEARA	NE	25.000,00

34	CE	Museu do Eclipse em Sobral	NE	120.416,09
35	CE	Planetário Rubens de Azevedo	NE	87.158,53
36	CE	Casa da Ciencia da UVA	NE	9.460,00
37	PB	Museu Itinerante de Química da UNICAMP	NE	35.300,00
38	PE	Espaço Ciência de Pernambuco	NE	248.083,00
39	PE	Observatório Astronômico Automatizado	NE	35.000,00
40	PE	Centro Interativo de Ciência - UNIVASF	NE	103.187,72
41	PE	Museu de Minerais e Rochas	NE	24.900,00
42	PE	Barca da Ciência	NE	162.010,00
43	PE	Museu de Ciências Nucleares em Pernambuco	NE	127.594,49
44	PE	Centro de Referência em Astronomia de Pernambuco	NE	11.250,00
45	PE	CENTRO DE CIÊNCIAS DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO - CECIAM	NE	63.988,00
46	PE	Museu da vida marinha	NE	54.180,00
47	PE	Micromuseu	NE	90.464,88
48	PE	Museu Forte de Santo Inácio	NE	53.879,29
49	PE	Museu Interativo de Oceanografia no município de Serra Talhada-PE.	NE	69.198,38
50	PI	Espaço da Ciência da UFPI	NE	122.500,00
51	RN	Parque da Ciência do Rio Grande do Norte	NE	74.597,18
52	RN	Museu Móvel de Ciências Morfológicas	NE	76.605,65
53	RN	Planetário de Parnamirim	NE	40.506,17
54	RN	MUSEUS DE PALEOTOLOGIA E ZOOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO	NE	29.396,99
55	SE	Buzão da Ciência	NE	103.400,72
56	SE	CASA DE CIENCIA E TECNOLOGIA DA CIDADE DE ARACAJU (CCTECA)	NE	103.200,00
57	SE	Buzão da Ciência	NE	102.999,28

58	AM	Museu de Ciência	NO	154.255,80
59	AM	ESTAÇÃO CIÊNCIAS CASA DA FÍSICA	NO	136.486,20
60	AM	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	NO	32.472,50
61	AM	Museu da Amazônia	NO	51.600,00
62	AM	Museu Virtual da Memória Kagwaiva	NO	44.618,07
63	AM	Jardim Botânico Adolpho Ducke de Manaus	NO	52.819,97
64	PA	Museu Paraense Emílio Goeldi	NO	227.609,00
65	RO	Barca da Ciência	NO	117.943,90
66	RR	Museu Integrado de Roraima	NO	149.661,20
67	TO	Centro Itinerante Ciência pelo Cerrado	NO	131.010,00
68	ES	Escola da Ciência Física e Praça da Ciência	SE	39.000,00
69	ES	Observatório Astronômico Remoto nas Escolas	SE	156.879,05
70	ES	Centro de Ciências	SE	70.450,00
71	ES	Museu de Anatomia da UFES	SE	45.690,65
72	ES	Parque natural	SE	15.022,00
73	ES	Museu de História Natural do Sul do Estado do Espírito Santo	SE	88.639,25
74	MG	Museu de Ciência e Tecnologia	SE	84.919,58
75	MG	Museus e espaços de ciência da UFMG	SE	70.000,00
76	MG	Museu Regional de Entomologia de Lavras	SE	10.000,00
77	MG	Estação Ecológica	SE	45.000,00
78	MG	Parque da Ciência de Juiz de Fora	SE	70.000,00
79	MG	Herbarium Uberlandense (HUFU)	SE	10.000,00
80	MG	Observatório Astronômico da UFMG	SE	45.000,00
81	MG	Museu de Zoologia "João Moojen de Oliveira" da Universidade Federal de Viçosa	SE	35.000,00
82	MG	Museu de Mineralogia Prof. Djalma Guimarães	SE	30.000,00

83	MG	MUSEU DE CIENCIAS DA TERRA ALEXIS	SE	93.563,38
84	MG	Parque da Ciencia de Teofilo Otoni	SE	840.492,60
85	MG	Observatorio no Telhado (OnT)	SE	136.234,64
86	MG	Museu Interativo e a Colecao de Conchas do Museu de Malacologia Prof. Maury Pinto de Oliveira da Universidade Federal de Juiz de Fora	SE	118.102,36
87	MG	Museu de todos nós	SE	50.000,00
88	MG	Museu de Ciencias da DICA.	SE	17.433,04
89	MG	Parque Interativo da Botanica	SE	101.168,24
90	MG	Museu de Biodiversidade do Cerrado	SE	84.830,30
91	MG	Centro de Ciências	SE	42.896,80
92	MG	CENTRO DE CIENCIAS GAIA . PLANETARIO DA PUC MINAS	SE	108.797,81
93	MG	Centro de Difusao de Conhecimento Cientifico-Tecnologico, no Parque Estadual do Sumidouro em Minas Gerais	SE	47.583,50
94	MG	Centro de Ciências FESP/UEMG	SE	87.361,00
95	MG	Museu dos Dinossauros	SE	107.797,00
96	RJ	Museu de Astronomia e Ciências Afins	SE	677.648,10
97	RJ	Museu didatico-cientifico-pedagogico em Paleontologia e Micropaleontologia	SE	40.000,00
98	RJ	Museu da Vida	SE	161.011,46
99	RJ	Fundação Oswaldo Cruz	SE	75.000,00
100	RJ	Parque da Ciência	SE	78.862,60
101	RJ	Espaco NUPEM de divulgacao cientifica	SE	50.000,00
102	RJ	Museu de Metrologia e Qualidade Inmetro - MMQI	SE	30.000,00
103	RJ	Museu Nacional	SE	991.049,49
104	RJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro	SE	50.000,00
105	RJ	Espaço Ciência Viva	SE	80.000,00
106	RJ	Casa da Descoberta	SE	152.069,61
107	RJ	Museu de Arqueologia de Buzios	SE	43.593,24
108	RJ	Observatório Nacional	SE	133.000,00
109	RJ	Museu de Geologia - UFRJ	SE	145.000,00
110	RJ	Observatório do Valongo	SE	10.000,00
111	RJ	Ciência Móvel	SE	94.239,32
112	RJ	Casa da Ciência	SE	30.100,00
113	RJ	Museu Virtual de Nanociencia e Nanotecnologia	SE	67.820,50

114	RJ	Museu Ciencia e Vida	SE	78.473,61
115	SP	Estação Ciência	SE	264.000,00
116	SP	Jardins da Percepção	SE	60.000,00
117	SP	Centro de Memória e Museu Histórico - CMMH da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP	SE	196.904,00
118	SP	Museu Dinâmico de Ciências de Campinas	SE	45.000,00
119	SP	Centro de Ciências Bioespaço	SE	30.000,00
120	SP	Museu de Zoologia	SE	305.218,48
121	SP	Museu de Arqueologia e Etnologia da USP	SE	60.000,00
122	SP	Museu Dinamico da Mata Atlantica	SE	140.983,90
123	SP	Museu de Anatomia	SE	20.000,00
124	SP	Centro Astronômico da UNIVAP	SE	10.000,00
125	SP	Instituto Butantan	SE	59.910,00
126	SP	Centro de Divulgacao e Memoria da Ciencia e Tecnologia	SE	30.000,00
127	SP	Centros de Ciências	SE	30.000,00
128	SP	Centro de Ciências de Araraquara	SE	141.877,70
129	SP	Centro de Educacao Cientifica-Tecnologica	SE	20.000,00
130	SP	Parque CienTec	SE	50.000,00
131	SP	Espaco Pesca e Aquicultura	SE	40.000,00
132	SP	Museu Oceanografico de Santos	SE	40.000,00
133	SP	Museu de História Natural Prof. Adão José Cardoso	SE	40.000,00
134	SP	Memorial Aeroespacial Brasileiro	SE	104.888,00
135	SP	Inpe	SE	258.910,04
136	SP	Observatorio Astronomico para Difusao do Ensino de Astronomia e Fisica	SE	130.020,32
137	SP	Centro de Difusao de Astronomia de Ensino de Ciencias	SE	49.699,04
138	SP	DarwinMoveI	SE	125.803,00
139	SP	Praça da Ciência	SE	124.903,00
140	SP	Observatorio da agua: da natureza a torneira	SE	131.242,04
141	SP	Observatório do CTA	SE	31.559,00
142	SP	Observatorio Abrahao de Moraes (IAG/USP) - Centro de difusao do conhecimento	SE	20.000,00

143	SP	OBSERVATORIO DIDATICO ASTRONOMICO DE BAURU	SE	31.873,00
144	SP	Espaco da Tecnologia Nuclear	SE	87.201,00
145	SP	Centro Interativo de Fisica (CIF) - UNESP -Bauru	SE	28.201,00
146	SP	Museu de Ciencia e Tecnologia fixo e Itinerante	SE	238.065,88
147	PR	Museu Interdisciplinar de Ciências da UNIPAR	SU	48.000,00
148	PR	Museu de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual de Londrina	SU	26.701,00
149	PR	Museu de Informática da UFPR	SU	30.000,00
150	PR	Museu de Geociências	SU	20.000,00
151	PR	Museu de História Natural Capão da Imbuia	SU	10.000,00
152	PR	MUSEU DINAMICO INTERDISCIPLINAR	SU	30.000,00
153	PR	Museu de Ciencias Geodesicas e Cartograficas	SU	45.245,00
154	PR	Museu de Ciencia e Tecnologia de Londrina	SU	189.986,20
155	PR	Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR	SU	29.943,04
156	PR	Circus Stellarium	SU	1.000,00
157	PR	Lugares de Memoria: Arquitetura da Escola Primaria Curitibana (1903-1928)	SU	81.271,80
158	RS	Museu de Ciência	SU	15.000,00
159	RS	Museu Educativo	SU	30.000,00
160	RS	Museu Zoobotanico Augusto Ruschi/UPF/RS	SU	10.000,00
161	RS	Museu de Historia Natural da Universidade Catolica de Pelotas	SU	20.000,00
162	RS	Museu Itinerante e Interativo da Universidade de Caxias do Sul.	SU	30.000,00
163	RS	Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe	SU	15.000,00
164	RS	Museu de Ciências e Tecnologia	SU	60.000,00
165	RS	Museu de Ciências Naturais	SU	40.000,00

166	RS	Museu ao ar livre	SU	20.000,00
167	RS	Museu de Ciências Naturais	SU	20.000,00
168	RS	Museu da biodiversidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul	SU	7.000,00
169	RS	Museu de Geologia	SU	11.000,00
170	RS	Museu de Ciência e Tecnologia	SU	20.000,00
171	RS	Museu de Paleontologia do Instituto de Geociências da UFRGS	SU	30.000,00
172	RS	Observatório da UFRGS	SU	50.000,00
173	RS	Planetário UFSM	SU	103.035,00
174	RS	Museu de Telecomunicações UFPEL-CEFET, Pelotas	SU	85.635,90
175	RS	Aquários Ceclimar	SU	49.860,76
176	RS	Museu de Solos do Rio Grande do Sul como ferramenta de ensino e extensão	SU	49.473,80
177	RS	Museu de Astronomia	SU	85.164,08
178	RS	Museu-escola	SU	89.165,12
179	RS	Observatório Astronômico Capitão Parobé	SU	20.000,00
180	RS	Centro de Divulgação de Ciências & Tecnologias da região da Campanha (CDC&TeC)	SU	12.462,69
181	RS	Museu UFRGS	SU	96.795,58
182	RS	Museu Virtual de Ciências Lea Fagundes	SU	23.992,66
183	RS	Observatório Astronômico Itinerante	SU	104.201,00
184	SC	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville	SU	49.000,00
185	SC	Museu Oceanográfico do Vale do Itajaí	SU	52.000,00
186	SC	Espaço Astronomia UDESC - Pinhalzinho/SC	SU	49.752,98
187	SC	Parque Viva Ciência	SU	90.500,00
188	SC	Centro de memória da educação do sul de Santa Catarina	SU	51.400,00
189	SC	Espaço de Astronomia da Região da Serra Catarinense	SU	67.722,23

190	SC	Parque Viva a Ciência	SU	82.710,36
191	SC	Museu Oceanografico Univali	SU	36.462,71
	Total			16.188.584,68

